



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
**Centro de Educação e Humanidades**  
**Faculdade de Formação de Professores**

Isadora da Silva Marques

**Sentidos da Educação Popular em Movimentos Populares Urbanos:  
cartografia das ações político-educativas da Associação de Moradores do  
Bairro Jardim Catarina em São Gonçalo/RJ**

São Gonçalo

2017

Isadora da Silva Marques

**Sentidos da Educação Popular em Movimentos Populares Urbanos: cartografia das ações político-educativas da Associação de Moradores do Bairro Jardim Catarina em São Gonçalo/RJ**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos Formativos e Desigualdades Sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Marcia Soares de Alvarenga

São Gonçalo  
2017

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por guiar, proteger e iluminar meu caminho.

A Associação de Moradores do Jardim Catarina (AMAJAC).

A professora Marcia Soares Alvarenga – pela paciência, confiança e compreensão.

A Bernard Coutinho – pela coorientação particular durante as conversas, debates e estudo compartilhado.

A minha mãe, minha guerreira – sem ela nada seria possível e nem teria sentido.

Aos meus colegas de pesquisa do mestrado.

Isadora da Silva Marques

**Sentidos da Educação Popular em Movimentos Populares Urbanos: cartografia das ações político-educativas da Associação de Moradores do Bairro Jardim Catarina em São Gonçalo/RJ**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos Formativos e Desigualdades Sociais.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Marcia Soares de Alvarenga (Orientadora)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Eblin Joseph Farage  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof. Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Tereza Goudard Tavares  
Faculdade de Formação de Professores – UE

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam.

*Leonardo Boff*

## RESUMO

MARQUES, Isadora da Silva. *Sentidos da Educação Popular em Movimentos Populares Urbanos: cartografia das ações político-educativas da Associação de Moradores do Bairro Jardim Catarina em São Gonçalo/RJ*. 2017. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017.

Nesta dissertação temos como objeto de pesquisa a articulação entre Educação Popular (EP) e os movimentos populares urbanos, tendo como campo empírico a Associação de Moradores do Jardim Catarina (AMAJAC) localizada no município de São Gonçalo-RJ, cidade de periferia urbana, localizada no leste metropolitano do Rio de Janeiro. Considerando que os sentidos políticos da Educação Popular são produzidos em diferentes contextos histórico-sociais, problematizamos sobre quais seriam as questões políticas que movem as ações dos movimentos associativos de moradores, em particular da AMAJAC. A pesquisa tem por principal objetivo analisar quais ações são desenvolvidas pela associação de moradores pesquisada que expressem aproximações com os princípios da Educação Popular. Do ponto de vista metodológico, recorreremos à proposta da cartografia da ação delineada por Ribeiro (2009), a partir da qual buscamos evidenciar a importância do lugar para a atuação desses movimentos e, que é a partir da relação entre sujeitos e lugar que as ações se constituem. Feito isso, voltamos nossa análise, especificamente, para a associação investigada, onde buscamos o diálogo com a AMAJAC. Também procedemos ao levantamento e análise dos diferentes meios comunicacionais pelas quais a Associação veicula suas ações sobre as quais realizamos inferências sobre sua articulação com o campo da Educação Popular. Compreendemos que as práticas político-educativas que são realizadas pela associação de moradores através das ações sociais, dos projetos, das atividades culturais, das reuniões, do diálogo do cotidiano parecem caracterizar uma perspectiva da EP a partir das demandas das condições de vida no lugar. Outro aspecto a ser ressaltado é a produção do direito à cidade que engloba, hoje, o movimento popular urbano analisado, sendo uma das principais questões políticas da EP enfrentadas nos espaços onde a luta por este direito ressignifica e/ou produz outras práticas político-educativa para a EP.

Palavras-chave: Educação Popular. Movimentos populares urbanos. Associação de Moradores. Direito à cidade.

## RESUMEN

MARQUES, Isadora da Silva. *Sentidos de la Educación Popular en los Movimientos Populares Urbanos: cartografía de las acciones político-educativas de la Asociación de Vecinos del barrio Jardim Catarina en São Gonçalo-RJ*. 110 f. 2017. Disertación (Maestría en Educación) - Facultad de Formación de profesores.

En esta disertación tenemos como objeto de la investigación la relación entre la Educación Popular (EP) y los movimientos populares urbanos, teniendo como campo empírico la Asociación de Vecinos de Jardim Catarina (AMAJAC) ubicada en el municipio de São Gonçalo-RJ, ciudad de periferia urbana, ubicada en el este metropolitano de Río de Janeiro. Considerando que los significados políticos de la Educación Popular se producen en diferentes contextos histórico-sociales, discutiendo acerca de cuáles serían las cuestiones políticas que impulsan las acciones de los movimientos asociativos de los vecinos, particularmente de la AMAJAC. La investigación tiene como objetivo examinar cuales acciones són desarrollada por la asociación de vecinos encontrada que expresan acercamientos con los principios de la Educación Popular. Desde un punto de vista metodológico, nos dirigimos a la cartografía de la acción esbozada por Ribeiro (2009), a partir del cual se busca poner de relieve la importancia del lugar para la realización de estos movimientos, que es de la relación entre el sujeto y el lugar que las acciones se constituyen. Hecho esto, dirigimos nuestra análisis específicamente, para la asociación investigada, donde buscamos diálogo con la AMAJAC. También procedemos estudio y análisis de los diferentes medios de comunicación en la que la Asociación transmite sus acciones sobre las que llevamos a cabo inferencias acerca de su relación con el campo de la educación popular. Entendemos que las prácticas políticas y educativas que se llevan a cabo por la Asociación de vecinos a través de las acciones sociales, de los proyectos, de las actividades culturales, de las reuniones, do diálogo diario del cotidiano parecen caracterizar una perspectiva da EP a partir de las exigencias de las condiciones de vida en el lugar. Outro aspecto a destacar es la producción del derecho a la ciudad que hoy en día abarca el movimiento popular urbano analizado, siendo una de las principales cuestiones políticas da EP enfrentadas en los espacios donde la lucha por este derecho re-significa e-ou produce otras prácticas político-educativas para la EP.

Palabras-clave: Educación Popular. Movimientos populares urbanos. Asociación de Vecinos. Derecho a la ciudad

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da localização geográfica do município de São Gonçalo .....	55
Figura 2 - O município de São Gonçalo e seus respectivos bairros .....	58
Figura 3 - Mapa do município de São Gonçalo dividido por distrito.....	59
Figura 4 - Localização geográfica do bairro Jardim Catarina .....	60
Figura 5 - Propaganda dos loteamentos em Jardim Catarina – 1959 .....	61
Figura 6 - Associações de moradores atuantes no município de São Gonçalo – RJ.....	69
Figura 7 - Associações de moradores do Jardim Catarina.....	71
Figura 8 - anúncio do jornal Matutina do dia 08 de junho de 1953. ....	77
Figura 9 - Fragmento de jornal, do dia 03 de abril de 1977, sobre os problemas no bairro....	78
Figura 10 - Manchete do jornal, do dia 05 de outubro de 1986, sobre os problemas no bairro.....	78
Figura 11 - Ação social de atendimento jurídico.....	86
Figura 12 - Ação social de atendimento jurídico.....	87
Figura 13 - Local onde é realizado o projeto CINFOR.....	88
Figura 14 - Repertório das ações e projetos sociais .....	89
Figura 15 - Ação social realização em comemoração ao Dia da Mulher.....	90
Figura 16 - Cartografia das ações da sociedade civil no Jardim Catarina.....	91



**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Quantitativo da população de São Gonçalo, 1940 à 1960.....	51
Tabela 2: Quantitativo da população de São Gonçalo, 1960 à 1980.....	53
Tabela 3: Quantitativo da população de São Gonçalo, 1960 à 1980.....	55
Tabela 4: Conquistas da AMAJAC.....	93

## SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	12
<u>1. EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS POPULARES: A EDUCAÇÃO POPULAR ENQUANTO PRÁTICA POLÍTICA</u>	17
<u>1.1. Por uma outra educação: constituindo contra-hegemonias a partir da educação popular</u>	19
<u>1.2. Movimento dos sentidos sobre a Educação Popular: do percurso histórico-social e político às perspectivas atuais</u>	22
<u>1.3.1. A Educação Popular em percursos de sentidos</u>	22
<u>1.3.2. Notas sobre a noção de “popular” como perspectiva de construção de um projeto de educação política emancipatória</u>	34
<u>1.3. Sentidos da Educação Popular a partir dos movimentos populares urbanos</u>	39
<u>2. A CARTOGRAFIA DA AÇÃO E O USO DO TERRITÓRIO: PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA A PARTIR DE UMA LEITURA SOBRE A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES DE BAIRRO E OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO POPULAR NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ</u>	49
<u>2.1. O processo de (re)organização socioespacial do município de São Gonçalo/RJ a partir do decurso da constituição dos loteamentos urbanos: novos desafios para a Educação Popular?</u>	53
<u>2.2. O bairro de Jardim Catarina e suas particularidades</u>	60
<u>2.3. A urbanidade como potência e efetividade ao poder das ações políticas dos sujeitos</u>	66
<u>2.4. Habitar para viver, conviver para resistir: uma cartografia da ação dos movimentos de bairros atuantes no município de São Gonçalo - RJ</u>	69
<u>3. ENTRE NOVAS QUESTÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR: O MOVIMENTO POPULAR DE PERIFERIA URBANA E SUAS DEMANDAS NO TEMPO PRESENTE</u>	76
<u>3.1. Educação Popular e participação popular: a efetivação de práticas político-educativas</u>	77
<u>3.1.1. AMAJAC e memória de seus dirigentes</u>	86
<u>3.3. Avanços para o direito à cidade</u>	96
<u>3.3. Considerações finais</u>	99
<u>REFERÊNCIAS</u>	103
<u>ANEXO A: Arquivo da AMAJAC, referente aos informes comunitários</u>	109
<u>ANEXO B: Arquivo da AMAJAC, referente aos informes comunitários</u>	109

<a href="#"><u>ANEXO C: Arquivo da AMAJAC, referente aos informes comunitários</u></a>	110
<a href="#"><u>ANEXO D: Arquivo da AMAJAC, referente aos informes comunitários</u></a>	111
<a href="#"><u>ANEXO E: Arquivo da AMAJAC, referente aos informes comunitários</u></a>	112
<a href="#"><u>ANEXO F: Arquivo da AMAJAC, referente aos informes comunitários</u></a>	113

## INTRODUÇÃO

Meu primeiro contato com a Faculdade de Formação de Professores da UERJ se deu no ano 2010 quando iniciei o curso de Licenciatura Plena em Geografia. Acredito que o magistério não foi para mim uma opção, mas, uma conquista. Pois, carrego comigo, desde a infância, essa vontade de ser professora e, sendo filha de pais da classe trabalhadora deste país não foi fácil concretizar esse sonho de criança. Fui a primeira pessoa da família a ingressar em uma universidade pública e a segunda a concluir o ensino superior. As dificuldades que foram e estão sendo enfrentadas servem como aprendizado e me fizeram perceber a importância dessas conquistas, mas, principalmente, as contradições da sociedade.

Foi a partir da Geografia que percebi uma possibilidade de desvendar essas contradições e, sobretudo, enxergar a essência para além das aparências, com base no movimento de desconstrução-construção-reconstrução da realidade objetiva. No decorrer da graduação ingressei no projeto de pesquisa "Poder Local e Políticas Educacionais: o plano municipal de educação e suas repercussões sobre o direito à educação de jovens e adultos" do qual participei como bolsista de Iniciação Científica (Faperj 2011 - 2013). Durante este período, adentrei no campo de estudo da Educação, mas, sempre, buscando estabelecer um diálogo com a minha formação inicial.

As questões sobre o direito à educação no município de São Gonçalo/RJ atravessavam a nossa abordagem de pesquisa. Portanto, buscamos esboçar uma cartografia do direito à educação no município e, logo em um primeiro momento, observamos a distribuição desigual das unidades escolares municipais no território gonçalense. Essa realidade suscitou questionamento sobre a possibilidade de existirem ou não outros espaços sem ser a escola que, desenvolvessem projetos educativos para os moradores locais.

Estando diante desta questão, realizamos um levantamento dos movimentos populares urbanos, especialmente as associações de moradores, atuantes no município que pudessem, de certo modo, realizar ações de caráter educativo em seus espaços de atuação. Respeitando os limites da pesquisa, tivemos como recorte empírico os bairros movimentos populares atuantes no bairro do Jardim Catarina e de Santa Izabel.

Ao longo dessa pesquisa observamos a importância das associações de moradores no território gonçalense, observando também, a relação que se estabelece com outras esferas do poder, seja através das pautas reivindicatórias frente ao poder público, ou por meio de

parcerias e articulações com diferentes entes, sendo necessárias para o desenvolvimento de determinadas ações.

Buscamos compreender em que medida esses movimentos, reivindicam o direito à educação a partir do desenvolvimento de projetos educativos e, de que modo os projetos se articulavam com as matrizes teórico-metodológicas da Educação Popular (EP).

A presente dissertação de mestrado surge como um desdobramento desta trajetória de pesquisa, tendo como campo empírico a Associação de Moradores do Jardim Catarina (AMAJAC) associação esta localizada no município de São Gonçalo-RJ e, como objeto de estudo, a articulação entre o campo da EP e os movimentos populares urbanos a partir do diálogo entre Educação e a Geografia.

Os movimentos populares urbanos, especialmente as organizações de bairros, se constituíram pela/para as classes populares enquanto um veículo de formação política em resposta às condições socioeconômicas e política que, de certo modo, foram impostas ao longo da história da sociedade brasileira, pelas classes dominantes, principalmente, a partir do incremento ao processo de urbanização.

Muitos destes movimentos, logo, firmaram-se enquanto “escola básica de politização” (ALENCAR FILHO, 1990) aos moradores das periferias urbanas. Isso ocorreu por conta do seu caráter pedagógico, construído a partir dos seus diferentes canais de participação que, por sua vez, visavam reconstruir os modos de se fazer a política à luz das necessidades sociais impostas a homens e mulheres postos no pólo da subalternização.

Tanto são as mudanças que, de fato, vêm atravessando o cenário político-econômico do país, principalmente, a partir da década de 80 que, de repercutiram no nível de confiança por parte da população nas diferentes instituições brasileiras. Essas vicissitudes reverberaram em escala local. Um exemplo disso é o processo de esvaziamento das associações de moradores nas últimas décadas. Mesmo diante deste fato, é notória a existência de um significativo número desses movimentos circunscritos nos bairros, como também, a participação dos moradores locais.

As organizações da sociedade civil foram adquirindo relevância e notoriedade ao longo de todo um percurso histórico. Consideramos sociedade civil a partir de uma leitura gramsciana, na medida em que “se expande por toda uma gama de relações sociais vividas

cotidianamente pelas pessoas nas instituições sociais que reproduzem a ideologia dominante” (ALVARENGA, 2010, p. 66).

Logo, os movimentos comunitários carregam na sua origem as marcas do processo histórico de luta, de oposição e/ou contestação a deteriorização das condições de vida da população, no contexto de (re)organização socioespacial da cidade, em decorrência do processo de urbanização, ao mesmo tempo em que se fortaleceram por causa do apoio e engajamento dos moradores locais. Sendo assim, estes movimentos de caráter coletivo se instituíram tanto como práticas comunitárias de organização como, também, foram atravessados por uma rede de participação e articulação com diferentes entes da sociedade civil.

Ademais, a noção de participação popular se delinea nas ações coletivas em virtude do ato pedagógico inerente às suas práticas. Os movimentos populares resignificam o ato pedagógico mediante as percepções e experiências dos moradores a respeito das condições em que se vive a/cidade. A cotidianidade desses sujeitos compartilhada nestes espaços reforça os vínculos de solidariedade, ao mesmo tempo que os aproxima da Educação Popular, ainda que sejam traçadas no âmbito político-ideológico da concepção de direitos (SANTOS, 2012). Os movimentos populares das periferias urbanas, como a AMAJAC, têm como ponto de partida a realidade dos oprimidos (FREIRE, 1987), e o caráter pedagógico que norteia a sua própria existência se aproxima das bases da educação popular.

Nesta dissertação, temos como ponto de partida o seguinte questionamento: é possível identificarmos a presença de dimensões das matrizes teórico-metodológicas e políticas da Educação Popular (EP) nos movimentos populares urbanos? Em caso de identificarmos estas dimensões, quais seriam as questões atuais da EP a serem abordadas pelas associações de moradores? A associação pesquisada desenvolve ações que podem ser identificadas na perspectiva da Educação Popular?

Considerando as questões que orientam a presente pesquisa, formulamos os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Caracterizar as ações desenvolvidas pela AMAJAC, localizada no município de São Gonçalo/RJ em suas aproximações com o campo da Educação Popular.

Objetivos específicos:

- Inventariar o movimento de sentidos da educação popular e sua relação com os movimentos populares;
- Distinguir reflexivamente sobre os elementos teórico-metodológicos da educação popular que perpassam as experiências cotidianas dos movimentos populares;
- Relacionar o processo de formação socioespacial do município de São Gonçalo com a emergência das associações de moradores no bairro Jardim Catarina;
- Analisar quais as questões atuais da educação popular que se articulam às ações da AMAJAC

O processo que fundamenta, de maneira geral, a existência da AMAJAC enquanto um espaço de participação e construção coletiva, desde a sua fundação em 1981 até os dias atuais, evidencia as diferentes formas de sociabilidades que são experienciadas por esta entidade.

Referimo-nos desde a prestação de serviços à população local, como informes comunitários, esclarecimentos de dúvidas sobre programas sociais, procedimentos para legalização e entrada de documentos, atividades culturais, recreativas, educativas e de lazer, por exemplo, até mesmo as reuniões comunitárias voltadas para a exposição e debate sobre questões locais, que dizem respeito ao bairro, mas que carregam consigo toda uma lógica multiescalar.

Ao observarmos as ações realizadas pela AMAJAC verificamos que grande parcela da população local se encontra excluída dos direitos sociais básicos, assim como do uso e acesso aos bens materiais, culturais e tecnológicos, isto é, aos fixos sociais (SANTOS, 2012), sendo, portanto, necessário que a associação de moradores reivindique frente ao poder público o acesso e garantia desses direitos. Esse fato não se restringe, somente, ao bairro onde a associação se circunscreve, visto que esse processo tem sido constante na realidade da sociedade brasileira, de uma forma geral.

A inclusão precária aos fixos sociais arranjados nos bairros periféricos faz com que a sociedade ainda encontre-se longe de atingir o pleno estágio de cidadania, pois um grande contingente populacional encontra-se excluído dos elementares direitos sociais. É nesse sentido, que os movimentos populares emergem, como ressalta Alvarenga (1991), com a

tarefa política de (re)avaliar o sentido de suas práticas pela ampliação da democracia, a fim de lutar pelos direitos e pelo exercício da plena cidadania da população brasileira.

É notório que a AMAJAC, diante da atual conjuntura, tem enfrentado os limites e busca possibilidades para a efetivação de ações práticas pautadas na educação popular, em virtude do diálogo estabelecido com as diferentes esferas do poder local (DANIEL, 1988). Ao rememorarmos os elementos teórico-metodológicos da EP para analisarmos essas ações veremos que as suas pautas partem das perspectivas ético-política e pedagógica das classes populares e o caráter contestatório se faz presente. Isso porque a politização é fundamental para toda e qualquer ação que venha a ser realizada, visto que os discursos, mesmo que estabelecidos entre as diferentes esferas do poder local, têm como cerne no que diz respeito à luta pelo direito à cidade.

De maneira geral, a AMAJAC se caracteriza enquanto um espaço de múltiplas funções e atividades, isto é, as sociabilidades que ali se efetivam e se constituem são diversas. Sociabilidades estas elaboradas, direcionadas e desenvolvidas a partir das lideranças e demais membros que residem no bairro e compartilham das experiências no espaço vivido. De todo modo, as articulações emergem pelas e para as classes populares como resposta às necessidades da população local. Acreditamos que todo esse processo só é possível tendo em vista o caráter pedagógico, político e cultural de suas ações cotidianas.

A pesquisa se filia ao campo da teoria crítica no qual buscamos dialogar com autores que contribuem para a abordagem conceitual sobre Educação Popular e Movimentos Populares Urbanos, dentre eles destacamos Freire (1996, 1989, 1987), Melo Neto (2002), Brandão (2014, 1987), Calado (1998).

Do ponto de vista metodológico, recorreremos à proposta da cartografia da ação delineada por Ribeiro (2009), a partir da qual realizamos uma representação cartográfica das associações de moradores atuantes no bairro Jardim Catarina, destacando, também, diferentes tipos de ações que se circunscrevem no bairro. Utilizamos essa metodologia com o intuito de evidenciar a importância do lugar para a atuação desses movimentos e, que é a partir da relação simbiótica entre sujeitos e lugar que as ações se constituem. Essas ações só podem ser desenvolvidas se estiverem circunscritas em um dado lugar. Partindo deste princípio, elas deixam de ser consideradas esporádicas ou efêmera, elas são compartilhadas e experiências por homens e mulheres, são vividas, sentidas, fazem parte da sua historicidade. A cartografia dessas ações não tem como finalidade somente representar a existência ou não desses



movimentos mas sim evidenciar que as suas ações dão existência e organicidade ao lugar e, logo, a vida desses sujeitos.

Ancorados neste percurso, a elaboração dessa dissertação encontra-se assim organizada: no capítulo 1 apresentamos as concepções que fundamentam a pesquisa, bem como os principais conceitos que nos conduziram a análise no que tange a articulação entre educação popular e movimentos populares. Ressaltamos a importância dessa articulação e, também, a relevância do termo popular para a constituição e consolidação teórica tanto da EP quanto dos movimentos populares. Apresentaremos, ainda, o movimento dos sentidos da educação popular no contexto brasileiro e alguns dos seus principais elementos teórico-metodológicos.

No capítulo 2 discorreremos sobre a importância do lugar para a efetivação das relações humanas tendo como ponto de partida os movimentos populares circunscritos no território gonçalense. Para isso, discorreremos sobre o processo de (re)organização socioespacial do município de São Gonçalo e a importância da prática dos loteamentos urbanos para a efetivação desse processo. Ressaltamos, também, a historicidade do bairro Jardim Catarina e a relevância de concebê-lo a partir da sua dimensão política. Buscamos esboçar uma cartografia das ações dos movimentos populares atuantes no município, em especial as associações de moradores. Acreditamos que tais considerações evidenciam a importância do território para a constituição e efetivação das práticas político-educativas dos movimentos populares.

E no capítulo 3 buscamos compreender quais são as questões atuais da educação popular enfrentadas pelo movimento popular urbano, especificamente pela Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina (AMAJAC). Analisaremos a partir do material empírico as ações que são desenvolvidas, bem como as pautas as lutas atuais e conquistas da associação ao longo das três décadas de atuação no bairro.

## **CAPÍTULO I. EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS POPULARES: A EDUCAÇÃO POPULAR ENQUANTO PRÁTICA POLÍTICA**

Natural é interpretar a realidade. Extraordinário é formular métodos para transformá-la. Natural é ter consciência social. Extraordinário é desenvolver a consciência política. Natural é cooperar em todos os sentidos. Extraordinário é forjar e desenvolver novos seres humanos. Natural é fazer pressão. Extraordinário é criar referências permanentes no tempo e no espaço. Natural é a convivência social. Extraordinário é desenvolver valores. Natural é alfabetizar. Extraordinário é educar transformando. Natural é tomar decisões. Extraordinário é implementar princípios que dão sustentação às decisões. Natural é criar instâncias e fazer parte delas. Extraordinário é exercer direção coletiva. Natural é formular normas para manter a ordem. Extraordinário é a disciplina consciente. Natural é apegar-se a ídolos. Extraordinário é constituir símbolos e desenvolver a mística

*BOGO, 1999*

Nesta dissertação buscamos aproximar o campo da Educação Popular dos estudos a respeito dos movimentos populares em escala local. Percassi (2009) ao realizar um lacônico panorama a respeito das pesquisas realizadas sobre esse temário, nas últimas décadas, chama a atenção para os momentos em que o estudo da Educação Popular se aproxima dos movimentos populares e, também, o momento em que há certo distanciamento.

A autora salienta que as pesquisas realizadas no campo da educação, principalmente, nos anos 1970, focalizavam as experiências de educação popular engendrada por diferentes ações coletivas a partir do seu viés libertador, emancipatório e integrador das classes populares. Mas, paulatinamente, a partir da década de 1980, os estudos a respeito dos movimentos populares (sua forma de organização, funcionamento e relevância), passaram a ser realizados, sobretudo, pelas ciências sociais. No entanto, enjeitaram sua dimensão pedagógica “dos processos de militância e participação política” (PERCASSI, 2009, p. 02) compartilhadas.

Ressalta ainda que, nas décadas posteriores, o esmorecimento da produção teórica a respeito do temário acompanharia o esvaziamento e, também, a crise de muitos movimentos populares. Crise esta engendrada “pela ausência de projetos políticos, pela dependência de agentes externos (assessoria, ONGs, universidades, igreja, partidos políticos) ou pelo

acolhimento das demandas populares pelo Estado” (Idem). Embora o contexto sociopolítico apontasse para essa tendência, muito das experiências populares, dado o seu caráter educativo, consubstanciaram uma cultura política respaldada na participação.

Concordamos com a autora, ao afirmar que “as práticas de educação popular nos movimentos populares tiveram o mérito de contribuir para conquistas em relação à cidadania da população como um todo” (Idem). E mesmo que em menor grau, se comparado às décadas posteriores, as pesquisas no campo da educação, que abarcam essa temática marcam presença na batalha das ideias. Muitos são os movimentos populares que perduram na luta, firmados por uma cultura política de participação popular fundamentados, sobretudo, na educação popular.

Deste modo, nos propusemos a refletir sobre os elementos teórico-metodológicos da educação popular que perpassam as experiências cotidianas dos movimentos populares, na contemporaneidade, a partir da pesquisa em uma associação de moradores. Vale ressaltar que, consideramos a educação popular um processo formativo

concernente às camadas populares, envolvendo diferentes protagonistas, parceiros e aliados e supostos aliados, animados por diferentes, e às vezes antagônicas motivações, perspectivas, procedimentos e posturas éticas-políticas e pedagógicas, ainda que comportando elementos de sintonia no plano estritamente epistemológico (CALADO, 2012, s.p)

Portanto, é a partir do processo de ação-reflexão-ação que se constitui enquanto prática político-pedagógica das classes populares organizadas coletivamente. Sendo assim, é tida como “uma perspectiva, uma metodologia, uma ferramenta de apreensão, compreensão, interpretação e intervenção propositiva de produção e reinvenção de novas relações sociais e humanas” (CALADO, 1998, p. 137).

A educação enquanto área de conhecimento é, historicamente, um campo complexo e heterogêneo, por ser composto por múltiplas “correntes, vertentes, tendências e concepções, enraizadas em culturas e filosofias diversas” (GADOTTI, 2012, p. 01). No entanto, não desconsideramos o fato de que tanto a educação quanto todo ato pedagógico em si se configura enquanto uma prática social e, sobretudo, política. Não nos parece possível discurso da neutralidade e da imparcialidade, pois a sua constituição enquanto um saber, uma área de

conhecimento, enquanto prática social e política estão imersos de princípios e valores que expressam uma determinada maneira de conceber o mundo e a realidade.

Em virtude disso, são constituídas as diferentes concepções, correntes, as políticas públicas e os projetos de sociedade. É um equívoco, tanto teórico quanto prático, separar a educação da sociedade, como também, apartá-la do contexto histórico. Desse modo, convém, primeiramente, “qualificar de que educação estamos falando, a partir de que ponto de vista. E como todo ponto de vista é a vista de um ponto, precisamos indicar de que lugar, de que território, estamos falando” (Idem). Fica evidente que para toda e qualquer análise é de fundamental importância o reconhecimento da relevância de sua historicidade e sua geograficidade.

Diante dessas considerações preliminares iremos apresentar, ao longo deste capítulo, a importância de se analisar a relação existente entre educação popular e movimentos populares e a relevância do termo popular para a constituição e consolidação desta relação. Apresentaremos, ainda, o movimento dos sentidos da educação popular no contexto brasileiro e alguns dos seus principais elementos teórico-metodológicos.

Realizar esse balanço teórico-prático, nesse momento, se faz necessário por se tratar de uma etapa da construção gradativa do percurso teórico-metodológico desta dissertação, através do qual são traçados linhas gerais sobre a EP e os movimentos populares que fundamentam o nosso objeto de pesquisa

### **1.1. Por outra educação: constituindo contra-hegemonias a partir da educação popular**

Para justificarmos, ainda que brevemente, o porquê dessa incitação para a nossa abordagem, é necessário que tomemos como ponto de partida o processo histórico característico da contemporaneidade: fale-se do neoliberalismo. É a partir da década de 1970 que emerge no cenário global, uma nova ordem internacional legitimada a partir de um discurso ideológico cuja base se pautava na busca por soluções para a crise econômica da época.

Toda lógica desenvolvimentista difundida globalmente, a partir de então, repõe o mercado capitalista no âmbito da organização e da regulação das múltiplas relações societárias. Os países desenvolvidos impõem, sobretudo, aos países em desenvolvimento e/ou periféricos toda uma lógica pautada num modelo neoliberal de estabilização monetária e reformas do Estado a partir dos ditames dos organismos financeiros internacionais, especialmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Contudo, no que tange ao contexto econômico, o neoliberalismo frustrou as expectativas, já que a auto-regulação do mercado não pode se sustentar por si, sendo necessária a intervenção de outras instâncias no caso, os poderes e as políticas públicas. Já no que se refere ao contexto social, um modelo societário ainda mais desigual se consubstanciou, intensificando a exclusão social, o desemprego e o aumento da miséria. Porém, a ideologia neoliberal se consolidou no campo da política, da cultura, da educação impactando o modo de ser, de pensar e de agir segundo a lógica da economia de mercado, disseminando ideais de produção e reprodução da própria vida humana.

É, nesse contexto, que percebemos as conseqüências da disseminação dessa ideologia tendo em vista que a "educação e [o] conhecimento passam a ser do ponto de vista do capitalismo globalizado, força motriz e eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico" (OLIVEIRA, J. F, LIBÂNEO, J. C. 1998, p. 601). Visando diretamente a formação do capital humano a partir de um modelo hegemônico de formação de sujeitos produtivos para o mercado, a partir das competências e habilidades para a empregabilidade. Ambos, neste sentido, tornam-se "bens econômicos necessários à transformação da produção, ao aumento do potencial científico e tecnológico e ao aumento do lucro e do poder de competição num mercado concorrencial que se quer livre e globalizado pelos defensores do neoliberalismo" (PALUDO, 2015, p.01).

No entanto, consideramos primordial a defesa de uma educação que esteja na direção paralela a essa ideologia, uma educação construída a partir de uma perspectiva contra-hegemônica ao projeto de educação e de sociabilidade por ela difundida. Tendo em vista que, este projeto encontra-se atrelado ao projeto de desenvolvimento desigual e combinado produtor e reprodutor das desigualdades sociais e, concomitantemente, das desigualdades educacionais.

A busca por uma outra educação que, não a construída a partir do projeto neoliberal representa a luta por uma educação voltada para a formação humana, uma educação

humanizadora, que coloque os sujeitos no centro das políticas educacionais. Acreditamos, portanto, na educação popular enquanto “campo de conhecimento e como prática educativa” (Idem), que ultrapasse, principalmente, os muros da escola reiterando esses princípios, fundamentais para as classes populares.

Amparamo-nos na concepção de educação popular enquanto prática educativa de caráter político, conforme apresenta Paludo (2015) sendo aquela

construída nos processos de luta e resistência das classes populares, é formulada e vivida, na América Latina, enquanto uma concepção educativa que vincula explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana, o que requer uma ordem societária que não seja a regida pelo capital (p.5).

É desse modo, que a EP se configura e reconfigura como uma concepção dentro da história da Educação, portanto, se constituiu não somente enquanto um capítulo do processo de educação direcionado para as classes populares. Já que ao longo da história da Educação fora adquirindo diferentes conceituações, como também, criando-se metodologias, pedagogias, materiais didáticos próprios. Vale destacar também, que durante esse período redefiniram-se as concepções sobre o que é popular, e como se constitui o saber popular das classes populares como sujeitos da sua própria formação.

Ao receber diferentes e diversas acepções ao longo dos anos, a educação popular adquiriu um repertório conceitual que evidencia a repercussão de sua produção social e histórica por conta das lutas libertárias ocorridas no país durante as primeiras décadas do século XX, especialmente, a partir das experiências educativas dos anarquistas e comunistas em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, principalmente, com as atividades de educação política para o nascente operariado brasileiro nestes estados (ALVARENGA, M.S, TAVARES, M. T. G. 2015).

Portanto, a partir da década de 1950 ela passa a ser associada a um contexto de projeto político educativo mais amplo. Contudo, as experiências históricas que se inscrevem nesse período expressam uma práxis do ato político embasada na conscientização como processo de crítica à realidade, por meio de uma relação dialética e dialógica entre homens, mulheres e mundo, como característica fundante das matrizes teórico-metodológicas da educação popular.

No desenvolvimento da pesquisa, ao longo dos tópicos subseqüentes, traremos as bases históricas e os alguns elementos-teóricos da educação popular ressaltando a sua relação com movimentos populares.

## **1.2. Movimento de sentidos sobre a Educação Popular: do percurso histórico-social e político às perspectivas atuais**

A educação popular tem uma longa trajetória na América Latina, sobretudo no Brasil, com base nos conjuntos de práticas e experiências que se cunharam junto às classes populares. Diversos lugares circunscreveram tais práticas como: às fábricas, os sindicatos, as comunidades de base e igrejas, as universidades, o campo, a cidade, os movimentos populares.

Esses lugares foram ocupados por diferentes sujeitos, especialmente, aqueles excluídos de seus direitos básicos que, a partir da organização coletiva, fizeram dele *locus* privilegiado para a realização de experiências inovadoras realizadas tanto no âmbito da educação não-formal quanto, na institucionalidade de governos municipais, estaduais e federal.

Sendo assim, nos tópicos a seguir iremos discorrer sobre os múltiplos sentidos a respeito da educação popular como também, a sua relação histórica com os movimentos populares.

### 1.2.1. A Educação Popular em percursos de sentidos

Toda tentativa de reconstrução das bases históricas da educação popular enfrenta desafios no campo conceitual e político do termo, ou melhor, dizendo, no tocante aos múltiplos sentidos a que nos remete. No que se refere ao conceito, à educação popular se constitui enquanto um termo polissêmico que, é compreendida por diferentes maneiras de acordo com cada momento da história, pois, encontra-se envolto em disputas de sentidos.

A disputa por sentidos advém, acima de tudo, da polissemia que envolve a palavra, isto é, os signos lingüísticos. A despeito desta questão tomemos por base os ensinamentos de

Bakhtin sobre o viés ideológico que envolve a linguagem (ALVARENGA, 2010). Para Bakhtin, a palavra é, sobretudo, um signo ideológico que se constituiu enquanto instrumento de consciência e arena de disputa para a luta de classes.

É sabido que, a palavra permeia em todas as relações sociais e, além do mais, carrega consigo um conteúdo ideológico vivencial que, (re)configura constantemente a consciência que é posta em tensionamento ao longo da vida em sociedade. Para o referido autor, a consciência esta situada em relação ao ser social propriamente dito logo e, ganha existência efetiva ao passar pelas fases de objetivação social.

Isto é, a consciência necessita apartar-se da simplória noção que se refere à mente dos homens e mulheres para agarrar-se a uma concepção que a reconheça enquanto um sistema ideológico construído no decorrer da vida social. Bakhtin, ainda, intervém ao afirmar que somente a partir da adoção desta perspectiva sobre a linguagem é que, a consciência irá adquirir impulso consubstanciando a sua existência. É através da linguagem que os sujeitos recebem influência das ideologias ao mesmo tempo em que, passam a influenciar as demais em virtude desse movimento dialético.

Enquanto signo ideológico, a palavra, se manifesta a partir da relação dinâmica entre as relações sociais, uma vez que, os pensamentos divergentes podem, de certo modo, disputarem posições na busca pela conquista da hegemonia dos seus projetos de sociedade.

Igualmente, ocorre no que se refere à linguagem, onde a hegemonia de sentidos sobre as diferentes concepções de mundo, de conceitos, de perspectivas e percepções, também, estão em constante disputa no plano ideológico. Isso ocorre por que, a linguagem circunscreve as múltiplas relações sociais, estejam elas no plano ideológico ou estabelecendo-se nas experiências cotidianas com o outro em um dado lugar constituindo-se, assim, enquanto práticas políticas. Então, são inúmeras as maneiras pela qual se buscam construir a legitimidade de uma determinada concepção, perspectiva ou ponto de vista.

É nessa perspectiva que consideramos a educação popular enquanto um signo ideológico, aonde o seu sentido vem sendo disputado ao longo da história da educação brasileira. Esse movimento é evidenciado ao rememorarmos a história da educação popular no Brasil, onde percebemos os múltiplos sentidos adquiridos com o passar das décadas. Dentre esta disputa o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas<sup>1</sup>,

---



lançado pelo governo brasileiro no ano de 2014, integra este movimento de sentidos. Ele representa a formalização da educação popular enquanto política pública que tem por finalidade.

promover um campo comum de reflexão e orientação de práticas coerentes com a perspectiva metodológica proposta pela educação popular do conjunto de programas, projetos e políticas com origem, principalmente, na ação pública, e contemplando os diversos setores vinculados a processos educativos e formativos das políticas públicas do Governo Federal”. (SECRETARIA-GERAL, 2014<sup>2</sup>)

O marco de referência, enquanto documento oficial reconhece formalmente a educação popular. Todavia, isso contrasta com o seu repertório histórico conceitual que foi marcado pela contestação da educação formal e de todas as experiências que se colocavam em oposição aos interesses das classes populares (STRECK, 2006). A sua elaboração é fruto de um contexto social específico, da conjuntura sociopolítica e econômica dos últimos anos, além de ser o

resultado de um amplo processo de debates, diálogos e reflexões, a partir de diferentes práticas, do Governo Federal, de movimentos sociais, de universidades e de educadores populares e da educação formal do Brasil, desenvolvido por meio de reuniões, seminários e articulações entre 2011 a 2014, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República (...). Também incorporou diferentes contribuições, por meio de duas consultas públicas no portal [www.participa.br](http://www.participa.br) (Marco de Referência, 2014).

Em relação ao ponto de vista teórico, o marco de referência é bem fundamentado, ele apresenta aspectos importantes da educação popular, como por exemplo, a sua articulação com os diferentes saberes e práticas e o seu compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares na luta pela transformação social.

Expõe, ainda, o percurso das bases históricas da educação popular apresentando as suas diferentes concepções ao longo da história. Salienta, então, que num primeiro momento,

---

<sup>1</sup>O marco de referência foi publicado em um documento on-line sem paginação. Diante disso será identificado nas citações ao longo do texto como “Marco de Referência”, seguido somente do ano da publicação. Para maiores informações acessar o link original.

<sup>2</sup> O Marco de Referência foi originalmente publicado na página da Secretaria-Geral da Presidência da República (<http://www.secretariadegoverno.gov.br/>).

da história da educação do Brasil, a educação popular era considerada enquanto um direito de todos e todas à escola, isto é, uma educação voltada para o povo brasileiro, que deveria ser acolhida pelo Estado como dever elementar.

Num segundo momento, acentua-se outra concepção que a elucidam e diante as experiências educativas pautadas “numa concepção emancipatória e que se vinculam a um projeto de sociedade em disputa na defesa da transformação da realidade em curso”. Ademais, é vista a partir da sua capacidade de formar a consciência do povo brasileiro, a partir de um projeto societário emancipatório e igualitário, instrumentalizadora da transformação político-sociais profundas, formadora da cidadania e da relação com o mundo do trabalho.

Por fim, a terceira perspectiva de educação popular apresentada é a de educação direcionada para o povo, isto é, para grande parte do contingente populacional que pleiteiam por oportunidades de trabalho. É, portanto, pautada na ideia de cooptação de recursos humanos voltado para o mercado, com vista ao desenvolvimentismo econômico que, concebe a realidade um dado sócio-político imutável. Tal, concepção de educação atenta-se, impreterivelmente, para a transmissão de conteúdos e técnicas, sendo controversia a se pensar a partir da importância da formação humana para os sujeitos envolvidos no ato pedagógico.

Todavia, diferentemente dessa perspectiva, Brandão (2014) aponta cinco momentos importantes para a história da educação popular no Brasil. O primeiro momento é marcado pelo surgimento de experiências educativas em virtude da prontidão de determinados grupos em empreender uma perspectiva de educação direcionada ao povo tanto do campo quanto da cidade, em meados no século XIX. Uma proposta de educação elaborada a partir dos saberes elementares constituídos na comunidade local e, sua aplicabilidade se restringiria as suas práticas cotidianas.

O segundo momento transcorreu a partir do decurso do movimento de independência do país e, com a vinda de significativo número de imigrantes europeus em busca de oportunidade de trabalho. Diante das implicações dessas transformações político-econômicas em curso na época, tornou-se necessário a criação de pequenos espaços para o desenvolvimento de projetos educativos voltados para os trabalhadores locais e para seus filhos.

O terceiro momento se sucedeu por volta dos anos 1920, com a emergência de movimentos direcionados à democratização do ensino e da cultura laica: “É o momento da

luta pela escola pública no Brasil e pela quebra da hegemonia confessional católica na educação” (SECRETARIA-GERAL, 2014). Já o quarto momento diz respeito às experiências de cultura popular sucedidas durante os anos 1960, especificamente, ressaltando a expressiva atuação de Paulo Freire enquanto um dos principais dirigentes do movimento de cultura popular no nordeste brasileiro.

E, por fim, o quinto momento que corresponde ao caráter popular dos novos movimentos sociais a partir da década de 1980 como, por exemplo, o movimento negro, de mulheres, de saúde, pela melhoria do transporte público, dos moradores de periferia urbana, de luta por creche, dentre outros.

Essas considerações evidenciam, portanto, as diferentes concepções conceituais que a educação popular adquiriu ao longo da história. Além disso, o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas apresenta outro desafio a ser enfrentado, o seu viés político. Isso por conta da dificuldade de se resgatar a memória e os registros das experiências de educação popular já que muitas dessas práticas não são reconhecidas como legítimas pela “historiografia oficial, pois partem de sujeitos coletivos ou individuais que se contrapuseram historicamente ao Estado e ao que ele instituiu enquanto política social, mas, sobretudo, enquanto política econômica” (Idem).

Outrora Brandão (1987) chamou atenção pra a questão política da Educação Popular pelo fato de seus fundamentos estarem relacionados à luta das classes populares numa sociedade marcada historicamente pelas desigualdades sociais, que tem como pauta a construção democrática de um projeto societário que supere tais desigualdades. Logo a educação popular

se fez e faz presente na defesa incondicional da escola pública, mas é também a Educação Popular que defende a saúde pública, a valorização da diversidade étnico-racial brasileira, a moradia para todas e todos, a reforma agrária, o direito ao trabalho digno, a liberdade de expressão religiosa, o acesso ao transporte público de qualidade, a tributação justa, o direito à participação social e à comunicação, a sustentabilidade ambiental, o respeito à orientação e à diversidade sexual, dentre tantas outras pautas que a caracterizam como intersetorial (SECRETARIA-GERAL, 2014).

O resgate as suas bases históricas e de seus principais elementos teórico-metodológico deve levar em consideração as diferentes experiências e mobilizações desenvolvidas no

decorrer da história do país. Reconhecer, assim, as manifestações que ocorreram antes da ditadura militar, nos anos da abertura política, após o regime militar e nas últimas décadas.

O caráter emancipatório é um aspecto importante que entrelaça essas diferentes concepções e, que emergiu pouco a pouco a partir dos movimentos anarcosindicalistas da década de 1920, reverberando nas campanhas de alfabetização na década de 1940, 1950 especialmente nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste como também em algumas experiências que ocorreram nas regiões Sul e Sudeste. Durante esses períodos “as campanhas de alfabetização visavam à consolidação das bases eleitorais dos governos, o que foi se frustrando à medida que se afirmava uma concepção metodológica voltada ao fortalecimento da autonomia dos sujeitos e da conscientização”.

Algumas das principais campanhas de alfabetização que se enquadram dentro desta perspectiva são: as promovidas pelo governo federal no ano de 1947 ao final da década de 1950; a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, em Natal-RN, no início de 1961; o Movimento de Educação de Base, criado pela Igreja Católica, em 1961, com apoio do Governo Federal; o Movimento de Cultura Popular (MPC), surgido em Recife-PE, em 1961; os Centros de Cultura Popular, ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1962; a Campanha de Educação Popular da Paraíba, de 1962; e o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), de 1963 (Idem).

A ditadura militar que se sucedeu no país durante o período de 1964 a 1984 reprimiu e silenciou destes movimentos, modificando significativamente a perspectiva da política pública de educação para as classes populares. Como consequência desse período, às organizações populares foi fortemente reprimida, além de terem sido destruídos grande parte das memórias de diversas experiências de educação popular. Ainda nesse contexto, se fundamentou as bases sociopolíticas que norteou a política de educação a partir da concepção de educação para o povo. O Programa Nacional de Alfabetização foi suspenso ainda em 1964 dando lugar para o Mobral lançado pelo regime ditatorial com o intuito de dar continuidade às campanhas nacionais de alfabetização. Todavia, o sentido político do Mobral é bem diferente das campanhas de alfabetização posteriores, já que valorizava muito mais a leitura e escrita, do que a formação humana dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela resistência à ditadura militar e pelo processo de redemocratização do país favorecendo, assim, o fortalecimento das experiências

de educação popular enquanto instrumento de organização e mobilização dos movimentos populares.

principalmente na década de 1980, os processos de organização social e popular representaram expressivas experiências de formação de consciência coletiva potencializadora da luta por direitos e reformas sociopolíticas, como no movimento sindical urbano, movimento estudantil, movimentos populares, movimento popular de saúde, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Conselho Indigenista Missionário, Pastoral da Terra, etc. (idem)

Portanto, a educação popular durante este período se viu novamente inserida no contexto das políticas públicas assim como, caracterizou os processos educativos das classes populares que compunham grupos de discussão em torno do orçamento participativo de diversos municípios do Rio Grande do Sul, mas, principalmente, na capital Porto Alegre.

Ainda na década de 1980, Paulo Freire foi convidado para assumir a Secretaria de Educação do município da cidade de São Paulo, onde lançou o seguinte projeto político durante a sua gestão: “Política Pedagógica: construindo a educação pública, popular e democrática”, segundo o marco de referência. Outras diversas experiências em diferentes áreas do conhecimento tomaram a educação popular como instrumento de formação e mobilização política, como as proposta da educação popular na escola pública, a educação no campo, a educação popular na área da saúde ampliando a abrangência da educação popular já que, não as restringia somente aos muros da escola.

Na década de 1990, marcada pela ideologia neoliberal, a educação popular passou por uma ressignificadas, principalmente, a partir do debate sobre a sua relação com o Estado. É neste período que emergem experiências de educação popular vinculadas à educação de jovens e adultos, como o Mova<sup>3</sup>, organização de movimentos populares, plebiscitos populares e a ação de diversas organizações da sociedade civil.

Os anos 2000 marcam as mudanças neste cenário, principalmente na América Latina, abrindo-se novas expectativas de retomada da consolidação da educação popular, por conta do

---

<sup>3</sup>Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) surgiu em 1989, na cidade de São Paulo durante a gestão de Paulo Freire na secretaria municipal de educação tinha como finalidades a inclusão social e a garantia do direito humano à educação, a redução do analfabetismo no Brasil, a geração de trabalho e renda e, com isso, contribuir para a construção de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

triunfo de diversas lutas populares que ocasionaram a eleição de diversos governos mais direcionados com as questões das classes populares no Brasil e na América Latina.

O uso das novas tecnologias da informação e da transformação do conhecimento e da ciência em meio de produção ampliou, de certo modo, as possibilidades de articulação e construção de processos educacionais emancipatórios. O meio digital, favoreceu o aparecimento de diversas formas de ativismo que, se colocam frente às lutas populares das grandes periferias urbanas. Além de, gerar novas formas de organização com enorme potencial de mobilização, um exemplo disso foi as mobilizações ocorrida no mês de junho de 2013 no Brasil, além das que aconteceram no Egito, Espanha, Grécia e em outros países, entre 2011 e 2013 (Idem).

Mesmo diante deste cenário a educação popular enfrenta o desafio de se reinventar, sem perder a sua essência transformadora. Esses desafios estão presentes, também, nas diversas formas de organizações da sociedade civil e dos movimentos populares que compõem o quadro geral das ações que corroboram para a efetivação da participação formativa e para o fortalecimento da cultura popular desde a década dos 2000 até hoje em dia (Idem).

Por outro lado, nunca foi tão urgente e atual uma educação direcionada para a construção democrática de um projeto de sociedade, que supere as desigualdades que assola a vida de muitos homens e mulheres. Portanto, a educação popular a partir das suas bases histórica se apresenta enquanto um campo de possibilidades, de luta, de formação política, de cultura e saber popular. Podemos perceber a intensidade de produção de sentidos sobre a EP, tomando como referência nesta dissertação os trabalhos aprovados nos GTs<sup>4</sup> 06 (Educação Popular) e 03 (Movimentos Sociais e Educação) da ANPED<sup>5</sup>.

Diante disto, para sinalizar a inserção do nosso trabalho de pesquisa na área da Educação e, também, para buscarmos compreender questões atuais da EP, realizamos o seguinte movimento. Fizemos um levantamento dos trabalhos apresentados nos GT's de "Movimentos Sociais e Educação"(GT 03) e "Educação Popular" (GT 06) das últimas cinco reuniões da ANPED realizadas nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2015. Podemos dizer que esses GT's correspondem as palavras-chave da nossa abordagem de pesquisa. Por isso procuramos fazer uma leitura do que vem sendo de certo modo pesquisado nessas áreas

---

<sup>4</sup> GT's – grupos de trabalhos

<sup>5</sup> Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

temáticas buscando contribuições teóricas para a nossa pesquisa ao mesmo tempo em que consolidamos o diferencial da nossa abordagem de estudo.

No GT-03 “Movimentos Sociais e Educação” no ano de 2010 na 33<sup>a</sup> reunião da ANPED<sup>6</sup> o grupo de trabalho “Movimentos sociais e Educação” fora composto por trabalhos diversificados articulados às questões de juventude, de meio ambiente, de direito a terra e de gênero. No trabalho de Gomes (2010) são apontadas algumas contribuições para o debate teórico acerca dos movimentos sociais buscando uma aproximação com a perspectiva de educação comunitária. O autor promove uma articulação da transformação social através de intervenções educativas comunitárias, delimitando essas ações coletivas aos movimentos sociais. Salienta também que essas articulações “são definidas como o complexo de processos sociais que resultam em mudanças nas características produtivas, associativas ou culturais de uma coletividade e, deste modo, pertencem a um universo de estudo ainda bastante amplo, que é o das ações coletivas”.

Na 34<sup>a</sup> reunião<sup>7</sup> realizada em 2011, o referido GT fora composto por discussões sobre movimentos sociais que se articulam em prol do direito à educação infantil; os movimentos sociais atuantes no espaço rural que buscam uma educação diferenciada e reconhecida por meios de múltiplas articulações; questões ligadas, também, a juventude em contexto de periferias urbanas. Porém não observamos trabalhos que se aproximassem do nosso objeto de pesquisa.

Já na 35<sup>a</sup> reunião<sup>8</sup> que ocorreu no ano de 2012 o GT “Movimentos Sociais e Educação” passa a ser intitulado como “Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Formativos”. Observamos a presença significativa de trabalhos voltados para as ações educativas desenvolvidas ou pleiteadas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST). Aparecem também, trabalhos ligados as questões de juventude e sua relação com a escola pública, com ações políticas, com a universidade. São abordadas, também, discussões sobre povos originários, movimentos afrocolombiano e movimentos ambientalistas. No entanto, não encontramos nenhum trabalho que tivesse articulação com o movimento de bairro em contexto de periferia urbana.

---

<sup>6</sup> Teve como tema “Educação no Brasil: o balanço de uma década” realizada nos dias 17 a 20 de outubro em Caxambu/MG

<sup>7</sup> Teve como tema: “Educação e Justiça Social” realizada nos dias 02 a 05 de outubro no Centro de Convenções de Natal/RN.

<sup>8</sup> Teve como tema: “Educação, Cultura, Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento: o Brasil do Século XXI” realizada nos dias 21 a 24 de outubro no Centro de Convenções do Hotel Armação em Porto de Galinhas/PE

No ano de 2013 foi realizada a 36ª reunião<sup>9</sup> onde foram apresentados oito trabalhos com abordagens diferenciadas sobre juventude e sua relação com a escola e o trabalho, movimento social ligado ao hip-hop e educação do campo. O trabalho de Groppo (2013) nos chamou a atenção por fazer uma abordagem relacional e distintiva entre educação popular, educação não-formal e a pedagogia social, além de contextualizá-las e as colocarem para discussão.

Em 2015 foi realizada a 37ª reunião<sup>10</sup>, tendo em vista que a partir do ano de 2013 as reuniões passarão a ocorrer bienalmente. Em relação ao GT 03 observamos trabalhos sobre a relação escola-MST; sobre práticas educativas em espaços rurais; sobre juventude; sobre gênero abordando a trajetória dos processos formativos de mulheres em diferentes contextos; sobre juventude negra e práticas culturais ligadas à música.

Durante esses levantamentos, o trabalho de Todin (2015) nos chamou a atenção por fazer uma abordagem buscando relacionar um movimento social que, historicamente, se caracterizou pela significativa representatividade para as classes trabalhadoras, com a educação. Além de se tratar de um movimento que tem como base material para a ação no espaço urbano.

Outro trabalho a ser destacado é o de Santos (2015) por fazer uma leitura da importância dos movimentos comunitários da Baixada Fluminense na luta pelo direito à educação. Trata-se de uma abordagem que parte do lugar, evidenciando a sua potencialidade a partir das ações engendradas pelas iniciativas populares. Consideramos esse movimento de reflexão somado ao resgate dessas iniciativas importantes para a construção deste trabalho de pesquisa.

Durante o levantamento realizado podemos observar uma ampla abrangência de temas abarcados pelos trabalhos apresentados no GT de “Educação Popular”. No ano de 2010 foram apresentadas pesquisas no âmbito da relação entre processos educativos e a prática da prostituição; e, também, questões ligadas à saúde. Observamos uma discussão que busca se estabelecer enquanto interface dialógica com as discussões sobre colonialidade do saber. Além de trabalhos que ensaiam uma relação com a perspectiva da educação intercultural e, outros que dialogam com a comunicação popular.

---

<sup>9</sup> Teve como tema: “Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais” realizada nos dias 29 de outubro a 02 de novembro no Campus Samambaia/UFG

<sup>10</sup> Teve como tema: “PNE: Tensões e perspectivas para a educação pública brasileira” realizada nos dias 04 a 08 de outubro na UFSC/Florianópolis



Algumas reflexões são desenvolvidas considerando a genealogia da Educação Popular apontando alguns desafios e impasses diante de um novo quadro político-ideológico como é o caso do trabalho de Santos (2010). Onde o autor traz contribuições conceituais referentes ao campo da educação popular que poderiam estar nos auxiliando nesse caminhar da pesquisa.

A partir da nossa leitura sobre as abordagens dos trabalhos submetidos na reunião do ano de 2011 observamos uma significativa relação entres práticas educativas e processos formativos voltados para as classes populares onde, portanto, é feita a relação com a Educação Popular. Observamos também abordagens ligadas à saúde, ao movimento cooperativo; e, também, a perspectiva fenomenológica na pesquisa sobre a prostituição.

Em 2012 alguns trabalhos apresentados estiveram relacionados às contribuições de Paulo Freire para o campo da Educação Popular, outros trabalhos abordavam desde ações de cunho ambientalistas à educação indígena, a abordagem descolonial, e a relação escola-classes populares.

No ano de 2013, observamos a permanência de certas abordagens apresentadas em anos anteriores como: questões ligadas à prostituição, à educação no campo, às contribuições de Paulo Freire; às questões de gênero e à escola pública. Mas, vale destacar o trabalho de Silva (2013) pela sua abordagem com vista a articulação mais explicitamente entre a Educação Popular com o campo político das ações de determinados sujeitos. Levando em consideração, portanto, a importância dos canais de participação para a formulação de determinadas políticas públicas.

Os trabalhos em 2015 caracterizam-se pela sua diversificação de objetos de pesquisas e abordagem teórico-conceituais. Observamos desde pesquisa que buscaram dialogar com as abordagens de Merleau-Ponty e Paulo Freire, até as que inserem a Educação Popular no campo político de discussão ao abordarem questões ligadas às políticas públicas e ao conceito de cidadania, além das que se remeteram às práticas desenvolvidas em espaços não-escolares. Destacamos por fim, como contribuição para a pesquisa o trabalho de Tavares (2015) por comungar do mesmo lócus empírico, o município de São Gonçalo/RJ e, também, por ter como objeto de análise os movimentos sociais atuantes no contexto de periferias urbanas.

A partir do levantamento dos trabalhos apresentados na ANPED podemos observar a interface existente entre o campo de estudo da Educação Popular e dos movimentos sociais. Observamos que a Educação Popular tem ocupado as agendas de pesquisa no campo de forma

bastante heterogênea. As diferentes abordagens teórico-metodológicas têm sinalizado que o tema sofreu uma sensível expansão de sentido ao longo dos anos.

Enfim, a partir desta exposição é notório os múltiplos sentidos que envolvem a noção de educação popular. Cada estudo realizado que tem por base esta temática levanta questões que, de certo modo, atualizam o campo da EP. Para além das pesquisas realizadas no campo acadêmico os sujeitos sociais organizados - como o que vem acontecendo historicamente a partir dos movimentos populares - movimentam e, também, produzem sentidos para educação popular a partir da sua cotidianidade. Tendo em vista esta perspectiva, nos deparamos com o seguinte questionamento: como a noção de “popular” produz novos sentidos sobre a educação popular?

#### 1.2.2. Notas sobre a noção de “popular” como perspectiva de construção de um projeto de educação política emancipatória

Vale ressaltar que, o termo popular, citado no decorrer da nossa escrita, caracteriza tanto a perspectiva de educação quanto a dos movimentos organizados retratados nesta dissertação. Constatamos que esta terminologia atravessa as principais questões suscitadas até o momento, convergindo em um ponto comum, no fortalecimento das lutas estabelecidas pelas classes populares na sociedade contemporânea.

Dialogamos, principalmente, neste tópico com os estudos teórico-práticos realizados por Melo Neto (2002) a respeito da evolução conceitual do termo popular em diferentes momentos da história do país. Logo, o autor evidencia que, durante o século XX, principalmente, a partir dos “processos de organização dos setores proletarizados da sociedade” (Ibidem, p. 07) capitalista, diversas ações de grupos e partidos políticos, traziam “termo *popular* em suas bandeiras de lutas, seus projetos ou nas formulações políticas” (Idem).

Mas, foi a partir da década de 1930 que iniciou um novo quadro político-social no país baseado num “Programa de governo popular nacional revolucionário” (Ibidem, p.08) que, basicamente, concebia o popular como expressão das manifestações dos interesses de grande parcela da população brasileira. Este projeto de governo, gradativamente, foi “adquirindo a

dimensão de controle direto das ações políticas pelo povo, buscando a democracia e a liberdade de expressão” (Idem).

Essa concepção permaneceu fortemente atrelada aos discursos à época, entretanto, por volta da década de 1960, o termo popular adquire um novo sentido em virtude das contribuições do pensamento de Paulo Freire. Atribui-se a ele, portanto, um viés mais humanizador constituído a partir do olhar da cultura do povo baseado no resgate de suas experiências vividas ao longo da vida. Os processos que envolvem as sociabilidades desses sujeitos giram em torno do seu espaço vivido, por ora, compartilhado, mas que, de certo modo, ampliam o horizonte cultural das classes populares. Diante do pensamento freiriano, qualificar o popular a partir dos saberes e das experiências das classes populares é de fundamental importância já que “o conceito é o elemento adjetivante da educação, enquanto propõe a construção das utopias libertárias, na tentativa de superação da exploração do oprimido” (Ibidem, p. 10).

Vale destacar ainda que, a importância dos movimentos organizados pela esquerda brasileira, como por exemplo, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980. O partido, segundo o autor, se constituiu enquanto uma “estratégica democrática e popular, devendo conduzir um programa com as mesmas características, ou seja, o socialismo petista” (Ibidem, p. 09). A perspectiva adotada por esse movimento concebeu o popular “como ampliação das forças possíveis de mudanças para além da classe trabalhadora, na construção da democracia” (Idem). Desse modo, foi construída uma perspectiva de futuro para a sociedade brasileira a partir de um projeto democrático e popular que, só conseguiria adquirir efetivação caso, as classes populares, por meio da luta e da tenacidade, almejassem as transformações sociais. Este fato dado ao termo popular ratificou o seu “componente classista, abrangendo as classes trabalhadoras, os camponeses, os setores médios da sociedade, além de setores da pequena burguesia.”

Ainda durante a década de 1980, no contexto das lutas camponesas por questões fundiárias e, principalmente, a defesa da reforma agrária o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) se debruçam na noção do popular. A realidade do campo imputava a esses homens e mulheres condições de vida diferente da cidade então, o popular para o movimento, representava o coletivo de trabalhadores rurais que, de certo modo, necessitavam ser assistidos e, portanto, se firmavam na luta pela existência. Já que esses sujeitos, qualificados na condição tanto de “pequenos produtores familiares, como os produtos destinados ao

mercado interno para consumo popular, sempre estiveram à margem das prioridades da pesquisa agropecuária e da assistência técnica, mantidas pelo Estado” (Idem).

Entretanto, Wanderley (1979 e 1987) “vincula o conceito de popular ao de classes populares como algo que é legítimo, que traduz interesses dessas classes, podendo adquirir o significado como algo “do povo” (Ibidem, p. 10)”. A noção de povo, assim como, o termo popular é polissêmica que, ao longo da história foi adquirindo diferentes significados.

O senso comum o entende como sendo aquele segmento da sociedade que possui poucos recursos que, vivem as margens das políticas públicas ou que se encontram excluídos dos direitos básicos. Há também, a perspectiva que o considera enquanto a elite-massa, ou seja, um grupo de pessoas de alto poder aquisitivo desorganizadas. Outra compreensão entende a expressão como um conjunto de pessoas iguais que compartilham interesses comuns havendo poucas divergências entre si.

Em suma, a noção de povo possuiu múltiplos sentidos como: o conjunto de pessoas que lutam contra o processo de colonização; sinônimo para as classes populares em luta na sociedade capitalista; o grupo social ativo, acessível, mas também, conflitivo, constituído a partir de um processo histórico e dialético que, encontra-se em constantes transformações.

Retomamos mais uma vez Melo Neto (2002) por conta do destaque dado as reflexões teóricas da época que buscaram relacionar o popular com a educação. Destacando, portanto, as reflexões suscitadas por Manfredi (1980), ao afirmar que está possível relação caminharia “no sentido de prática para autonomia, enquanto seja capaz de gerar um saber-instrumento e, sobretudo, quando contribui para a construção de direção política” (Idem).

Já Bezerra (1980), ao estudar os novos aspectos entre as práticas de educação popular, no final da década de 50 e início dos anos 60, evidencia um conceito de popular subordinado a essas práticas que, sobretudo, eram direcionadas para o exercício da cidadania, na direção de formar para a conscientização do seu papel sócio-político na sociedade. O popular se firma a partir de uma perspectiva fundamentada numa política de oposição as imposições das classes dominantes visando, logo, transformações significativas da sociedade.

Na compreensão de Brandão (1980), fica evidente que o caráter classista que é admitido ao termo ao vinculá-lo à classe e à liberdade. Sinalizando ainda que, “o horizonte da educação popular não é o homem educado, é o homem convertido em classe. É o homem libertado” (p. 129).

Outra concepção importante, apontada por Melo Neto (2002) que, dentre todas que foram expostas até o momento é a que mais converge com a abordagem desta dissertação, é a de Souza (1999), pois relaciona o popular aos movimentos sociais populares. Em virtude da propensão que estes movimentos possuem para formar opiniões e interesses a partir das suas demandas e reivindicações. Nesse sentido, o autor considera os “segmentos sociais explorados, oprimidos e subordinados, cujos temas, quase sempre de maior incidência em suas vidas, em seu cotidiano são: trabalho, habitação, alimentação, participação, dignidade, paz, direitos humanos, meio-ambiente, gênero, gerações etc” (p. 38).

Diante das considerações iniciais a respeito das principais bases históricas da educação popular, cabe aqui ressaltar, ainda que brevemente, os elementos teórico-metodológicos que as fundamentam, ou seja, o conjunto daquilo que lhe dá identidade e se faz elemento de diferenciação em relação a outros processos educativos.

Algumas considerações teóricas norteiam nossa reflexão, como as ponderações de Manfredi (1987) ao salientar a dupla perspectiva da matriz teórico-metodológica da educação popular a partir do conflito ideológico-político existente na sociedade civil. A EP, portanto, pode se constituir como instrumento legitimador das classes hegemônicas, como também ser utilizada pelas classes subalternas para reagir à dominação, sendo empregada como um meio de promoção de uma concepção de mundo a partir dos seus interesses de classe.

É nesse sentido que a educação popular, como preconiza a autora, pode ser concebida enquanto uma prática autônoma a favor dos interesses das classes subalternizadas, além de "propiciar condições para que o novo saber fosse incorporado a novas formas de agir, que paulatinamente fossem penetrados em suas práticas do cotidiano" (Ibidem, p. 55). Isso porque os diferentes grupos que a compõem constroem conjuntamente os seus interesses e demandas e, conseqüentemente, a sua ideologia, lapidando e extraindo aquilo que não venha de encontro à sua ideologia.

Contudo, essa perspectiva de educação só se tornaria viável e efetiva sendo construída coletivamente pelas classes populares. Caberia então às "próprias organizações populares fomentarem, organizarem e propiciarem para si formas novas de educação popular. Práticas de educação articuladas com suas lutas específicas e promovidas pelos seus próprios "*intelectuais orgânicos*" (Ibidem, p.56). Além do mais, as práticas educativas independentemente dos espaços onde ocorram, diante desta perspectiva, somente se efetivam

por conta do saber popular. Logo, "[esse] saber está inscrito nas práticas e relações do cotidiano das classes subalternas" (Idem).

A autora chama a atenção para o fato de que "caberia então à educação popular reinventar e/ou incorporar à metodologia certos procedimentos que favorecessem o treino de certas habilidades (como, por exemplo: organizar e orientar debates, coletar e sistematizar informações, etc.) que preparem para uma participação autônoma e dirigente" (Ibidem, p. 58).

Tal perspectiva está intrinsecamente relacionada com as mudanças das concepções político-pedagógicas que emergem das diferentes formas de iniciativas populares e organizações sociais, no início dos anos 1980, período caracterizado pelo encerramento de um "ciclo histórico e com ele se esgotavam também muitas concepções e práticas político-pedagógicas originadas em seu seio" (SAMERARO, 2009, p. 107), ao mesmo tempo em que é favorável a (re)significação de outras práticas. Sameraro chama a atenção ainda para o fato de que "as ações de resistência, os círculos de cultura, 'as comunidades de base', as práticas educacionais e as associações populares de bairro surgidas durante a ditadura haviam cumprido o seu papel de fermentação e de reivindicações" (Idem) e, portanto, era mais do que necessária a (re)significação de práticas político-educativas por parte da sociedade civil, com o intuito de ocupar os espaços para a conquista da democracia. Democracia esta, como salienta Wanderley (1987), no sentido de:

justiça social - pão, teto e saúde para todos; significa todos terem liberdade de informação, organização e participação em todos os níveis; significa todos poderem exercer a crítica ao capitalismo e buscarem alternativas - sendo básica a gestação e o fortalecimento de um autêntico poder popular; significa a extensão dos direitos democráticos e a produção dos sujeitos capazes de exercê-los; significa, enfim, uma forma de vida (p.64).

É diante disto que o autor ressalta que os movimentos populares da época apresentavam uma "evolução na tomada de consciência de sua realidade e na promoção de atividades de organização: procurando praticar a democracia em seus grupos de bases, romper com a tutela do Estado e se homogeneizar em um núcleo de pontos comuns, superando a heterogeneidade de características e interesses que lhe é própria" (Ibidem, p. 65). Sendo, para isso, mais do que necessário para as classes populares o dever de "lutar por criar e, onde já

existe, estender e assegurar as liberdades democráticas que garantem a existência da cidadania" (Ibidem, p.71).

Assim, cabe destacar que, em uma perspectiva freireana, EP diz respeito não apenas a um método comprometido com a apropriação popular do patrimônio cultural historicamente acumulado, mas a uma práxis comprometida com a libertação dos oprimidos (FIGUEIREDO, 2005; FEITOZA, 2008) e, portanto, baseada nos seguintes princípios teórico-metodológicos: a) realidade dos sujeitos como ponto de partida pedagógico; b) competência técnica e compromisso político dos educadores/ as com o enfrentamento e a superação das estruturas opressoras; c) relações pedagógicas e interpessoais de horizontalidade entre educador e educando. Seriam estes, em síntese, “os saberes necessários à prática educativa” em uma perspectiva da Pedagogia da Autonomia (FREIRE, 1996). Ou seja, diferentemente do “conhecimento bancário” (FREIRE, 1987) este novo saber é capaz de conquistar e instrumentalizar corações e mentes não apenas para o desvelamento da situação opressora na qual estão envolvidos os oprimidos, mas para o compromisso destes com a construção de uma forma de sociabilidade<sup>4</sup> superior à ordem social capitalista, posto que, como ensina Freire, “a mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho” (FREIRE, 1996, p.79).

### **1.3. Sentidos da Educação Popular a partir dos movimentos populares urbanos**

Em se tratando de estudos que discorram sobre a temática dos movimentos populares urbanos, as análises realizadas, principalmente nas últimas décadas, caminham em direção diferenciada. Isto é, há as que ressaltam o potencial transformador dos movimentos, outras destacam as suas limitações políticas e, por volta dos anos noventa, ganham maior notoriedade as que destacam a crise concernente à mobilização e, também, a sua capacidade de intervir nas políticas públicas locais (GOHN, 2012). Esta ponderação nos provocou algumas reflexões, sobretudo, a respeito da importância das pesquisas desta natureza, como é que o caso desta dissertação que enfatiza os movimentos populares urbanos que se mantêm atuantes, especificamente, as associações de moradores e amigos de bairro em São Gonçalo/RJ.

Consideramos que os movimentos sociais, de modo geral, continuam a ter um papel indispensável no tocante à democratização brasileira, e o movimento popular urbano em especial continua ocasionando mudanças legais e no âmbito das políticas urbanas em prol de melhores condições de vida e de acesso aos direitos sociais. Vale ressaltar que, esses movimentos ainda abrem espaço para a participação política das classes populares na esfera pública por diversas vias de atuação.

Desse modo, compreendemos por movimentos populares urbanos as ações coletivas organizadas pelas classes populares, ou seja, por “(...) todos os setores sociais – (...) assalariados, semi-assalariados ou não assalariados – cujos níveis de consumo estão próximos aos mínimos socialmente necessários para a subsistência” (WEFFORT, 1968, p. 02) com vista às melhores condições de vida no espaço urbano e ao acesso aos bens de consumo coletivo. Consoante as considerações de Jacobi (1993) que apontam para o fato desta problemática urbana se constituir enquanto manifestação da crise da modelo de cidade capitalista, oriundo da ação contraditória do Estado culminando num processo de politização do cotidiano de muitos homens e mulheres em luta pela garantia dos direitos sociais básicos.

Vale ressaltar que, o processo de urbanização executado no país, principalmente a partir da segunda metade do século vinte, é tido como um dos determinantes estruturais responsáveis pelo conjunto de transformações de ordem social, econômica, política e cultural da sociedade brasileira. Esse processo desencadeou transformações não só na organização espacial brasileira, mas, também, instaurou um novo quadro sócio-cultural de existência, isto é, estabeleceu na cidade e até mesmo no campo um novo modo de vida (fala-se do “modo de vida urbano”).

A cidade e o urbano são realidades distintas, embora sejam indissociáveis, pois funcionam como uma totalidade. A cidade, como nos ensina Lefebvre (1999), é a morfologia material, é a forma concreta e material responsável pelo processo de divisão sócio-espacial e o urbano corresponde à morfologia social, isto é, à dinâmica que envolve, motiva, edifica e onde se desenvolve quaisquer tipos de relações sociais.

De certo modo, o processo de expansão urbana se sucedeu conjuntamente com o crescimento da economia de capital industrial liderada pela elite agrário-exportadora, que encontrou no processo de substituição de importações o impulso determinante para o seu desenvolvimento.



O incremento às indústrias por volta dos anos 1940 e 1950 (re)organizou sócio-espacialmente a vida dos homens e das mulheres que habitavam tanto o campo quanto a cidade. A nova lógica de divisão social do trabalho acompanhada da nova lógica de divisão territorial do trabalho impõe ao campo novas funcionalidades, colocando-o numa posição de dependência para com a cidade. Isso porque nela passa a se concentrar não só as atividades políticas, mas, também, as econômicas e culturais necessárias para o desenvolvimento das indústrias e conseqüentemente a reafirmação da hegemonia da antiga elite agrário-exportadora, agora, burguesia industrial.

Portanto, os processos de urbanização e o de industrialização no Brasil caminharam juntos. Sendo, assim, idealizado “de cima para baixo”, isto é, a partir de uma minoria – a burguesia nacional – em detrimento das demandas reais da classe trabalhadora. O modo de vida urbana, por atingir tanto a objetividade (ou, melhor, as condições materiais de existência dos indivíduos), quanto a sua subjetividade (os seus ideais, costumes, valores, hábitos, ética, moral, dentre outros), seguiu a mesma lógica, culminando, deste modo, na amplificação das desigualdades sociais e espaciais do país que, por conta do seu processo histórico, as tinha como marcas de um passado-presente.

O processo de urbanização se sucedeu de maneira acelerada e articulada com o grande período de expansão das migrações internas no país, principalmente a campo-cidade. As grandes cidades passaram a receber um intenso contingente populacional, grande parte oriundas do campo. Esses homens e mulheres buscavam trabalho nas indústrias e, conseqüentemente, ansiavam compartilhar do modo de vida urbano das grandes cidades.

Segundo dados disponibilizados pelo IBGE, na década de 1940 a população urbana do país correspondia a 31,2%; já em 1980, esse número mais que dobrou, chegando aos 67,6%, atingindo altos índices de crescimento demográfico, principalmente, nas cidades metropolitanas como Rio de Janeiro e São Paulo. Em virtude disso, houve uma alta demanda por moradia e condições básicas de existência na cidade.

As novas indústrias que surgiram foram sendo instaladas em áreas que possuíam infraestrutura adequada, mão-de-obra disponível e um mercado consumidor que absorvesse as mercadorias produzidas. Essas indústrias se concentraram, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, fazendo com que homens e mulheres migrassem do campo na busca por trabalho na cidade, já que o campo tinha sido estrategicamente, segundo a lógica do capital, subordinado à dinâmica da cidade.

Esse processo intensificou o êxodo rural por conta, principalmente, da modernização do campo alavancada pela mecanização do trabalho e, no mais, pela concentração de terras na forma de grandes latifúndios. E, para os trabalhadores rurais que viviam do/no campo a alternativa imposta de sobrevivência foi a busca por trabalho e possíveis melhores condições de vida na cidade.

Todavia, o planejamento das cidades não caminhou paralelamente com as demandas desses homens e mulheres que passaram a habitar o espaço urbano, muito pelo contrário, o que ocorreu foi uma organização hierárquica das cidades, em que a classe trabalhadora fora segregada e, de certo modo, também excluída dos debates acerca do direito à cidade. Esse debate diz respeito, sobretudo, ao direito a terra, aos meios de subsistência, à moradia, ao saneamento básico, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer e a informação.

A ausência e ineficiência de um planejamento urbano que visasse à democratização do espaço urbano dando melhores condições de vida para a população intensificou ainda mais as desigualdades agravando, sobretudo, a pobreza. Logo, Santos (1993) aponta que o processo de urbanização do país está associado intrinsecamente com o crescimento da pobreza, cujo lugar passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo, as grandes cidades. Isto é, o que se sucedeu no país, a partir desse período, atingindo às diversas escalas, foi a "urbanização da pobreza" (idem). Isso porque o que concebemos por urbano, hoje, no Brasil, foi constituído a partir de um modelo de desenvolvimento desigual capitalista.

A ineficiência/inexistência de planejamento que levasse o modo de vida urbano a fazer parte da realidade desses homens e mulheres intensificou as contradições e desigualdades do/no espaço urbano. É exemplo disso a intensa especulação do solo urbano das grandes cidades, onde as altas exponenciais dos preços dos imóveis e dos serviços fizeram com que as classes populares fossem segregadas para as áreas periféricas, longe da centralidade dos grandes centros urbanos. Áreas estas que por serem geograficamente distantes dos grandes centros eram, também, distantes dos investimentos de capitais e por conta disso eram apartadas dos bens de consumo coletivo. É desta forma que Sposito (1983), em estudo estritamente concentrado na cidade de São Paulo, ressalta que:

o crescimento desmedido das cidades em direção às periferias (...) não foi acompanhado pela formação de uma infra-estrutura urbana que possibilitasse aos seus

moradores as condições mínimas de sobrevivência. Esses núcleos novos não contavam com um sistema de transporte, luz, água, esgotos, postos de saúde e outros serviços de consumo coletivo. Desse modo as carências urbanas que afetavam a qualidade de vida dessas populações articularam vários moradores dos núcleos periféricos em torno de movimentos reivindicatórios (...) (p.26).

Ainda que grande parcela desses homens e mulheres tenha sido excluída do planejamento e gestão da cidade, os mesmo não deixaram de possuir eficiência enquanto sujeito político. Pois a partir do reconhecimento desta potencialidade que a organização se faz necessária enquanto alternativa na busca por melhores condições de habitar a cidade.

É diante dessa conjuntura que os movimentos populares se inscrevem e emergem em diversas cidades, adquirindo notoriedade e força política no embate junto ao poder local (DANIEL, 1988). Esses movimentos emergem a partir da união de homens e mulheres de diferentes áreas da cidade que, enfrentavam problemas decorrentes da falta de investimentos públicos que garantisse os seus direitos básicos à vida. Direitos esses que são investidos aos homens e mulheres somente pelo fato de fazerem parte da sociedade humana (SANTOS, 2012) e que, agora, encontram-se sob os desígnios da lógica do capital.

Dentro desse contexto, surgem principalmente nas periferias de várias cidades, diversos movimentos atuando na luta pelo direito à cidade, pelo direito ao urbano, isto é, pelos direitos básicos de existência, especificamente educação, transporte, saúde, moradia. As estratégias de ação de muitos moradores<sup>11</sup>, para o enfrentamento dessas contradições do espaço urbanos e deu por meio da organização local dentro dos bairros, pois:

[esses] movimentos de reivindicações urbanas tendem a se compor em pólo necessário na correlação de forças que determina a ação do Estado, obrigando-o a assumir mais decisivamente a organização das políticas sociais destinadas à implantação dos bens de consumo coletivo (DANIEL, 1988, p.26).

Tais movimentos colocam em cena novos sujeitos políticos, que carregam consigo novas formas de fazer política que acabam por tensionar, por meio de suas práticas, a rigidez e hierarquização das organizações tradicionais. O fazer política desses sujeitos corrobora para a produção de diferentes territórios na cidade ao mesmo tempo em que, por meio desses,

---

<sup>11</sup>Utilizaremos a categoria “morador” não com o objetivo de sobrepor-la à ideia de trabalhador enquanto classe, mas pelo contrário, elas se complementam. Isso significa dizer que as lutas travadas contra a produção do capital são acompanhadas nas lutas no âmbito da sua reprodução.

tornam-se sujeitos da política e sujeitos políticos portadores de projetos de sociedade ideologicamente construídos.

Nesse momento, acreditamos ser válido para a análise das potencialidades das ações que integram e compõem os movimentos populares urbanos abriremos um parêntese na discussão para destacar a diferenciação proposta por Castro (2011) entre ator e sujeito.

Assim, o referido autor ressalta a existência de uma proximidade entre a noção de ator e sujeito pelo “fato de se tratar de um estado dos indivíduos durante a ação, ou seja, sua posição nas ações que constituem a realidade ou um estado desses indivíduos em relação a essas ações” (Idem, p.13). Sendo o sujeito, portanto, aquele “dotado de autonomia por ser autodeterminado e se descobrir classe a partir de experiências concretas de lutas contra a produção capitalista do espaço” (Ibidem, p. 14). O ator, em contrapartida, “desempenha papel determinado e desencadeia ações de impactos que variam das escalas locais à mundial. As determinações absorvidas são de classes e orientam a manutenção do *status quo*. Logo, elas acontecem sem serem reelaboradas pelo ator” (Idem).

Diante disto, muitas foram às ações coletivas que emergiram, principalmente por volta da década de cinquenta no país, sendo constituídos por diferentes indivíduos que traziam consigo sua experiência de vida, seus interesses, suas ideias, suas motivações, dentre outros que, convergiam ou divergiam entre si. Portanto, podemos dizer que de acordo com sentido das ações de determinadas ações coletivas os indivíduos que a compunham se caracterizavam tanto enquanto ator, quanto sujeito dentro da lógica de organização coletiva das ações engendradas.

Entretanto, grande parte dos movimentos de caráter popular, ou seja, aqueles constituídos pelas/para as classes populares e, principalmente, em função de seus interesses de classe<sup>12</sup> eram compostos por sujeitos em luta por demandas sociais básicas para a existência humana. Esses movimentos se destacaram por serem espaços onde a prática política se desenvolvia, também, através da prática educativa. Isso significa dizer que, as práticas políticas construídas coletivamente, a partir da luta cotidiana na cidade, também adquiriam

---

<sup>12</sup>Vale ressaltar que a noção de classe utilizada nesta abordagem de pesquisa vai de encontro a perspectiva de Thompson (1987), no qual “a classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural (p. 10)”.

um caráter educativo. De modo que, problematizavam as contradições existentes na sociedade capitalista, no qual são vivenciadas e experienciadas cotidianamente por esses sujeitos.

Foram muitas as experiências de caráter popular que questionaram o projeto de sociedade que, havia sido sustentado até então e que muito impactava a vida das classes populares, através de ações político-educativas. Dentre elas, podemos destacar os Centros Populares de Cultura (CPC), ligados a UNE; os Movimentos de Cultura Popular (MCP), liderados por Paulo Freire; os Movimentos de Educação Popular de Base (MEB), criados pela CNBB; os Movimentos de Cultura Popular (MCP) que tiveram apoio da Prefeitura Municipal do Recife, governada à época por Miguel Arraes.

Essas práticas desenvolvidas pelos movimentos de educação popular, situado período já destacada, descartam as práticas tradicionais burguesas de educação do povo, de cristalização do papel social das classes populares de acomodação e cooptação ao projeto político arquitetado pelos setores dominantes, construindo uma práxis de exercício da resistência, mediante mobilização e conscientização das classes populares que interpelam *o status quo* e o poder da ordem (ALVARENGA, M. S. ; TAVARES, M. T. G. 2015) .

Essas e outras experiências que emergiram principalmente durante a década de 1950 e 1960 viram, ainda, na educação popular uma forma de conscientização dos homens e mulheres a partir das suas experiências cotidianas, para que lutassem pelos seus direitos fundamentais à existência. Foram iniciativas populares que emergiam também em escala local que passaram à lutar pelo direito à creche, à saúde, à educação pública, gratuita e de qualidade. Essas questões, portanto, estavam extremamente relacionadas com o lugar de reprodução da força de trabalho. Ademais, essas iniciativas não tiveram um *locus* unicamente privilegiado, ao contrário, elas emergiram a partir de um contexto geral que, atrelado às particularidades dos lugares, ganhavam vivacidade.

Os movimentos populares, portanto, são múltiplos e heterogêneos, podendo se organizar de diferentes maneiras como por meio de organizações de bairro, conselhos de moradores, clube de mães, centros comunitários, dentre outros. Sendo assim, optamos como campo empírico para essa investigação os movimentos associativos de bairro, fala-se das associações de moradores. Observamos, ainda, a organização desses movimentos populares circunscrito em um dado território.

Sabemos que, o estatuto das associações de moradores, em sua grande maioria, tem como base os princípios que envolvem as entidades de bairro, não possuindo fins lucrativos e sendo constituídos pelos moradores do próprio bairro, tendo como escopo para ação a reivindicação por melhorias no e para o bairro. Para que possam funcionar, é preciso que todo um processo burocrático seja cumprido, passando pelo registro no cartório e pela escolha da diretoria por meio de eleições democráticas entre os moradores. Outro aspecto importante a ser ressaltado diz respeito à relação que se estabelece com as diferentes esferas do poder local. Isto é, com o poder público municipal que é ao mesmo tempo interlocutor e adversário, sendo o principal ente responsável por suas reivindicações. As associações dialogam, também, com outros movimentos como com entidades religiosas e com partidos políticos.

A emergência dessas ações coletivas, principalmente a partir da década de 1960, impulsionou a busca por reflexões e teorizações a respeito dos movimentos populares de bairro. Esses estudos estavam diretamente relacionados com as mudanças de perspectivas teóricas adotadas para o entendimento das "novas" pautas pleiteadas por diferentes movimentos sociais da época<sup>13</sup>.

Consideramos que as abordagens analíticas, produzidas ao longo da história, a respeito dos movimentos populares ressaltavam tanto o seu caráter transformador quanto as suas limitações políticas enquanto organizações coletivas populares, cujas contribuições são essenciais para o seu estudo. Entretanto, não devemos nos limitar somente a essas perspectivas já que, esses movimentos possuem uma organicidade e estão em constante movimento. Por isso, é importante apreciarmos, também, as conjunturas específicas de sua ocorrência, as suas dinâmicas específicas, além de concebê-las enquanto decurso aberto, propenso a contradições internas e marcado por uma organização heterogênea que intensifica a emergência de diversas formas de ação coletiva e de relação e/ou recusa perante o Estado.

Assim, de modo geral, os movimentos populares urbanos se manifestam por múltiplas formas de organização popular de resistência da população às condições de vida em que se encontram subjugadas.

---

<sup>13</sup> Ver “Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)” (SADER, 1988).

Assim, consideramos as Ligas de Inquilinos do começo do século passado, os Centros Democráticos Progressistas dos anos 40, as Sociedades Amigos de Bairro no período de 1945 a 1964, os Novos Movimentos Populares Urbanos a partir do final dos anos 70, a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo a partir da década de 1980, a Central de Movimentos Populares a partir da década de 90, como movimentos populares urbanos que se diferenciam por práticas sociais e estilos de organização distintos. (MORI, 2016, *on-line*)

A referida autora sinaliza ainda que, o levantamento do repertório das diferentes formas de lutas populares urbanas denota que os movimentos sociais continuam a contribuir significativamente para a democratização da política brasileira. E, no mais, as organizações de moradores e amigos de bairro, na prática constituem-se enquanto o alicerce do projeto de democracia popular do país ao fundamentá-lo a partir da participação popular.

Todavia, Oliveira (1994) enfatiza que os movimentos sociais não estão em crise, mas pelo contrário, o que tem ocorrido nas últimas décadas são mudanças na maneira pela qual se desenrolam as interlocuções feitas com o Estado e, também, pelo fato de sua existência se manter essencial para o decurso da democratização. Essas transformações culminam, em suma, em benefícios para o próprio processo de organização popular, que se reinventa com as dificuldades vivenciadas diante das mudanças conjunturais da sociedade. Mas, a questão que perdura há décadas é a necessidade de escolher os dispositivos de análise que sejam necessários para a compreensão da complexidade desses novos arranjos que as ações populares têm adquirido.

Mas, mesmo diante disso, a defesa de uma sociedade democrática em que, as classes populares consigam conquistar a possibilidade de se apropriarem das riquezas produzidas além de, adquirirem as condições necessárias para a realização da vida humana plena em diferentes contextos sociais, transpassa os movimentos de caráter popular. Isto é, a defesa da cidadania não é concebida, somente, como um conceito pueril ou fugaz, mas, sobretudo, é compreendida e defendida a partir da vivência das condições materiais de existência das classes populares ao longo da história. Desta forma, o que se coloca frente às pautas dos movimentos populares não é, simplesmente, a reconhecimento jurídico dos direitos sociais, mas, sobretudo, a luta para garantir a sua efetivação.

Assim, as pautas dos movimentos populares são atravessadas pela luta e defesa dos direitos sociais, visando à universalização da cidadania e o incentivo a democratização das relações em diferentes âmbitos da estrutura social. As organizações populares que travaram

suas lutas, principalmente, a partir da década de 1980 se caracterizaram pela participação social, por meio de diferentes canais, em diferentes instituições e instâncias da sociedade, em decorrência dos preceitos legalmente instituídos na constituição federal. É, principalmente, durante esse período que, as relações com o poder local são alargadas tendo em vista, o surgimento de ações coletivas com bandeiras e interesses, muitas das vezes, antagônicos entre si.

De todo modo, é notório que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas cotidianamente as organizações populares continuam interferindo nas políticas públicas através da elaboração de propostas e projetos que, de certo modo, se inserem no âmbito político como forma de negociação ou de pressão. Essa disposição se constitui, sobretudo, a partir de um lugar, isto é, toda ação se circunscreve no espaço. No próximo capítulo buscaremos discorrer mais detalhadamente essa discussão a partir do campo empírico desta dissertação buscamos analisar sobre como a EP se insere nestas pautas dos movimentos populares urbanos.



## **CAPÍTULO II. A CARTOGRAFIA DA AÇÃO COMO PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: O USO DO TERRITÓRIO PELA AMAJAC E OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO POPULAR**

(...) é fundamental viver a própria existência como algo de unitário e verdadeiro, mas também como um paradoxo: obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro. Então a existência é produtora de sua própria pedagogia.

*Milton Santos*<sup>14</sup>

O município de São Gonçalo-RJ advém de uma formação imersa em contradições próprias de um modelo de desenvolvimento desigual, estruturado com feições patrimonialistas, clientelistas e, segundo uma leitura gramsciana, sob uma ditadura sem hegemonia (COUTINHO, 2006). E em virtude disto, notamos o fortalecimento de relações que se estabelece entre as diferentes esferas do poder local (DANIEL, 1988) no território gonçalense. Logo, é no território que as arenas de disputa se travam, consubstanciando em arranjos espaciais (MOREIRA, 1980) e institucionais antagônicos entre si, pois obedecem a interesses e objetivos distintos.

Apontamos mais precisamente, neste momento, para o percurso metodológico adotado nesta dissertação. Consideramos, sobretudo, os eventos<sup>15</sup> que ocorrem em escala local, como campo empírico analítico. Os tensionamentos, e, também, os diálogos que se estabelecem entre as múltiplas esferas do poder local influenciam diretamente no modo como o território é vivido pelos diferentes sujeitos. O poder local, segundo Daniel (1988) não se restringe somente ao Estado, ele se constitui a partir de uma tessitura organizacional que se ramifica em múltiplas esferas da sociedade civil resultando, assim, em diferentes formas de poder local. É o que ocorre no território gonçalense, cujas relações, de certa maneira, se estabelecem a partir de uma lógica multiescalar e acabam por impactar as condições de vida dos moradores locais.

---

<sup>14</sup> Em Ribeiro (2004) sobre o debate da valorização dos lugares e dos saberes em Milton Santos.

<sup>15</sup> Santos (2004) atribui aos eventos a capacidade de mudarem as coisas, como também, de transformarem os objetos, dando-lhes novas características. E, destaca a impossibilidade de existência dos eventos sem os atores e os sujeitos. Logo, “Os eventos históricos supõem a ação humana. De fato, evento e ação são sinônimos” (p. 147).

O entendimento das relações multiescalares, principalmente, as que ocorrem entre o local e o global decorre das múltiplas facetas que a globalização inscreve na sociedade atual. Os acontecimentos que se deflagram ultrapassam as fronteiras do local, sendo, por sua vez, também globais, porém a sua materialização se dá no lugar (SANTOS, 2003). Como consequência da globalização, observamos a descentralização da acumulação do capital que fora acompanhada/provocada por aquilo em que muitos autores globalistas intitulam "desterritorialização" financeira global, que diz respeito ao fim das barreiras estatais (ou fronteiras nacionais) pelo seu pretense enfraquecimento e ao avanço dos impactos da virtualidade da acumulação cada vez mais flexível do capital proporcionada pela tecnologia da informática (HAESBAERT, 2009).

Contudo, um dos impactos gerados pelo período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006) está na articulação e na justaposição, cada vez mais intensificada, entre o local e o global. Deste modo, no lugar se consubstancia a mundialidade em formação e o local enquanto especificidade concreta (CARLOS, 2007). Como ressalta Santos (2006), "cada lugar é, à sua maneira, o mundo (...),mas também, cada lugar, irrecusavelmente, imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais" (p.201). O acontecer solidário, como esclarece o referido autor, se dá no lugar, sendo este definidor de usos, valores, identidades, ações etc. As solidariedades implicam na coexistência no lugar, em geral, compostas por grupos de interesses e clivagens sociais antagônicas, daí os tensionamentos entre as múltiplas esferas do poder local que compõe a sociedade civil gonçalense.

É o que ocorre no território gonçalense, através das ações dos movimentos de bairro engendradas, ao longo da história, pelo direito à cidade. Posto que, a cidade se configura enquanto tal a partir de todo um processo dialético de produção do espaço e de reprodução da vida humana que, é estruturado por sujeitos que possuem interesses antagônicos e divergentes. Quando voltamos nossa investigação para as vicissitudes deste território nos colocamos frente as particularidades do processo de apropriação e (re)significação desse espaço urbano e, também, percebemos a importância que o território tem para a existência dos movimentos populares.

Ademais, as suas múltiplas dimensões e manifestações devem ser levadas em consideração, assim como, o próprio "movimento" dessas ações. Ao analisar as ações coletivas que emergem na cidade e, que, de certo modo, contestam a objetivação do urbano é

necessário que se considere as suas particularidades, os seus projetos, as suas formas de organização, as suas estratégias, os sentidos de suas ações, o embate político com o Estado etc. Bem como, perceber que cada ação, que cada movimento é, também, um processos formativos construídos na coletividade.

Outro ponto importante que compõe nosso percurso metodológico é o desenvolvimento de um esboço de uma cartografia que, se fundamenta a partir da noção de cartografia da ação tecida por Ribeiro (2009). Acreditamos que esta concepção alternativa de mapeamento contribui significativamente para o estudo dos movimentos populares no território gonçalense isso porque esta perspectiva de cartografia volta-se

sobretudo, às formas de protestos, reivindicações, vínculos sociais que acabam por desenhar novas configurações espaciais e sociais, representações espaciais de trajetos vividos e experimentados. Eles acontecem, sobretudo, nos contextos periféricos metropolitanos, de espaços carentes de bens culturais e de formas de expressão da juventude, esta atravessada pelas dúvidas, incerteza de trabalho, de futuro, de sociabilidades (RIBEIRO, et al., 2009).

Portanto, esta proposta de representação cartográfica visa compreender os processos de apropriação da cidade, principalmente, a partir das diferentes formas de luta, de resistência, de insurgências, de protesto, dentre outros. Ela se pauta nas ações desenvolvidas por homens e mulheres em um dado território, de modo que tem como prioridade valorizar a trajetória de vida e experiências cotidianas dos sujeitos que historicamente foram invisibilizados e subalternizadas, tanto das questões de trato político, por exemplo, quanto das maneiras tradicionais de mapeamento cartográfico.

A cartografia da ação social é utilizada com o intuito de representar, por meio do mapeamento, sobretudo, às diferentes formas de ações coletivas e, através desta representação podemos compreender, ainda, os arranjos socioespaciais que se configuram no território. Esta metodologia de análise não tem como finalidade, somente, expressar o real, ela viabiliza o desvendamento das ações cotidianas dos homens e mulheres moradores das periferias urbanas.

O esboço dessa proposta de cartografia, através da confecção de mapas, permite que o potencial conteúdo político ali representado seja visto e, principalmente, lido. Este conteúdo se sustenta não por intermédio de dados estatisticamente elaborados, mas por ações

engendradas pelos sujeitos em luta. Essas ações estão culturalmente inscritas e são socialmente construídas num espaço-tempo determinado, permitindo, por meio da apreensão dos repertórios de lutas das diferentes formas de ação coletiva, a elaboração de uma cartografia da ação.

Em suma, ao longo deste capítulo buscaremos discorrer, de uma maneira geral, sobre a importância do lugar para a efetivação das relações humanas tendo como ponto de partida os movimentos populares circunscritos no território gonçalense. Para isso, discorreremos sobre o processo de (re)organização socioespacial do município de São Gonçalo e a importância da prática dos loteamentos urbanos para a efetivação desse processo. Ressaltaremos, também, a historicidade do bairro Jardim Catarina e a relevância de concebê-lo a partir da sua dimensão política. Buscaremos esboçar uma cartografia das ações dos movimentos populares atuantes no município, em especial as associações de moradores. Acreditamos que tais considerações evidenciam a importância do território para a constituição e efetivação das práticas político-educativas dos movimentos populares.

## **2.1. O processo de (re)organização socioespacial do município de São Gonçalo/RJ a partir do decurso da constituição dos loteamentos urbanos: novos desafios para a Educação Popular?**

Até meados do século XIX o município de São Gonçalo passou por um lento processo de acumulação capitalista. A exportação, principalmente, de frutas e hortaliças para a metrópole desempenhou um papel significativo para a dinâmica agroexportadora da época. Contudo, no início do século XX o município foi acometido pela tendência do momento, ou seja, ele deu seus primeiros passos para o incremento do processo de industrialização que avançava, principalmente, pela região sudeste do país.

Por conta do intenso processo de industrialização que acometeu a cidade<sup>16</sup>, somente a partir da década de quarenta é que o perfil agrário-exportador foi perdendo força ao mesmo tempo em que cedia espaço para atividades urbanas. Concomitantemente a isso, a urbanização

---

<sup>16</sup>Durante as décadas de 1940 e 1950 São Gonçalo consolidou em seu território um forte parque industrial no estado, atuando, principalmente, nos campos da metalurgia, no setor químico, farmacêutico, de cerâmica e papel. Era tido como a Manchester Fluminense.

seguia seu fluxo impulsionando a instalação de parques industriais em locais específicos do município.

Durante esse período, o quantitativo de pessoas que passaram a habitar o município aumentou exponencialmente, por conta, principalmente, da demanda por mão-de-obra a ser incorporada no setor industrial que, em sua maioria, eram migrantes pobres advindos da cidade do Rio de Janeiro<sup>17</sup> e, ademais, em virtude das reformas urbanísticas em curso na cidade e em outras regiões do país. Os dados apresentados abaixo ratificam esta afirmativa:

Tabela 1: Quantitativo da população de São Gonçalo, 1940 a 1960.

<b>Ano/Período</b>	<b>1940</b>	<b>1940-1950</b>	<b>1950-1960</b>
<b>População</b>	89528	127276	244617

Fonte: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)

O aumento do contingente demográfico atrelado ao intenso processo de industrialização somado à crise que assolava o modelo agrário-exportador que, até então regia o município, são conseqüências do processo de urbanização da cidade<sup>18</sup>. Esse processo não ocorrer de maneira homogênea em todas as localidades; ao contrário, o modelo de gestão e planejamento urbanístico desencadeou e intensificou ainda mais as desigualdades sócio-espaciais dentro do município. Enquanto determinados bairros atraíam o interesse das indústrias e foram adquirindo certa centralidade diante da nova lógica de produção que se instaurava outros bairros mantiveram-se mais próximos do modelo agrário ficando à margem dos investimentos e interesses do capital.

Muito dos produtores rurais que tinham como única fonte de renda a produção agrícola advinda da terra, viram-se esmagados pelo avanço das indústrias no município. E,

<sup>17</sup> A reforma urbanística que mais impactou a organização espacial da cidade do Rio de Janeiro e das cidades vizinhas, se assim podemos considerar, foi a Reforma Pereira Passos. Esta reforma acometeu a então capital federal, na época, provocando a expulsão da população pobre das áreas centrais por conta da especulação do solo urbano. O destino desses homens e mulheres, muitos deles migrantes, encontraram foram as franjas urbanas, devido a possibilidade de aquisição de terras a baixo custo.

<sup>18</sup> A expansão populacional do município se sucedeu sem que o poder público fizesse estrategicamente um planejamento que desse conta das demandas locais.

como alternativa à crise, fizeram da terra a sua única fonte de renda através do seu parcelamento para a venda em lotes voltados para a habitação e moradia dos homens e mulheres trabalhadores da cidade.

Foi nesse período que o loteamento de terras passou a ser uma prática corriqueira no município e de fundamental importância para a (re)organização dos arranjos espaciais da cidade. Muitas fazendas, sítios, grandes extensões de terras foram loteadas fazendo com que a gestão municipal regulamentasse tal prática a partir do Decreto Lei de 1942<sup>19</sup>.

Então, a expansão dos loteamentos e, posteriormente, a sua ocupação ocorreram de maneira acelerada. Já os investimentos e o planejamento de políticas públicas voltadas para habitação, saneamento básico, pavimentação das ruas, etc, foram ausentes e/ou ineficientes, não acompanharam as novas demandas da cidade. Nas áreas onde havia maior concentração de indústrias e, portanto, maiores investimentos o cenário era outro, havia um planejamento voltado para as questões urbanas demandadas.<sup>20</sup>

Embora, a instalação das indústrias e o forte crescimento do contingente populacional tenham favorecido as práticas de loteamento no município culminando conseqüentemente na arrecadação significativa de impostos, estes não foram aplicados em projetos urbanísticos bem estruturados e planejados com vista a melhoria das condições básicas de existência da população local. Por exemplo, os serviços de abastecimento de água e fornecimento de energia, mesmo diante das limitações da época, eram restritos a determinadas localidades (caso do bairro de Neves, à época principal parque industrial do município). Os investimentos em reformas urbanísticas promovidos nesse período decorreram, sobretudo, das reivindicações da população local.

Por volta da década de 1960, inicia-se o processo de reestruturação produtiva das atividades industriais que, afetou significativamente os parques industriais do município. Muitas fábricas passam por um intenso processo de declínio produtivo e, até mesmo, decretam falência. Sabendo que a organização socioespacial do município estivera,

---

<sup>19</sup>Um dois loteamentos mais antigos do município que se sucederam a partir do processo urbano industrial são o distrito de Neves o bairro Alcântara.

<sup>20</sup> O crescimento das cidades no Brasil veio acompanhado pela urbanização que, afetou imediatamente o zoneamento físico do município e, sobretudo as paisagens tanto do centro quanto das áreas “marginais”. Tal processo indicou, mais a frente, a emergência de políticas “populares” direcionadas a reorganização da vida na cidade agora afetada por acumulação recém-chegada. Disso decorre, a luta pela habitação (ou seja, pelo direito de conviver e coabitar em espaços públicos), pela moradia e, portanto pela produção histórica do urbano.

estritamente, ligada às atividades produtivas locais fica evidente que, a partir dessas transformações é desencadeado novos arranjos espaciais.

Como consequência dessas mudanças há, também, um impacto na ordem de predominância de determinado setor da economia no município. Se, outrora, o setor industrial era o que mais empregava o cenário, agora, era outro. O setor de comércio e serviços crescia, vertiginosamente.

Por volta desse período, as práticas dos loteamentos se expandem com pouca intensidade. Mas, entre os anos setenta e oitenta, há um intenso processo de crescimento territorial, principalmente, às margens das grandes rodovias que cortam o município como a BR 101 e das várzeas dos rios. Esse processo é evidenciado a partir dos dados da tabela abaixo.

Tabela 2: Quantitativo da população de São Gonçalo, 1960 a 1980

<b>Ano/Período</b>	<b>1960-1970</b>	<b>1970-1980</b>
<b>População</b>	430271	614688

Fonte: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)

Como já havíamos pontuado, desde os anos quarenta, que o município vinha enfrentando problemas por conta da ausência/ineficiência de planejamento urbanístico e, três décadas depois, os problemas só se intensificaram. As políticas públicas adotadas, ao longo dos anos, deveriam, de certo modo, atingir as raízes dos problemas enfrentados pela população local. Entretanto, por serem idealizadas de "cima para baixo", se configuraram como investimentos pontuais pautados em interesses particulares, não indo de encontro as reivindicações dos moradores.

Nesse período, o município passava por um baixo dinamismo econômico que somado as altas taxas de crescimento demográfico fez com que a cidade adquirisse o título de “cidade dormitório”. O inchaço das periferias urbanas mais os problemas econômicos que o país enfrentava, durante a década de 1980, colocaram o município imerso em uma complexa

conjuntura. Isso porque as ofertas de empregos eram menores do que a demanda, fazendo com que grande parcela da população local buscasse por trabalho nas cidades vizinhas<sup>21</sup>.

Figura 1: Mapa da localização geográfica do município de São Gonçalo



Fonte: <http://www.pmsg.rj.gov.br/>

E, durante as décadas que se sucederam, o contingente populacional apresentou um aumento significativo como podemos observar na tabela abaixo, passando a ser considerado o segundo município mais populoso<sup>22</sup> do estado do Rio de Janeiro.

Tabela 3: Quantitativo da população de São Gonçalo, 1960 à 1980

<sup>21</sup>O município de São Gonçalo, localizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, atualmente é a segunda cidade mais populosa do estado, com uma população estimada em 1.016.128 habitantes (IBGE, 2012). É fronteira aos municípios de Niterói, cidade com maior IDH da região; Maricá, município circunscrito pela Costa do Sol, conhecida também por Região dos Lagos onde encontram-se localizadas as praias mais visitadas por turistas no estado; e, Itaboraí, cidade onde está localizado o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), empreendimento que dinamiza socio-economicamente a cidade e o seu entorno.

<sup>22</sup>Tal titulação corresponde a sua população absoluta, ou seja, a quantidade total de habitantes em seu território.

<sup>23</sup>População estimada pelo IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.



<b>Ano/Período</b>	<b>1980-1991</b>	<b>1991-2000</b>	<b>2010</b>	<b>2015<sup>23</sup></b>
<b>População</b>	779832	891119	999728	1038081

Fonte: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)

Desde então, tornou-se habitual considerar o município de São Gonçalo enquanto cidade dormitório, conforme havíamos sinalizado. Essa percepção, durante anos, esteve presente em publicações, trabalhos de pesquisa e até nos discursos políticos locais. Todavia, esta noção tem sido refutada tanto por alguns pesquisadores e, principalmente, pelos moradores que vivem a cidade cotidianamente.

Tal mudança é percebida por conta do movimentado mercado consumidor e do aumento da oferta de empregos na cidade em decorrência dos empreendimentos que passaram a fazer parte da paisagem urbana do município. Além disso, as reivindicações dos moradores locais fizeram com que o poder público municipal investisse em alguns setores básicos, principalmente nas áreas mais periféricas da cidade.

Sinalizamos, ainda, que tomamos conceitualmente como “áreas periféricas” a noção que se baseia muito mais nas condições materiais e imateriais de vivência cotidiana a que estão sujeitos esses homens e mulheres do que a que se refere somente ao grau de distanciamento dos centros metropolitanos dinâmicos. Essas condições encontram-se intimamente ligadas com as esferas de produção, de circulação de capitais, da ofertas de serviços públicos e da própria função social desses espaços frente à lógica mercantil globalizada. Concordamos com Santos (2012) ao identificar esses espaços como os...

[d]a pobreza que se traduz no espaço urbano pelas habitações precárias, carências de equipamentos coletivos (...), carência de recursos financeiros, a inadequação tecnológica, a especulação imobiliária e uma infinidade de dilemas que o capitalismo insiste em remediar (p. 24).

Essas áreas periféricas são fruto de um processo histórico desencadeado, principalmente, a partir das relações econômicas e comerciais estabelecidas com a metrópole Fluminense, ao longo do tempo. Mesmo o município possuindo uma expressividade na

produção de frutas e hortaliças e, posteriormente, se destacando no setor industrial<sup>24</sup>, por exemplo, sabe-se que essa autonomia sempre foi relativa por conta da divisão territorial do trabalho. Diante dessa lógica, o município ficava às margens dos investimentos pois estes se concentravam na capital Fluminense.

A condição de cidade periférica se manifesta diretamente no concreto vivido dos homens e mulheres que a habitam, deixando marcas na paisagem e influenciando direta e indiretamente na organização espacial do território. Como, por exemplo, a dificuldade de acesso aos serviços básicos como saúde, educação e lazer; a falta de saneamento básico, asfaltamento e pavimentação das ruas e arredores; a concentração de determinados serviços em áreas específicas da cidade; os problemas em torno da mobilidade urbana; a especulação do solo urbano afastando os pobres para as áreas cada vez mais distantes que, na maioria das vezes, não possuem as condições básicas para habitação.

Esses exemplos são uma parte do que se vive cotidianamente os que habitam a cidade de São Gonçalo. Mesmo enfrentando diariamente essas condições elas não podem ser consideradas enquanto determinantes históricos para esses homens e mulheres. A cidade com o tempo todo é dinamizada por conta das ações múltiplas e heterogêneas que são desenvolvidas localmente, especificamente nos bairros, em suas ruas, praças, igrejas, escolas, diversos espaços onde a união constrói as experiências. São Gonçalo é dividido em 91 bairros (IBGE, 2010) somado a mais de 18 bairros que são reconhecidos somente pela população local.

---

<sup>24</sup>Durante à década de 1940 e 50 o município de São Gonçalo se destacou sendo um forte parque industrial do estado, atuando nos campos da metalurgia, do setor químico, farmacêutico, de cerâmica, papel, etc.

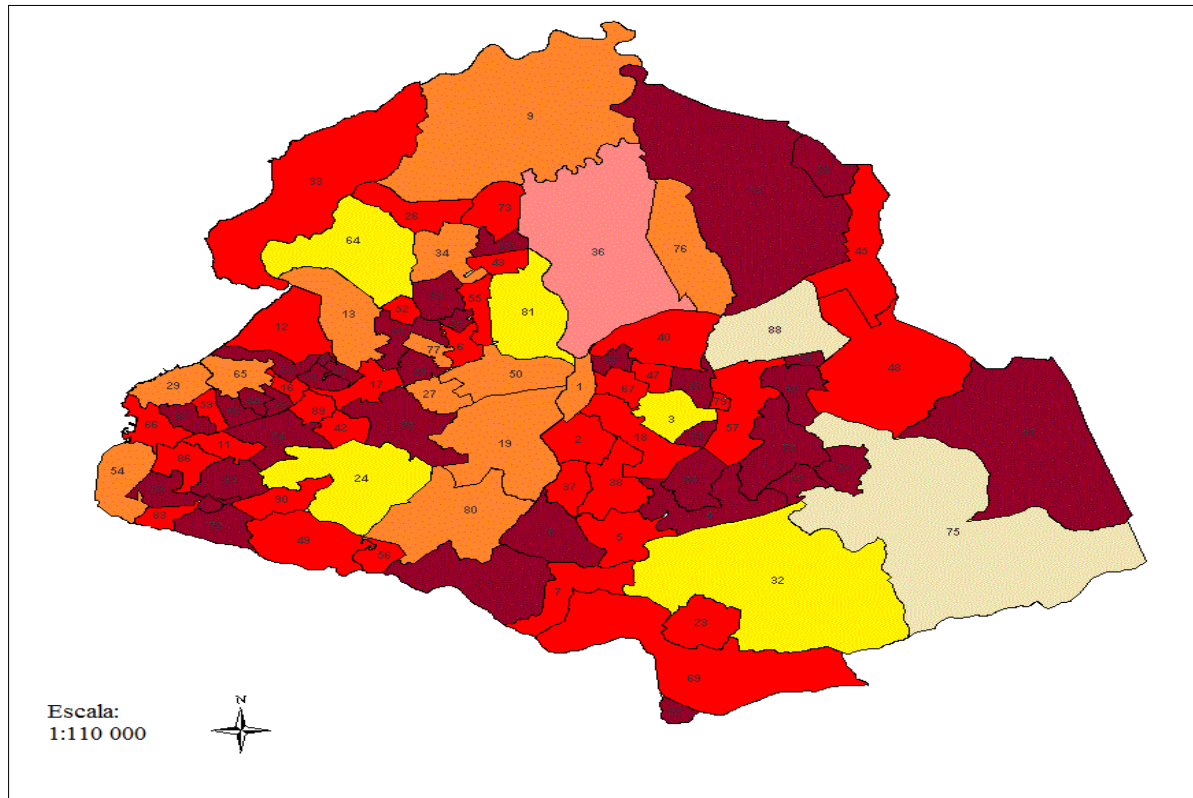


Figura 2: O município de São Gonçalo e seus respectivos bairros

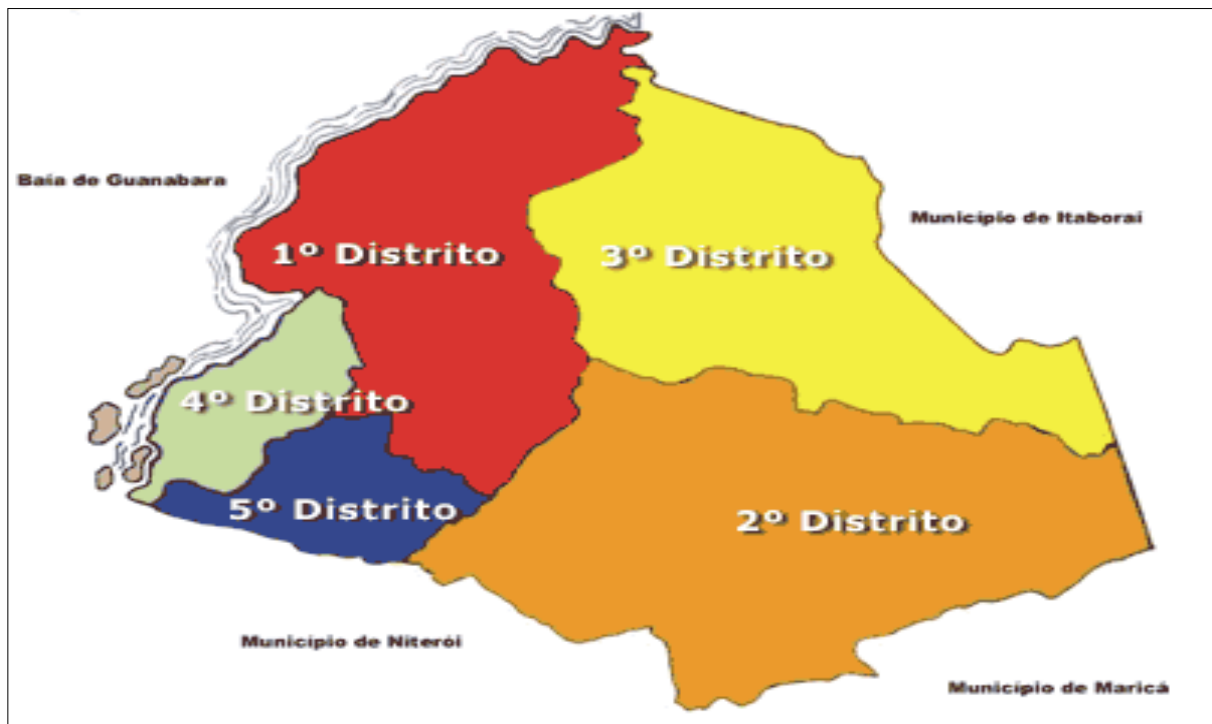
Fonte: <http://www.pmsg.rj.gov.br/>

Até o momento buscamos sinalizar a importância que a prática do loteamento de terras no município de São Gonçalo teve para a sua organização espacial. Adiante, iremos nos deter ao estudo mais focalizado do bairro Jardim Catarina, *locus* dessa abordagem de pesquisa<sup>25</sup>.

## 2.2. O bairro de Jardim Catarina e suas particularidades

Jardim Catarina é um bairro popularmente conhecido por ser o maior loteamento da América Latina devido ao elevado número de domicílios distribuídos ao longo do seu território. O bairro está localizado no terceiro distrito<sup>26</sup> de São Gonçalo, com uma população de 73.042 (IBGE 2010) segundo o último senso, composta por 52,1% mulheres e 47,9% homens habitando 24.781 domicílios (IBGE, 2010)

Figura 3: Mapa do município de São Gonçalo dividido por distrito



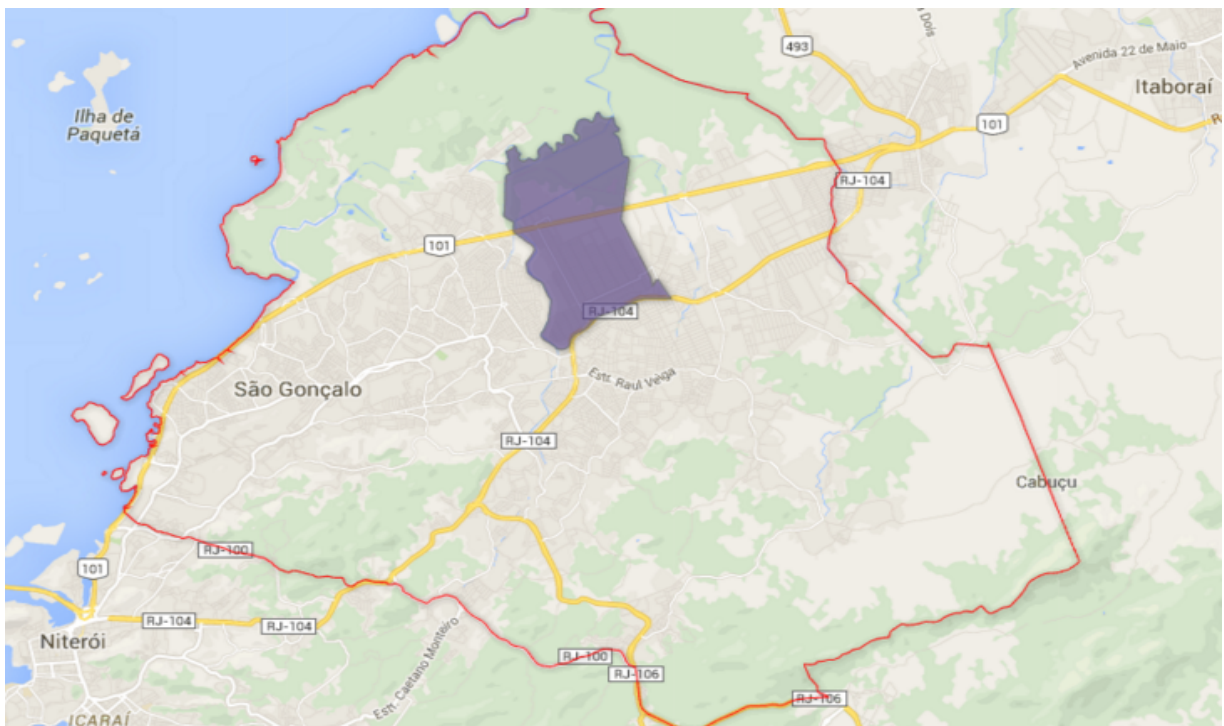
Fonte: <http://www.pmsg.rj.gov.br/>

<sup>25</sup>Torna-se necessário, diante da perspectiva metodológica desta abordagem de pesquisa, destacamos a importância de termos como ponto de partida o estudo do lugar, pois nele é desenvolvidas o conjunto de relações sociais que o dinamiza e o constitui. Além do mais, essas relações sociais só existem socialmente na medida em que existam espacialmente já que, o espaço é produto e condição para a efetivação de todas as relações.

<sup>26</sup>O município de São Gonçalo é subdividido administrativamente em cinco distritos: o distrito de São Gonçalo, de Ipiíba, de Mojos, de Neves e o Sete Pontes.

Podemos observar que o município em questão é subdividido em cinco distritos sendo o de maior extensão territorial o segundo distrito, todavia, o bairro Jardim Catarina pertence ao terceiro distrito.

Figura 4: Localização geográfica do bairro Jardim Catarina



Fonte: <http://www.saogoncalo.rj.gov.br>

A história da origem das primeiras ocupações no bairro é controversa. Há quem diga que, nos anos trinta, a partir da promulgação de um decreto que alterava as características do município (pelo menos no plano jurídico) atribui-se ao bairro a característica de área urbana. Ao que tudo indica, havia uma tendência de que as áreas rurais fossem parceladas para a

instalação de futuros loteamentos durante o avanço das indústrias que foram instaladas na cidade.

Entretanto, o desmembramento dos loteamentos que originaram o bairro de Jardim Catarina se inicia na década de 1950, período marcado pelo ápice da derrocada do surto industrial no município. Até esse período, grande parte das terras que compunham o bairro eram de grandes fazendas voltadas para agricultura local. Mas, diante dos avanços da industrialização no município, as atividades agrícolas entram em crise e, como única alternativa encontrada pelos proprietários rurais era, *a priori*, a venda dessas terras por meio de lotes. Durante esse período o incentivo ao loteamento é notório, como podemos observar nas imagens abaixo:

Figura 5: Propaganda dos loteamentos em Jardim Catarina – 1959



Fonte: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0432.html>

O resgate da história do bairro e a valorização dessas memórias feito pela Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina<sup>27</sup> é de fundamental importância para que possamos compreender melhor o processo de ocupação desses loteamentos. Observamos que, no ano de 1953, as fazendas Júlio Lima e Luís Caçador, grandes extensões de terra, foram vendidas para quatro sócios. Logo estes formaram a Imobiliária e Administradora Jardim Catarina, que ficaria responsável pela repartição das antigas propriedades rurais em lotes entre as margens do Rio Alcântara até a altura da atual Avenida Padre Vieira esquina com a Rua Ouro Fino, cuja localidade é conhecida hoje como “Jardim Catarina Velho”, a área mais antiga do loteamento. Este momento representa o ponto de partida para uma transição de um espaço altamente agrário para um espaço urbano voltado para a instalação de moradias.

Nos anos seguintes, principalmente a partir da década de 1960, o crescimento do loteamento decorreu paralelamente às rodovias, sendo a imobiliária responsável a Solar Organização Loteamento e Administração LTDA. Os lotes iam da Rua Lamartine Babo, originando a localidade conhecida, hoje, como “Jardim Catarina Novo”.

Outra localidade no loteamento conhecida como “Novíssimo Jardim Catarina” instalou-se às margens da RJ-104 em 1975 dentro de um novo contexto. O surto industrial já havia passado, porém a inauguração da Ponte Rio-Niterói facilitou o acesso para a região leste da Baía de Guanabara, valorizando os loteamentos e atraindo migrantes do interior do estado do Rio de Janeiro, interior de Minas Gerais e estados nordestinos.

A abertura da rodovia federal BR – 101 no início dos anos 1980 atravessou o loteamento impulsionando a ocupação da área norte do Jardim Catarina ‘Velho’ dando origem à localidade conhecida hoje como “Ipuca”, que foi avançando diretamente para áreas alagadiças e de manguezais que, por sua vez, possibilitou a ocupação das margens do Rio Alcântara erguendo outra localidade conhecida como “Pica-Pau”.

No início dos 90 algumas intervenções públicas foram realizadas na região, como o Projeto Viva São Gonçalo do governo do Estado em parceria com Prefeitura, criando no interior do bairro um espaço com melhor infra-estrutura, na localidade do Jardim Catarina Novíssimo. Nos anos 2000, o então prefeito da cidade, Henry Charles, popularmente conhecido como “Dr. Charles”, em parceria com o governador do estado Anthony Garotinho,

---

<sup>27</sup>Informação disponível no site da Associação de Moradores do Jardim Catarina – AMAJAC, <http://www.amajac.org/historia.htm>.

criou o programa São Gonçalo 2000 que tinha como eixo central a reurbanização da cidade voltando-se, principalmente, para o bairro de Jardim Catarina (MENDONÇA, 2007).

Até aqui, buscamos apresentar, ainda que brevemente, o surgimento do bairro, isso porque, acreditamos ser de fundamental importância que tomemos o bairro enquanto categoria de análise, na medida em que o mesmo define territorialmente o conjunto de relações que constituem as diferentes formas de relações sociais.

Portanto, é a partir da escala territorial do bairro que podemos melhor compreender o espaço heterogêneo e dinâmico que é a cidade de São Gonçalo, uma vez que é dada com maior clareza a visibilidade dos conflitos urbanos enredados no local, assim como as contradições sociais manifestas no urbano, as problemáticas sócio-espaciais inerente ao crescimento das metrópoles. É deste modo, que concordamos com Souza (1989), ao sinalizar as potencialidade do bairro considerando-o como palco cotidiano, como arena de luta, referencial organizativo e catalizador simbólico (SOUZA, 1989) para os ativismos de bairro.

Podemos dizer que o bairro é, também, espaço social, é o suporte material onde a vida social dos homens e mulheres acontece. Todavia, esse espaço não é de maneira nenhuma “neutro”, muito pelo contrário, ele re-produz às contradições da sociedade. Sua materialidade de certo modo, é condição existencial para vida dos diferentes homens e mulheres, já que, uma vez produzido dessa ou daquela maneira, passa automaticamente a atuar com um dos referenciais para a vida e para os projetos dos seus produtores.

No mais, tomamos o bairro para além de uma definição estritamente técnica. Ele é uma realidade multifacetada, fluída e heterogênea ao mesmo tempo em que conserva determinados arranjos espaciais e características ímpares, resignificados pelos seus habitantes. Esses aspectos somente serão reconhecidos ou ao menos desvelados se nos voltarmos a sua historicidade, isto é, à História do bairro (sua origem, formação territorial, organização espacial, seus aspectos econômicos, políticos e culturais), construída ao longo do tempo pelos homens e mulheres habitantes que deixam marcas no tempo e no espaço.

É notória a relação dialética existente entre a História do bairro de Jardim Catarina com a história de vida de muitos homens e mulheres que habitam o bairro. Ser habitante do "Catarina" (como é chamado o bairro pelos moradores locais e pelos moradores de áreas vizinhas) exprime uma gama de relações que se constrói no lugar. Habitar significa muito mais do que simplesmente fincar os pés em um solo demarcado administrativamente pelo



poder público. Ora, habitamos por que existimos e, existimos por que habitamos. Portanto, “o lugar é onde estão os homens [e mulheres] juntos, sentindo, vivendo, pensando, emocionando-se” (SANTOS, 2006, p. 59) e habitando.

O bairro é o espaço da existência, da coexistência, ele constituiu para homens e mulheres habitantes um espaço vivido e sentido, onde se entrecruzam as suas subjetividades a partir da realidade objetiva de cada um. Aliás, Souza (1989) salienta que o bairro desperta certa empatia nos moradores através do reconhecimento de uma identidade com o lugar, que pode ser traduzida em simpatia ou antipatia. Quando o despertar é de simpatia significa dizer que o morador possui certo apego e afeto pelo bairro, a isto chama-lhe de bairrofilia. Mas, as subjetividades não são o único componente do bairro, a realidade objetiva é tão importante quanto. Esta realidade é construída historicamente por esses homens e mulheres que possuem diferentes interesses, demandas, anseios, visões de mundo. Portanto,

os diferentes moradores não encaram o seu bairro exatamente da mesma maneira, em que pese a interseção de subjetividades. As diferenças ficam por conta de fatores tais como a situação de classe, a faixa etária e a ocupação, e valores a eles associados. Igualmente as semelhanças derivam de fatores como estes (p. 151).

Essas diferentes identidades que se constituem ao habitarmos um determinado bairro, seja as voltada para o apresso ou para a repulsa, irá influenciar diretamente na maneira pela qual os homens e mulheres buscarão, por meio da participação individual, por melhorias de vida no bairro. Ou seja, o modo como se experiencia o bairro onde se mora e como ele é visto, a imagem que dele se tem; a participação ou a não dos moradores junto aos problemas e à vida do bairro; tudo isto está condicionado por uma dialética entre fatores objetivos - proletário/burguês, antigo no bairro/recém-chegado, inquilino/ proprietário, jovem/velho - e valorações diferenciadas - vinculadas à diversidade de vivências da objetividade historicamente produzida. A apreciação dessa dialética é fundamental para se avaliar, sem parcializações, os vários tipos e os distintos níveis de participação na vida do bairro (Ibid. p. 151-152).

### **2.3. A urbanidade como potência e efetividade ao poder das ações políticas dos sujeitos**

Se considerarmos a dimensão política do bairro - isto é, a manifestação concreta da política do conflito e do poder, tomando-o propriamente como categoria de análise (SOUZA, 1989), será possível, de saída, fincar bases sobre o seguinte pressuposto: o de que, na vida cotidiana a política não se esvazia na vaga e errônea ideia de banalidade e imediatez do cotidiano (o cotidiano pondo-se como o reino do senso comum). Isso quer dizer que sujeitos espacialmente inscritos, ao se relacionarem, efetivam sua prática no lugar que seja, ao mesmo tempo, território. Daí a ação emergir no campo das relações políticas como técnica da prática política, a mesma que busca superar os constrangimentos implantados em eventos do passado-presente por outros sujeitos da realidade social.

Como evidencia Ana Clara Torres Ribeiro (2004), "a ação é portadora do tempo na própria espacialidade das técnicas na medida em que manifesta, no mesmo movimento prático e político, as condições historicamente herdadas e o projeto de sua transformação" (p.31). Nenhum sujeito reivindica ou luta pela banalidade e vaguidade do que se pode chamar de real, ao contrário, todo sujeito político luta pelo direito a efetivar politicamente o projeto coletivo de transformação. Todo sujeito, ou melhor, todo morador, (re)significa o sentido dado de bairro, aquele que não oferece sentido algum para si (o bairro como resultado da divisão administrativa e como demarcação físico-geográfica do município) e produz outra forma de ler o bairro que, por sua vez, se forma como plataforma de luta e de resistência "daqueles que querem ser donos do seu cotidiano"<sup>28</sup>.

Por termos utilizado nesta abordagem de pesquisa a cartografia da ação, pressupõe-se que essa mesma ação tenha sentido, e a maneira pela qual ele se constitui e se enuncia se dá pela dialogicidade (FREIRE, 1987) no cotidiano de luta dos movimentos. A noção de "sentido" envereda-se por duas bases interpretativas: a primeira enquanto orientação de luta, como um impulso histórico movido pelo próprio discurso dos movimentos; e, a segunda, enquanto significado dessas mesmas lutas, de sua produção histórica e direção consciente. Ambas revelam o peso político da linguagem que, à maneira de Bakhtin (1988), se apresenta como a produção histórico-social, decorrente dos embates entre as classes dominantes e os grupos subalternos.

---

<sup>28</sup> SOUZA, 1989, p.147

Portanto, o discurso que é ideologicamente construído, caracteriza-se enquanto um campo de disputa, onde podemos observar uma relação dialética. Ao mesmo tempo em que o discurso das classes dominantes se apresenta enquanto hegemônico, abre margens para que os grupos subalternos produzam o seu discurso contra-hegemônico, dando-lhe a orientação e o significado semiológico-político fundamental para a composição dos seus repertórios de luta.

Os sentidos das ações intrínsecos às diferentes formas de ação coletiva se relacionam com as condições objetivas de existência dos sujeitos atuantes que os impulsionam, de certo modo, a uma inquietude reivindicatória. Isto é, a valorização da *experiência* (THOMPSON, 1987) desses sujeitos, adquirida a partir da vivência de sua condição histórica de classe, é fundamental para sua compreensão. Vale destacar que a existência objetiva das classes sociais não é algo dado, estruturalmente homogêneo e imutável, mas (re)elaborada a partir da vivência entre os indivíduos que pertencem a uma mesma classe.

Ao representarmos, por intermédio da cartografia da ação social, os movimentos de bairro atuantes no território gonçalense, torna-se necessário salientar a importância dos repertórios de luta desses movimentos, isto é, como em Charles Tilly, as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados (TARROW, 2009). O “repertório” é, então, um agrupamento de formas de ação, sendo fundamental para pensarmos os movimentos sociais a partir da pesquisa empírica de contextos históricos particulares (ALONSO, 2009).

Como vínhamos sinalizando ao longo desta dissertação, o objetivo central desta abordagem de pesquisa que, encontra-se em andamento, é analisar em que medida o sentido da ação das associações de moradores do Jardim Catarina podem assumir (ou não) um caráter de educação popular. Buscamos, portanto, enfatizar ao longo deste estudo de pesquisa que os movimentos de bairro se constituem enquanto uma organização construída pelos moradores locais que a partir do uso do território percebem a necessidade de reivindicarem melhores condições de habitar a cidade

Durante esta dissertação apresentamos algumas considerações sobre o surgimento dos movimentos de bairro em escala nacional, percebendo a sua intrínseca relação com o processo de industrialização e urbanização das cidades. A emergência dos movimentos de bairro decorre do fato desses processos não terem acompanhado o desenvolvimento das cidades. O planejamento das cidades fora pensado pelos “de cima” deixando as classes populares, grande parcela da população, excluída do direito à cidade. Porém, como havíamos sinalizado ser

excluído de determinadas decisões não impede que os mesmo se constituam enquanto sujeitos políticos em luta.

Em seguida, contextualizamos o município de São Gonçalo, no que se refere às transformações que se sucederam na cidade em decorrência do processo de industrialização e urbanização. Evidenciando que a organização espacial do território se deu a partir dos loteamentos de antigas fazendas, o que culminou no surgimento do bairro Jardim Catarina, objeto desta abordagem de pesquisa.

A história do bairro, portanto, evidencia a importância da participação dos moradores locais na sua construção. As ações coletivas emergem por conta, principalmente, das carências e demandas que emanam no bairro por conta do processo de formação deste território. É nesse contexto que as associações de moradores são constituídas com o intuito de reivindicar melhorias no/para o bairro.

O próximo capítulo é decorrente da investigação feita a partir da ida a campo e, principalmente, pela pesquisa realizada através dos diferentes meios de comunicação utilizados e/ou apropriados pelos movimentos de bairros nas suas reivindicações. Coutinho (2014) chama a atenção para o fato de que, nas últimas décadas, a partir do estudo sobre a articulação dos movimentos de bairros, novas formas de engajamento e organização estão surgindo.

Alguns movimentos se reconfiguram assumindo outras formas menos institucionalizadas, outros mantêm sua estrutura institucional, mas se apropriam de mídias disponibilizadas, sobretudo no ciberespaço, quer seja para se organizarem internamente, quer seja para dialogarem com outros movimentos ou potencializarem a visibilidade de suas lutas (p.65).

Ao fazerem uso e/ou se apropriarem dos diferentes meios de comunicação, os movimentos populares urbanos, ressaltam a importância desses meios enquanto canal informativo e de diálogo. Essa apropriação é por meio de redes sociais na internet, criando páginas que informam a história do movimento, suas ações, suas conquistas e, também, viabiliza uma interação tanto com os moradores dos bairros quanto com os de fora. No que tange esta dissertação, os meios de comunicação foram de fundamental importância, pois foi por intermédio deles que realizamos o diálogo inicial com os sujeitos que compõem o

*locus* da pesquisa, além de, interarmos sobre os informes comunitários e ações a serem desenvolvidas pela associação.

#### **2.4. Habitar para viver, conviver para resistir: uma cartografia da ação dos movimentos de bairros atuantes no município de São Gonçalo - RJ**

A urbanidade como manifestação do fenômeno urbano cria desafios aos “urbanizados” e, sobretudo, aos lugares de sua ocorrência. Isso porque é possível perceber, cada vez mais, a maior fluidez do capital, das políticas governamentais, das empresas, dos Estados, em síntese, das intencionalidades de caráter ligeiramente globalizado gerando tensionamentos com o poder local.

O espaço da modernidade possui uma lógica precisa que universaliza os modos de relacionamento e intervenção no solo urbano, tornando homogêneo as relações da sociedade urbana com a cidade. E as cidades, elas mesmas, produzem elementos homogeneizadores e hierárquicos, ao mesmo tempo em que reproduzem a sua própria contradição, qual seja, a fragmentação (inclusão precária, pobreza, espaços segregados). Qualifica-se, daí, o princípio básico de habitação reproduzindo novos conteúdos ao sentido de ser habitante e, posteriormente, o de ser morador. É dessa forma que se cria uma necessidade de compreender os modos de vida na cidade, de maneira a evidenciar a forte busca pela produção de territorialidades que permitam resistir às ações políticas verticalizadas e apresentadas como projeto universal de cidade. A razão de fazê-lo exige uma atenção a noção que diz respeito ao ser habitante que, no tempo presente, se aproxima da ideia de simples condição do habitar, da construção da vida cotidiana por intermédio das relações entre o outro-diverso e os desiguais e entre o lugar, conceito fundamental modificado pelos homens e mulheres que dele fazem uso.

No tempo presente, o lugar tem sido fortemente marcado pelas relações de poder e se mostrado como possível via de organização de novas práticas à luz das conflituosidades entre as atuais estruturas de poder. Daí poder-se pensar na resignificação do conceito território, agora usado e praticado pelos sujeitos políticos habitantes da cidade. Fala-se aqui, portanto, não só do modo como o “urbanizado” se habitua com o espaço urbano, mas também das táticas e estratégias de elaboração de resistências partindo e desembocando sempre no princípio da co-presença e da coabitação.

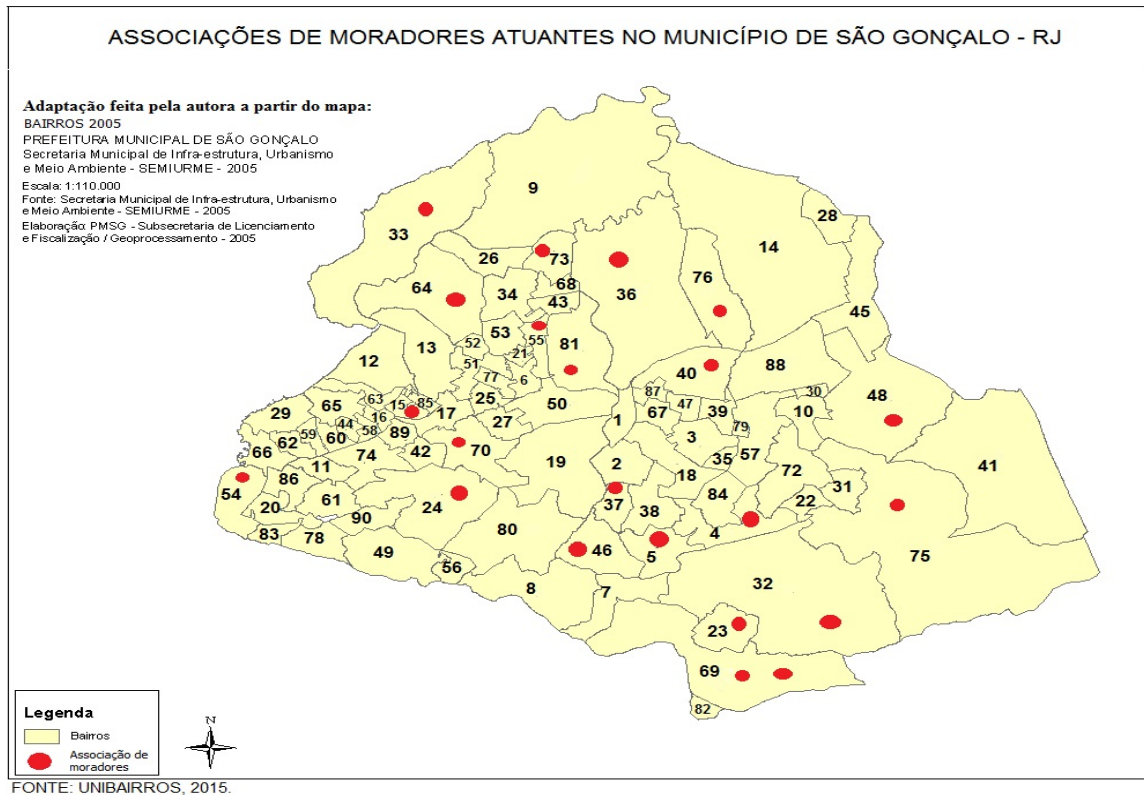
Há uma dimensão da realização da vida em sociedade que nomeamos de território; espaço-tempo demarcado pelas intenções e ações humanas, emergindo como recurso e abrigo que exterioriza a existência individual e coletiva (...). O território significa a constituição necessário de laços que se definem pela apropriação e uso das condições materiais, e também dos investimentos simbólicos, estéticos e éticos que revelam o sentido da própria sociedade instituída (BARBOSA, 2011, p.72).

O lugar, além disso, compartilha um elemento integrador com o território que o retira da esfera do vivido à luz de uma temporalidade esvaziada de história, posicionando-o no *locus* também da vivência, mas, sobretudo, dos enfrentamentos diários que alargam o próprio conceito de vida. Para além da dimensão do vivido e dos laços identitários, o lugar, hoje, abriga movimentos curtos e acelerados, lentos e ritmados por temporalidades distintas que constroem verdadeiras tramas de sentidos, de poder e de praticar a política da e na cidade.

Voltar-se ao território, pois, é uma tarefa indispensável, e de um modo fundante: a partir do alargamento da dimensão da política que tem se dado por intermédio das questões que se colocam pelos próprios habitantes da cidade, principalmente, os que habitam as periferias. Estes sujeitos resistem ao violento projeto de civilidade amalgamado com o significado do espaço urbano e o fazem buscando fortalecer coletivamente o modo como usam e se apropriam da cidade. E o fazem alertando aos “de fora” que já não basta a presença do espaço vivido ainda que concebido por outrem; é preciso criar condições particulares de produzir mediações concretas, projetos políticos dos “de dentro” que deem conta de produzir, conceber o seu espaço próprio de vivência, de residência e, fundamentalmente, de resistência.

Nesse sentido, é de fundamental importância a identificação das associações de moradores em São Gonçalo que, pelo simples fato de se organizarem a fim de constituírem um movimento de bairro, estão evidenciando por meio dessas ações que o território é usado e, também, praticado por esses moradores. Mesmo diante da realidade conjuntural do tempo presente acreditam e defendem que a organização de um movimento é importante para o bairro.

Figura 6: Associações de moradores atuantes no município de São Gonçalo – RJ



O urbano a ser vivido é ele mesmo concebido sob um outro aspecto, aliado aos desígnios do acesso e controle de “novos” sujeitos, os mesmos que produzem cotidianamente modos de resistir e insistir no lugar, agora reconfigurado carregado de política dos sujeitos.

O poder local, nesse sentido, re(a)presenta a força das esferas de conflitividade entre a região metropolitana, o município, os bairros, as ruas (que já não são componentes de planejamento governamental) e os sujeitos políticos. A política, daí, atravessa escalas e põe-se na pluralidade como matriz das singularidades dos lugares das políticas localmente pensadas. E, desse modo, ora se apresenta como contraproposta à política institucionalizada ora como fuga dos constrangimentos sociopolíticos instalados no território físico-funcional da cidade.

Os corpos e seus ritmos, os movimentos diários, as intencionalidades, as experiências de luta, a organização e a não organização em grupos sociais são anúncios práticos de ações sociais e políticas. Disso decorre a formação de estratégias alternativas ao fenômeno urbano levando em consideração a conjuntura já instalada pretendendo criticamente redefinir as prioridades ou, de modo mais adequado, as necessidades individuais e coletivas que ainda não foram efetivadas ou materializadas nas formas espaciais. São necessidades que se põe na

cadência da cidade como presença ausente e, concomitantemente, se impõe como motriz de construção de projeto de vida na dinâmica da urbanidade a ser publicado, opondo-se ao que já fora empiricizado.

Pode-se afirmar que a vida urbana possui sua matriz calcada em negociação de projetos ético-políticos que, institucionalmente, pretende-se consentida, mas que releva profundas contradições e diferentes formas de leitura. Isso incita os dissensos como luta e resistência contra a política hegemônica e requalifica a prática política como possíveis políticas da ação prática, que possam vir a ser contra-hegemônica. Por isso, ação e política, território e lugar, precisam ser repensados como via de acesso ao pensar/agir sobre a justiça e o direito à cidade, uma vez que...

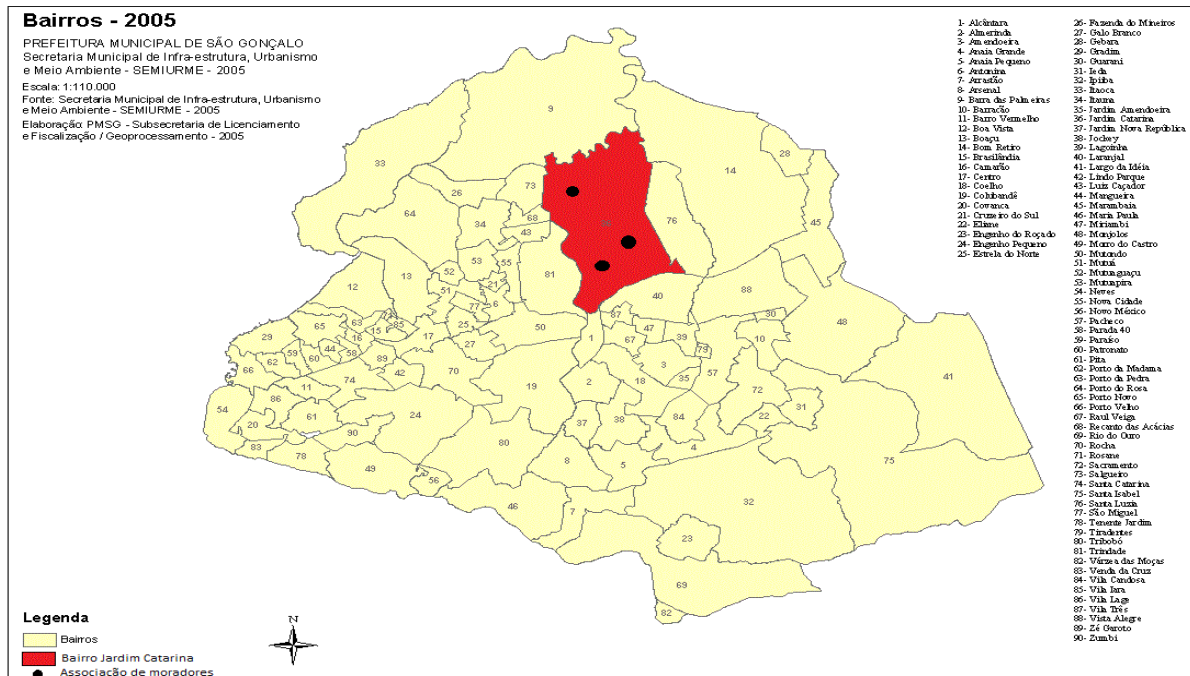
a lógica da produção e apropriação do espaço urbano no capitalismo tende a segregar espacialmente segmentos sociais de acordo, sobretudo, com o nível de rendimento familiar (...) [onde] setores empobrecidos das próprias classes médias, parcela da pequena burguesia e trabalhadores do setor informal, muitas vezes, apenas têm acesso a bairros menos valorizados e equipados. (CELSO DANIEL, 1988, p. 31)

As ações coletivas emergem como evidencia o autor ao longo do seu trabalho, muito mais pela consciência de uma necessidade do que propriamente pelo nível de pobreza. Os direitos básicos de existência devem ser garantidos pelo poder público e, quando nos voltamos a análise do bairro, o mesmo diz respeito ao poder local, na esfera municipal. Por isso que os movimentos de bairro ao reivindicarem relacionam e, até mesmo, direcionam diretamente suas ações para o poder público local.

O bairro de Jardim Catarina possui, portanto, inscritas em seu território três associações de moradores (figura 10) que ao analisarmos os seus repertórios podemos perceber que o surgimento de ambas acompanharam o processo de organização espacial do bairro.



Figura 7: Associações de moradores do Jardim Catarina



Fonte: A autora

No bairro, encontra-se localizada a Associação de Moradores do Jardim Catarina (AMJAC) fundada em 1963, a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina (AMAJAC) fundada em 1981 e a Associação de Moradores do Jardim Catarina Novo (AMOJACAN), fundada em 1995. Jardim Catarina foi criado em 1948 e somente em 1991 foi efetivamente reconhecido pelo poder público local enquanto bairro, embora, isso tenha trazido mudanças de grande porte para o bairro, pois a verdadeira história do bairro foi construída pela co-existência entre os seus moradores, (re)significando um território por meio dos seus aprendizados de vida.

O surgimento das associações de moradores no Catarina não é um fenômeno isolado. Elas nascem no interior de um processo político que se distribui em escala nacional e que fornece aos lugares ferramentas de produção das particularidades. Tal empreitada histórica disponibiliza ao sujeito morador caminhos para organizar-se coletivamente em favor de compreensões acerca do significado das relações sociais existentes e das relações de significado que o lugar-a-ser-morado possui. Tanto o lugar quanto o seu entorno produz mundanidade individual-coletiva capaz de objetivar, no jogo das disputas políticas, os projetos alternativos e político-pedagógicos. Isto exige organização como estratégia de

enfrentamento ao conteúdo produzido por outrem - localizado no cume da malha de enfrentamentos políticos - e de criatividade para transformar historicamente a necessidade em políticas efetivas, na materialidade. Tal tarefa exige, por sua vez, uma outra organização socioespacial e um sentido político ao lugar, “daí a dinâmica do lugar ser uma questão permanente de preservação do pedaço, ou, de outro modo, do espaço de vida e do entorno” (SILVA, 1988, p. 142). O professor Armando Corrêa da Silva ainda nos ensina que “a luta pela preservação do espaço de vida e do entorno começa, com o tempo, a modificar as relações que definem o lugar” (id.)”.

### **CAPÍTULO III. ENTRE NOVAS QUESTÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR: O MOVIMENTO POPULAR DE PERIFERIA URBANA E SUAS DEMANDAS NO TEMPO PRESENTE**

Acontece, porém, que a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de respostas, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, ação também o será. Se é mágica a compreensão, mágica será a ação.

*Paulo Freire*<sup>29</sup>

---

29 Em “*Educação como prática da liberdade*” (1989, p. 106).

Com base no foi discutido até aqui, buscaremos compreender quais são as questões atuais da educação popular enfrentadas pelo movimento popular urbano, especificamente pela Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina (AMAJAC). Esta associação, como havíamos sinalizado, se circunscreve no bairro do Jardim Catarina, território periférico pobre, característica tão marcante da realidade brasileira, onde as desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais cada vez mais se aprofundam e revelam as precariedades e ausências a que grande parte da população é submetida.

A escolha em focarmo-nos nesta associação se deu por alguns motivos, dentre os quais o fato de a AMAJAC ser um movimento popular urbano com mais de três décadas de existência e de significativa atuação no município. Ela é uma das vinte e cinco associações de moradores<sup>30</sup> atuantes no município vinculadas à Federação das Associações de Moradores de São Gonçalo, a UNIBAIRROS. Há uma visível integração de seus principais membros em reuniões, eventos, conselhos e discussões, de um modo geral, tendo como pauta questões sobre o direito à cidade. Esse engajamento não deixa de simbolizar no campo teórico-prático a disputa pelo sentido da cidadania através dos momentos em que a contrapalavra torna-se regra e não mais exceção para os moradores de periferia urbana.

Em se tratando da AMAJAC, de antemão nos chama a atenção o fato de ela se voltar para os problemas e demandas dos moradores do bairro do Jardim Catarina, bairro este que por anos foi considerado um dos maiores loteamentos da América Latina. Constatamos que o seu acervo acerca do repertório histórico de luta é bastante rico que, uma vez que conta com a memória viva dos seus membros que por meio do diálogo e da consulta aos arquivos da associação realizamos está investigação. Em seu endereço eletrônico, assim como nas redes sociais, a título de exemplo, é possível encontrar ordenadamente fotografias antigas e atuais, documentos oficiais de veiculação impressa, como ofícios à prefeitura, cartas abertas etc., por onde reivindicam suas demandas e apontam o atendimento ou não atendimento das solicitações (COUTINHO, 2014)<sup>31</sup>.

Em certos momentos, estivemos acompanhando as suas práticas cotidianas e rotineiras, e foi através do diálogo com alguns membros que apreendemos mais sobre a sua história, suas conquistas e lutas atuais. Não podemos deixar de destacar a importância das

---

<sup>30</sup> Ver Coutinho (2014).

<sup>31</sup> Ver anexos.

informações que são atualizadas constantemente nos diferentes meios de comunicação por onde são divulgados os informes comunitários, as ações sociais, os projetos futuros, os documentos reivindicatórios, isto é, o material empírico pertinente para esta dissertação.

Tendo em vista essas fontes, utilizamos como material empírico o diálogo com membros da associação e, ainda, diferentes tipos de materiais disponibilizados nos meios de comunicação por ela apropriada. Esse percurso metodológico tornou-se necessário já que buscamos analisar as possíveis aproximações de elementos teórico-metodológicos da educação popular com as práticas político-educativas desenvolvidas pela AMAJAC.

### **3.1. Educação Popular e participação popular: a efetivação de práticas político-educativas**

Ao caminhar pelo Jardim Catarina, pelas suas ruas e estradas meandrosas e deficientemente distribuídas, planejadas para servir de canteiro à acumulação multiescalar do capital, encontramos crianças, jovens, adultos e idosos que cotidianamente constroem e (re)significam o bairro. Verificamos que as suas características peculiares são elementares para caracterizá-lo enquanto bairro. Avistamos, durante o deslocamento periódico por suas veredas, a organicidade e identidade que o compõe. Percebemos, ainda, que o bairro se estabelece a partir da construção social, da produção identitária e cotidiana onde os moradores se tornam possuidores do lugar que produzem, apreendendo este lugar através das experiências adquiridas e compartilhadas.

O Catarina é um bairro composto pela união de características marcantes às classes populares, características estas que os ligam por laços de afetividade e de vizinhança que, ao longo de suas vidas vão sendo construídos a partir do lugar de morada. Todavia, por se tratar de um bairro de grande dimensão, nem todos os que ali residem se conhecem, mas há, entre as suas histórias, similaridades que fazem com que os moradores se reconheçam a partir do bairro que comungam.

Sabe-se que o Catarina não é somente um bairro administrativamente instituído. Ele é, fundamentalmente, um conjunto de sociabilidades múltiplas agrupadas em um dado território que, constituídas a partir do compartilhamento das experiências de vida enquanto morador (a), experiências essas de caráter socioeconômicas, política e cultural. A identificação – que

chamaremos de “consciência” – que se tem sobre a sua condição social se dá pela reflexão a respeito das condições do lugar em que se vive. Isto é, sobre as condições materiais de existência que o lugar em que vive lhe oferece e, também, sobre as possibilidades de resistência construídas neste e/ou a partir deste lugar com vista ao horizonte da cidadania.

As precariedades e ausências do bairro estão presentes nos seus discursos, se tornando recorrente nas falas dos moradores abordados. São esses elementos, suponhamos, que lançam cada morador a uma rede de sociabilidade capaz de fazer uma leitura do bairro como sendo uma co-pertinência, vazio de determinismo. É por esta via que o bairro põe-se como catalisador das contradições do tempo presente e como fonte de produção da condição de ser habitante que, pelo movimento dos enfrentamentos micropolíticos e em escalas abrangentes, se transformam em sujeitos socialmente inseridos numa sociedade classistas. A condição social, daí, se apresenta indissociada com o lugar em que se reside. O que ocorre é uma combinação orgânica, ontológica, e não puramente determinista e biológica. Predomina-se a determinação do projeto humano em fundar um projeto coletivo no espaço, tornando-o particular ou, lugar.

São as condições materiais de existência – os fixos sociais – que compõem as pautas de lutas atuais da AMAJAC. São elas: a luta por escolas técnicas e creches públicas, principalmente no loteamento Novo e Velho; a luta pela descentralização das vinte e uma unidades de saúde da família como, posto de saúde, UBS – EBS e UPAs; a luta pelo ordenamento urbano do bairro como, sinalização, pontos de ônibus e ciclovias e binários; a luta pela linha três do metro e integração barcas e BRTs; a luta por fiscalização urbana e segurança urbana com aumento do policiamento e inclusão de efetivo da Guarda Municipal; a luta pela manutenção das vias urbanas, da iluminação pública, limpeza de bueiros, varrição das vias e coleta de lixo urbano; a luta por mais áreas de lazer através da revitalização das praças, da lona cultural e a criação de uma vila olímpica no bairro; a luta pelo desenvolvimento econômico do bairro com a instalação de agência bancária, casas lotéricas, departamento administrativos da prefeitura, agência dos Correios, postos de atendimento do INSS dentre outros serviços.

Portanto, suas pautas têm por base a luta pelos direitos básicos à vida; elas se resumem na luta pelo direito à cidade. Essas pautas não são novas e muito menos se esgotarão em curto prazo. Elas ainda compõem e, principalmente, fundamentam a própria existência da associação porque a organização socioespacial do bairro é reflexo do planejamento do poder

público verticalizado e excludente, da necessidade (como vazio e não como potência de um projeto político a ser realizado), da ausência e ineficiências de políticas públicas. Conforme Tavares (2003, p. 106-107) assinala:

[...] não há nada que caracterize melhor o processo de apropriação do espaço e de resolução do problema habitacional para as camadas de baixa renda da população de São Gonçalo que o binômio loteamento autoconstrução. É através dessa associação que se pode compreender o fenômeno da periferização da cidade e descrever a uniformidade da paisagem dos bairros que constituem. As ruas irregulares e esburacadas, que foram abertas sem nenhum plano prévio, são preenchidas por casas construídas através de um processo de bricolagem, que confere a grande maioria um aspecto precário. Essas ruas compõem junto com outras marcas de ausência de serviços – falta de iluminação pública e asfalto, esgoto correndo a céu aberto – um cenário imediatamente identificável: trata-se do local de moradia das camadas mais pobres da população [...].

Fica evidente que o Catarina é um exemplo do processo histórico do modelo de desenvolvimento urbano-industrial importado pelo Brasil, no qual a produção, ocupação e reprodução do solo urbano apoiou-se na periferização, centralização dos recursos e na disseminação desenfreada da pobreza, o que resultou na construção das áreas periféricas brasileiras.

[...] esse processo de criação do solo urbano intensificou-se a partir da década de 80, quando o processo de loteamento do tipo urbano avançou sobre áreas agrárias policultoras do município, à medida que se ampliava a concentração populacional em torno do Rio de Janeiro, fazendo com que a valorização da terra, para fins de criação de solo urbano, suplantasse o rendimento da terra para fins agrícolas. O caso da Fazenda Laranjal, cujo parcelamento para fins de criação de solo urbano deu origem ao Jardim Catarina, no início da década de 50, é emblemático desse processo de urbanização de propriedade como nova ou periférica, que englobam espaços que iam do centro da cidade até as fronteiras com Itaboraí (TAVARES, 2003, p. 106).

Esse processo de loteamento de terras para fins de criação de solo urbano que deu origem ao Jardim Catarina, no início da década de 50, foi intensamente incentivado ao longo dos anos, conforme assinalada em momento anterior. Mas é interessante retomá-lo, pois ele fundamenta o surgimento dos movimentos populares no bairro. Foi durante esse período que os jornais da época publicizaram a prática do loteamento de terras incentivando a ocupação dessas áreas por meio de anúncios de indução a compra desses lotes de terras. Veja-se, a título de exemplificação, a imagem reproduzida abaixo:

Figura 8: anúncio do jornal *Matutina* do dia 08 de junho de 1953.

**E assim, surge...  
o grande LOTEAMENTO  
Jardim  
Catarina**

em ALCANTARA - S. Gonçalo Est. do Rio.  
com todos os requisitos de uma cidade.

Já existente no loteamento:

Condução abundante:

- De bonde - da Estação da Cantareira até o loteamento.
- De trem - para a Estação de Alcântara (suburbio).
- De ônibus - varias linhas, via Estrada Amaral Peixoto e via S. Gonçalo.
- De lotação - varias linhas.
- De automovel - pela magnifica Estrada Amaral Peixoto.

oferecemos á venda lotes de terreno em condições e preços vantajosos

Este loteamento é lançado por seus proprietários, que são pessoas experientes em empreendimentos dessa natureza. Procure informações no Departamento de vendas, onde será atendido com solicitude e sem compromisso.

**Jardim Catarina**  
Rua Mexico, 158-6. - salas 607/611  
Telefone 32-1475 - Rio de Janeiro

Hoje, o fator tempo é importante na vida moderna! 40 minutos de Rio ao Jardim Catarina. Peça folheto.

Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/>

É interessante observar, neste anúncio, como os direitos básicos – rede de água, energia elétrica e telefone – foram utilizados como propaganda para o incentivo à venda dos loteamentos. Entretanto, a realização de um planejamento urbano eficiente que garantisse os direitos básicos aos moradores do bairro não ocorreu como se apresentava, pois, o que de fato aconteceu foi a intensa ocupação do solo urbano sem o acompanhamento de um planejamento adequado por parte do poder público. Essa realidade é retratada nas duas reportagens do jornal *Matutina* da década de setenta e oitenta, apresentadas a seguir.

Figura 9: Fragmento de jornal, publicado no dia 03 de abril de 1977, abordando os problemas no bairro.

O Jardim Catarina, um antigo loteamento, hoje um emaranhado de bairros proletários onde cem mil pessoas sobrevivem em barracos, dá uma visão da favela de alvenaria em que São Gonçalo se transformou com o seu crescimento desordenado: cidade que se orgulha de "falar para todo o Brasil e para o mundo" através dos sistemas DDI e DDD, expandiu-se às custas de loteamentos aprovados irregularmente e construídos sem fiscalização.

Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/>

Figura 10: Manchete do jornal, do dia 05 de outubro de 1986, sobre os problemas no bairro.

## Jardim Catarina, campeão em tamanho e problemas

Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/>

As precariedades e ausências materializadas no bairro, sentidas pelos moradores e denunciadas pela mídia impressa da época, estimularam a organização de um movimento contestatório que teve como importante liderança o Seu Jocelito, fundador da AMAJAC. Ao pisar pela primeira vez no bairro, indignou-se com as condições materiais de existência a que estavam submetidas à população e, portanto, considerou ser eficaz o levante de um movimento popular urbano para o bairro.

“ex perseguido pelo regime militar no qual me escondi no Jardim Catarina de 1972 a 1979 época em que o regime militar caiu nessa época eu cheguei aqui e Jardim Catarina só tinha lama a única coisa que tinha aqui o único asfalto que tinha aqui era o paralelepípedo lá no Santa Catarina comecei a articular os moradores” (Francisco Joceli da Silva, entrevista concedida a AMAJAC. Jardim Catarina, 2009)<sup>32</sup>

<sup>32</sup> Acervo da AMAJAC.



O fundador da associação, durante o processo burocrático para sua legalização, foi questionado por alguns moradores sobre os motivos que o impulsionaram por a frente o projeto de movimento popular num bairro que “não lhe pertencia”, já que seu lugar de origem era o Nordeste. E, ele, sabidamente retrucou:

a luta revolucionária não tem fronteira realmente não tem aonde você tiver e aonde exploração do homem pelo homem e aonde você pagar imposto e não contorna-se para o benefício próprio da onde você mora é pra cada um de nos se organizar e buscar esse imposto nas prefeituras no estado no governo federal e etc (Idem).

Reiteramos que a participação dos moradores se constituiu como uma prática que não só reúne, mas também integra os sujeitos conscientes de que, por mais que se tenha um projeto pessoal de vida, é necessário do mesmo modo que se exerça um papel ativo na construção coletiva de ações práticas, de modo a expressar a luta pela garantia dos direitos fundamentais de cidadania e uma vida digna para todos.

Uma boa sociedade para se viver é feita por homens e mulheres que lutam por um mundo melhor. Cada pessoa que luta por uma sociedade melhor é um cidadão especial. Luta por todos nós mesmo que passemos a vida sentados reclamando de um mundo de uma sociedade que nada fazemos para melhorar. Estes cidadãos são muito especiais pois doam seu tempo para a comunidade mesmo que muitas vezes a maioria das pessoas comuns não tenham a capacidade de entender a grandeza desses cidadãos e seus trabalhos. Assim surgiu a AMAJAC da luta de homens e mulheres cidadãos especiais que cederam e cedem parte da sua vida para um bairro que sempre foi abandonado pelo poder público (José Policarpo, entrevista concedida a AMAJAC, Jardim Catarina, 2016).

Durante a década de 1990 difundiu-se o discurso da participação, intimamente relacionado às práticas sociais que se nutrem do corpo coletivo, de uma sociabilidade nascida da reunião e da luta em conjunto. O trabalho realizado por parte dos movimentos populares foi crucial para a construção de uma crítica ao modelo de cidade que se projetava à época e para a perpetuação do discurso de participação. Ao longo dos últimos anos, o que antes era discurso tornou-se forma viável de luta. A participação, amplamente incorporada nas periferias urbanas brasileiras, constituiu-se como forma política de produção de uma contrapalavra ao discurso de cidadania sem cidadãos. Ela, ainda, representa uma ponte com

conceitos fundamentais às relações sociais e à política que serviram de base a uma ruptura paradigmática, ainda na origem da modernidade. Daí poder-se dizer que...

Participação é uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade. Dependendo da época e da conjuntura histórica, ela aparece associada a outros termos, como democracia, representação, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, exclusão etc (GOHN, 2001, p.14).

A participação popular representa um processo formativo de aprendizagem e crescimento dos sujeitos, desenvolvendo-se graças aos processos políticos nos quais se inserem homens e mulheres, na luta pela defesa da cidadania. Segundo Arroyo (1995) a luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão.

A cidadania, por sua vez, encontraria nos homens e mulheres razão de territorializar-se no lugar de onde o movimento popular se constitui e se estabelece; trata-se de uma cidadania que autoriza uma ontologia outra, que permite aos habitantes deste mesmo lugar tornarem-se sujeitos de sua história. A cidadania que convida o habitante a refletir sobre o seu modo de vida e, sobre os processos situacionais impostos por uma estrutura político-econômica é, também, capaz de produzir repertórios políticos por intermédio da alteridade.

Dois conceitos geográficos estão por trás dos processos situacionais, quais sejam: sítio e situação. Sítio, na leitura do geógrafo Armando Corrêa da Silva, “é o lugar que abriga um grupo humano numa dada unidade geográfico” (1988, p. 11). O abrigo referido nasce de escolhas de certo movimento populacional a um local a ser preenchido de vida. Ele pode surgir de três maneiras distintas, uma delas podendo ajudar na compreensão de ocupação do Catarina. Trata-se do povoamento ou repovoamento, movimento que sempre delimita determinada área espacial para chamá-la de espaço vazio. A situação, por sua vez, decorre do sítio. É a produção da vida cotidiana repleta de temporalidades e espacialidades distintas e desiguais. Os processos situacionais, assim, imprimem “resíduos irreduzíveis” (LEFEBVRE, 1991) da exploração do solo urbano como mercadoria e da população migrante tida como fonte para a especulação imobiliária que se iniciara.

O Catarina, nos primeiros anos de formação da AMAJAC, deixou de ser o simples resultado da divisão em lotes da Fazenda Laranjal – opção que os antigos proprietários

encontraram, no início da década de 1950, para superar a crise do modelo agrário-exportador e para obterem uma inserção ao arranjo espacial que surgira em todo o município de São Gonçalo – para tornar-se o campo ambíguo de atuação política: de um lado, apresentando a força das ações do poder público, que facilita a permanência das formas antigas dos fixos sociais numa cidade pretensamente moderna (própria das sociedades modernas que superaram a fase da manufatura para dar espaço às indústrias); e, de outro, posta numa totalidade inconclusa aberta a conflitos territoriais, ações que são incorporadas na produção da concretude de um espaço já ressignificado, tornado lugar do ser que habita, reside e mora.

Em última análise, o Catarina pode ser lido, hoje, como sendo um bairro para ser morado e não simplesmente para ser residido ou habitado, o que significa dizer que o sentido de vida urbanizada e de cotidiano em periferia urbana tende, agora, a depender da forma em que o sujeito ali presente se engaja na realidade do seu lugar e, mesmo, do entorno. A AMAJAC – ou melhor, os militantes políticos em comunhão com a população recém-chegada ao Catarina – foram afetados sociopoliticamente por essa conjuntura que se afastou do projeto segregador de cidade para ir de encontro à noção de bairro enquanto possibilidade de efetivação das contra-hegemonias necessárias.

Na condição de trabalhadores pobres, os herdeiros dos antigos colonos e posseiros – e, de modo geral, pobres de outras regiões afetados pelo êxodo rural – compreenderam que o espaço físico da vida é só o ponto de partida para sua ontologia; o espaço físico serviu para ajustar o terreno ao mercado, ampliando vertiginosamente à pobreza no bairro, mas, contraditoriamente, contribuiu para lançar no movimento pedagógico da luta urbana condições de produção de uma consciência de morador. É desse modo que o sujeito-que-mora deixa de ser simplesmente ser pertencente à categoria população. Em outras palavras, os seres moradores juntos à AMAJAC tornaram-se um corpo de múltiplos sentidos e, como nas palavras de presidente da associação, “cidadãos especiais”.

Desde 1981 cidadãos especiais lutam por nós, fundando, legalizando construindo mantendo a AMAJAC e através dela prestando inestimáveis serviços para a comunidade como comprovante de residência, cursos, serviços de saúde eventuais e muitos outros. Isto com parcerias diversas e que sempre se culminará na melhoria ainda que sutil de toda comunidade. Essa historia começa em 1981 como disse antes com cidadãos especiais (José Policarpo, entrevista concedida a AMAJAC, Jardim Catarina, 2016).

É a partir da memória e, não exclusivamente do passado da associação, que percebemos o caminhar de suas práticas político-educativas. A memória se mantém viva, ela é base para a construção do presente e para a efetivação do futuro. Além, é claro, de não se constituir somente da historicidade, mas também, da geograficidade experienciada pelos diferentes sujeitos. E, a partir dela, podemos destacar dois aspectos fundamentais para a efetivação do desenvolvimento das ações na associação, que são: a participação e a luta pelo direito à cidade, atravessado pelo direito à cidadania.

Lutar para que as classes populares tenham melhores condições de se viver no bairro foi e continua sendo o norte da AMAJAC. As ações reivindicatórias, os diálogos contestatórios, as reuniões e assistências prestadas se apresentam enquanto um instrumento pedagógico essencial que se baseia nesse princípio. Logo, os moradores aprendem a participar participando e, sobretudo, aprendem que, para participar é necessário a organização, as reuniões, a interação para que os problemas e as disputas de interesse coletivo sejam descortinadas.

### 3.1.1. AMAJAC e memória da associação de moradores

O fundador quando veio na década de 1950 procurou saber aqui dentro do bairro algum movimento social de organização comunitária na qual acabou conhecendo uma comissão de rua que funcionava na rua 21 e quem era responsável era o líder comunitário (...), um dos moradores mais antigos onde tinha um grupo de lideranças de bairro que lutava pelo direito de rede elétrica, saneamento básico enfim todos os direitos da sociedade. Então ele procurou saber se existia alguma associação de moradores. Naquela época ficou sabendo que na rua 06 havia uma associação de moradores, o nome era amajac, só que essa associação não havia nenhum registro em cartório; tinha processo em andamento mas não tinha sido concluído. Então deu-se a ideia juntamente com esse grupo em criar a amajac, isso é, no período do início de agosto começou a fazer todo o processo eleitoral dessa associação da sua fundação, na qual foi fundada no dia 29 de novembro de 1981(...) (José Policarpo, entrevista concedida a AMAJAC, Jardim Catarina, 2016).

A partir da fala do presidente da AMAJAC percebemos que desde a década de cinquenta os moradores se organizavam em defesa dos direitos sociais básicos e, somente a partir da década de oitenta, é que a associação foi registrada. Mas o que queremos evidenciar,

neste momento, é a disputa pelo sentido de cidadania que se constrói na associação desde a sua fundação até os dias de hoje. Isso ocorre como meio para superar o processo de exclusão social, que emana das péssimas condições de vida da população.

E esse sentido de cidadania não precisa vir do “alto”, uma vez que se constituiu mediante as ações cotidianas dos moradores do Catarina. A cotidianidade desses homens e mulheres que inclui o ir e vir do trabalho, os momentos de lazer, as festividades realizadas no bairro, as conversas de portão com os vizinhos, dentre outras formas de sociabilidades, os fazem perceberem os problemas e ausências daquilo que a eles deveriam ser garantido por direito. A falta de segurança pública, a falta de saneamento básico, de abastecimento de água, de coleta de lixo, de postos de saúde, de escolas públicas, de transporte de qualidade etc. fazem parte da realidade desses moradores, são motivos de reclamações, de reivindicações, de inconformismo.

Essas demandas pelos direitos sociais básicos que são a bandeira do movimento popular urbano no Catarina e esse viés de luta que se firma na noção de cidadania põem em evidência a relação dialética entre a ação educativa e os movimentos sociais como ressalta Gohn (1992). Além disso, percebe-se a instituição de uma perspectiva metodológica e didática, indispensável aos movimentos sociais populares enquanto processos de aprendizagem contínua. Tal perspectiva ocupa um lugar essencial na concepção coletiva de cidadania, porque se construiu tendo por base os processos de aprendizagem com as lutas dos sujeitos que promoveram uma educação cidadã e o protagonismo.

A noção de cidadania, no século XX, caracterizava-se como sinônimo de direitos – vistos na maioria das vezes como deveres – regulados pelo Estado. Durante esse mesmo período, coletivos organizados da sociedade civil, sobretudo, através de movimentos sociais populares, qualificaram a cidadania coletiva com a participação na esfera política institucional e do cotidiano.

Percebemos, então, que as ações político-educativas da AMAJAC estão alicerçadas, assim como nas décadas 1950 e 1960 (com as experiências anteriormente relatadas), no princípio da educação popular, que se referia à cidadania ou o acesso à cidadania como uma questão educativa, acrescentando a importância da participação para sua efetivação. Logo, as práticas de educação popular devem caminhar para a participação, construindo um poder que parta das experiências cotidianas das classes populares, democratizando a estrutura política e construindo uma contra-hegemonia popular (MANFREDI, 1980).

Diante desses aspectos, aproximamos o caráter político das práticas de educação popular às questões suscitadas pela AMAJAC que versam sobre a participação dos moradores nas diferentes formas de práticas que são levantadas sobre a cidadania. Com isso, reforçamos a ideia de que estas práticas indicam um caminho para uma cultura política, construída pelo movimento, que tem como base a ação política dos sujeitos. Consideramos, então, a finalidade sociopolítica da associação de moradores que, segundo o presidente, é “lutar pela qualidade de vida da população local, com a participação de todos podemos: encaminhar; reivindicar e fiscalizar as ações dos nossos governantes”<sup>33</sup>.

A luta por melhores condições de vida para os moradores do bairro é a base do estatuto da AMAJAC. E essa questão norteia todas as ações e projetos que são desenvolvidos. O que podemos observar, diante disso, é que o objetivo principal da emergência de um movimento popular em um bairro de periferia urbana é análogo ao dos movimentos que emergiram na década de cinquenta e sessenta. O fato é que o processo de (re)organização socioespacial desses lugares intensificou a (re)produção da desigualdade espacial somado ao incremento da urbanização. As consequências desse processo se delineiam em marcas na paisagem dos bairros como, também, no modo de vida dos seus moradores.

A luta por essas melhorias é substancial, sobretudo, para os moradores do Catarina por se tratar de um dois bairros mais pobres do município de São Gonçalo, cuja pobreza é designada a partir da ausência e/ou ineficiência de acessibilidade dos fixos, isto é, dos "pontos de serviços, pontos produtivos, casas de negócio, hospitais, casas de saúde, ambulatórios, escolas, estádios, piscinas e outros lugares de lazer" (SANTOS, 2012). A partir desta lógica, percebemos o Catarina como um bairro de periferia urbana ao que se refere à acessibilidade.

Concomitantemente ao processo de formação sociespacial, o bairro constrói a sua própria historicidade graças ao conjunto de ações que vão sendo acumuladas ao longo do tempo que são procedentes de um passado, mas, também, reverberam no presente. Santos (2012) chama atenção para o fato de o espaço urbano ser ocupado de maneira diferente de acordo com as classes sociais em que se divide a sociedade urbana; além disso, ainda segundo Santos (2012), o valor dos habitantes depende do lugar em que residam, já que...

---

<sup>33</sup> José Policarpo, entrevista concedida a AMAJAC, Jardim Catarina, 2016;

em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro.

(...) as condições existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive (p. 65, grifo nosso).

É diante desses problemas de acessibilidade enfrentados que a associação se apropria do ciberespaço fazendo interagir diferentes meios e formas de comunicação que corporificam e documentam as suas lutas. Ao mesmo tempo, utiliza esses meios como espaços de visibilidade e amplificação das suas vozes. Um exemplo dessa interatividade entre os meios é o fato de digitalizarem documentos impressos, sejam eles reportagens de jornais impressos, cartas da comunidade e até mesmo ofícios destinados à prefeitura, ou da prefeitura para a associação em formatação de imagem fotográfica compartilhadas nas redes sociais.

Através das diferentes formas de apropriação, os meios de comunicação vão alterando também os seus significados e ganhando novos sentidos. Uma carta reivindicativa tem um sentido quando destinada à prefeitura, ou a alguém da esfera governamental. No entanto, se a mesma carta é compartilhada com membros de um grupo na rede social ela muda seu sentido e a produção de sentidos pelos que estão envolvidos naquela demanda.

Foi, principalmente, através desses compartilhamentos que acompanhamos as divulgações dos informes comunitários, das ações sociais e projetos sociais desenvolvidos pela associação. Abaixo, destacaremos alguns exemplos de ações sociais desenvolvidos no período desta pesquisa.

Figura 11: Ação social em parceria com a AMPLA.



O Projeto Consciência Ampla Cidadania estará em sua Comunidade.

O Projeto atua junto à família, através de entrevista, oficinas e visitas domiciliares, promovendo ações que estimulem consolidação da cidadania, com a formação de uma Rede Social que atue numa perspectiva intergradora, busca-se o fortalecimento do Cidadão e das relações Comunitárias.

**Atenção Beneficiários da Bolsa Família !!!**

Faça Seu Cadastro: - Troca de Geladeiras - Troca da Rede Elétrica de Sua Casa - Religação Novo - Parcelamento de Conta - Pedido de Medidor - Cadastro da Baixa Renda .

Para Participar é muito Fácil !

Traga os Seguintes Documentos:  
RG, CPF e a Conta de Luz.

**Nós Dias: 25,26 e 27 de JULHO -**  
Atendimento Ampla das 09:00hs às 16:00hs

Participe de Nossas Ações !!!

AMAJAC - Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Catarina -SG

Fonte: <https://www.amajac.org.br>

**consciência ampla**

Palestra de Consumo Dia 09/04/2015

Conscientizar e muito Importante  
Participe !! - Início às 14:30hs

Traga uma Lâmpada Queimada e troque por uma Boa, mais Não se Esqueça de Trazer a Sua Conta de Luz do Mês de Março.

Não esqueça de levar a conta de luz mais recente da sua residência para realizar o seu cadastro.

Local: AMAJAC - Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Catarina - SG.  
Rua Fransilvânia, 1118 - Lt: 30 - (Ant.39 - Rua do Posto de Gasolina).

f /ampla  
@conscienciaampla  
ampla.com/blogconscienciaampla

AMAJAC - Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Catarina -SG  
2015  
ENERGIA PARA A VIDA

Na Figura 4 vemos os informes a respeito das ações em parceria com a AMPLA, a concessionária que administrava o fornecimento de energia elétrica do município. A empresa investia em projetos sociais de diferentes espécies com vista ao incentivo fiscal<sup>34</sup>. Essa parceria já existia há quase cinco anos e estes tipos de ações são recorrentes na associação.

Um exemplo, que observamos claramente na AMAJAC, é a sua parceria com a AMPLA, concessionária de distribuição de energia elétrica que atuava até o ano de 2016 no município de São Gonçalo. Essa parceria engloba ações comunitárias que são realizadas frequentemente na associação que, de modo geral, prestam serviços ligados diretamente a questões de fornecimento de energia dos moradores. Essa parceria fez com que a associação se tornasse um posto de atendimento básico para que a população pudesse recorrer em casa de dúvidas e cobranças de explicações a respeito dos serviços prestados.

Essa parceria expõe o movimento de sentido acerca da cidadania, por parte dos diferentes grupos sociais que compõem essas parceiras. Pensar sobre a cidadania requer uma

<sup>34</sup> A companhia acredita contribuir efetivamente para o crescimento sustentável da sociedade centralizando seus projetos em iniciativas de educação para o consumo consciente e formação de cidadãos com responsabilidade socioambiental, todas reunidas no “Programa Consciência Ampla”, criado em 2008 após a realização de pesquisas com clientes da área de concessão da empresa e análise dos projetos desenvolvidos pela empresa desde 2004. O programa consolidado reúne 11 projetos sociais que seguem uma mesma linha de atuação e uma única identidade, com atividades específicas para cada público. (Fonte: [HTTPS://www.ampla.com.br](https://www.ampla.com.br))



crítica direta à velocidade com que a ideologia do consumo invade a contemporaneidade. É preciso levar em consideração que o mecanismo de expropriação da individualidade, tão bem instalada pelo capitalismo, estimula o indivíduo a não reconhecer-se mais, junto aos outros, com um ser preñado de individualidade. Na conversão e enfraquecimento de valores produzidos no tempo-espaço, a individualidade transforma-se em individualismo, trazendo consequências gravíssimas ao estabelecimento. O consumo transforma o peso que a mercadoria e sua circulação tem ao funcionamento da acumulação mercantil mas, fundamentalmente inventa uma pedagogia às sociedades que, a passos curtos, aprende com o mercado a consumir os objetos a venda que estiverem ao alcance.

Figura 12: Ação social de atendimento jurídico




**Orientação Jurídica**  
Atenção Moradores do Jardim Catarina - SG

- Direito Civil & Juizados Especiais:  
( Defesa do Consumidor - Cartão de Crédito e Instituições Financeiras).
- Direito Previdenciário.  
( Ações do INSS - Aposentadoria e Auxílio Reclusão).
- ( Ações Trabalhistas - FGTS )
- Direito de Família - ( Pensão & Divórcio).

Atendimento Especial Todas as Quarta-Feiras das 09:00hs às 12:00hs ).



**Atendimento**  
**Dia 27/07/2016.**  
**Gratuito...**

**LOCAL**  
Sede da AMAJAC  
R. Fransilvânia, 1118, ant. rua 39, L. 30, Q. 153 -  
Maiores Informações em Nossos Plantões. (021 - 2614-7832)  
De Segunda à Sábado das : 10:00h às 11:45h ou  
Das 19:30h às 21:00h ( Segunda à Sexta - Feiras)

Fonte: <https://www.amajac.org.br>

Figura 13: Local onde é realizado o projeto CINFOR



Fonte: <https://www.amajac.org.br>

Nos últimos meses, a AMAJAC colocou em curso, por meio de carta aberta à população local e arredores visando angariar fundos, um projeto com vista à construção coletiva de um curso profissionalizante de informática gratuito voltado para os jovens, adultos e idosos do bairro. O CINFOR, como é chamado o projeto, se constitui através da demanda local daqueles que ainda não possuem acesso a determinadas tecnologias, como podemos observar na seguinte passagem:

A informática está cada vez mais enraizada no nosso dia a dia, seja para trabalho, estudo, diversão, compras, denúncias, solicitação de serviços públicos, solicitação de documentos, absolutamente tudo, hoje é inadmissível alguém procurar emprego sem conhecimento de informática. Portanto ter um Telecentro em nosso bairro é fundamental, pois através dele nossos jovens de 8 a 80 poderão ter um primeiro contato com a informática e internet e também se aprofundarem neste mundo. (Fonte: <http://www.arrecade.com.br/projetoamajaccinfor>)

Embora o acesso aos meios tecnológicos tenha atingido altos graus de abrangência, a partir da chamada revolução técnico-científica informacional, sabemos que esse dado não corresponde à realidade de muitos homens e mulheres do bairro. O discurso do encurtamento das fronteiras, da compressão do tempo-espço, fomentado a partir do advento da

globalização, conforme assinala Harvey (2011), precisa ser redimensionado para que, em seguida, seja possível compreender as suas significações no lugar. Mesmo diante dos fluxos de informações próprios da contemporaneidade, múltiplos sujeitos ainda não conseguiram se inserir nessa lógica da mobilidade, como fica claro no projeto da AMAJAC.

O mundo globalizante tem se mostrado cada vez mais fragmentador e exclusivista, reservando os direitos reais à concretude da produção da vida e à virtualidade às classes dominantes. Às classes populares sobra a chamada inclusão simbólica, “com grande parte dessa massa de excluídos dividindo os mesmos anseios, a mesma ideologia da sociedade de consumo efetivamente acessível apenas às camadas mais privilegiadas” (HAESBAERT, 2009, p. 149).

Figura 14: Repertório das ações e projetos sociais



Fonte: <https://www.amajac.org.br>

Esta imagem expõe algumas das principais ações e projetos realizados ao longo dos trinta e cinco anos de história. Algumas atividades ainda são realizadas como a disponibilização do espaço para a prática da capoeira, festas de confraternização etc.

Figura 15: Ação social realização em comemoração ao Dia da Mulher

**DIA 13** Mês da **Mulher**  
**MARÇO DE 2015**  
 De Ação Comunitária de Saúde e Cidadania na AMAJAC

**Das: 09:00h às 12:00h**

- \* Palestras do Morhan : Haseníase, Tuberculose & DST /Aids
- \* NASF - Aferição de Pressão , Glicose & Colesterol
- \* Palestra do Bolsa Família

**Das: 13:00h às 17:00h**

- \* Palestra do CEOM - Patrícia Acioli
- Enfrentamento no Direito da Mulher
- \* Palestra da Previdência Social -
- Micro Empreendedor Individual & Contribuição Previdenciária.
- \* Palestra da Consciência Ampla : Consciência do Consumo & Troca de Lâmpadas

**Local: AMAJAC - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM CATARINA -**  
 RUA FRANSILVÂNIA , Nº. 1118 - QD: 153 - LT: 30 - JARDIM CATARINA VELHO - (RUA DO POSTO DE GASOLINA) - CONTATO: (021) 2614-7832 - SÃO GONÇALO - RJ.

Fonte: <https://www.amajac.org.br>

### 3.2. As parceiras como arranjos políticos para o direito à cidade

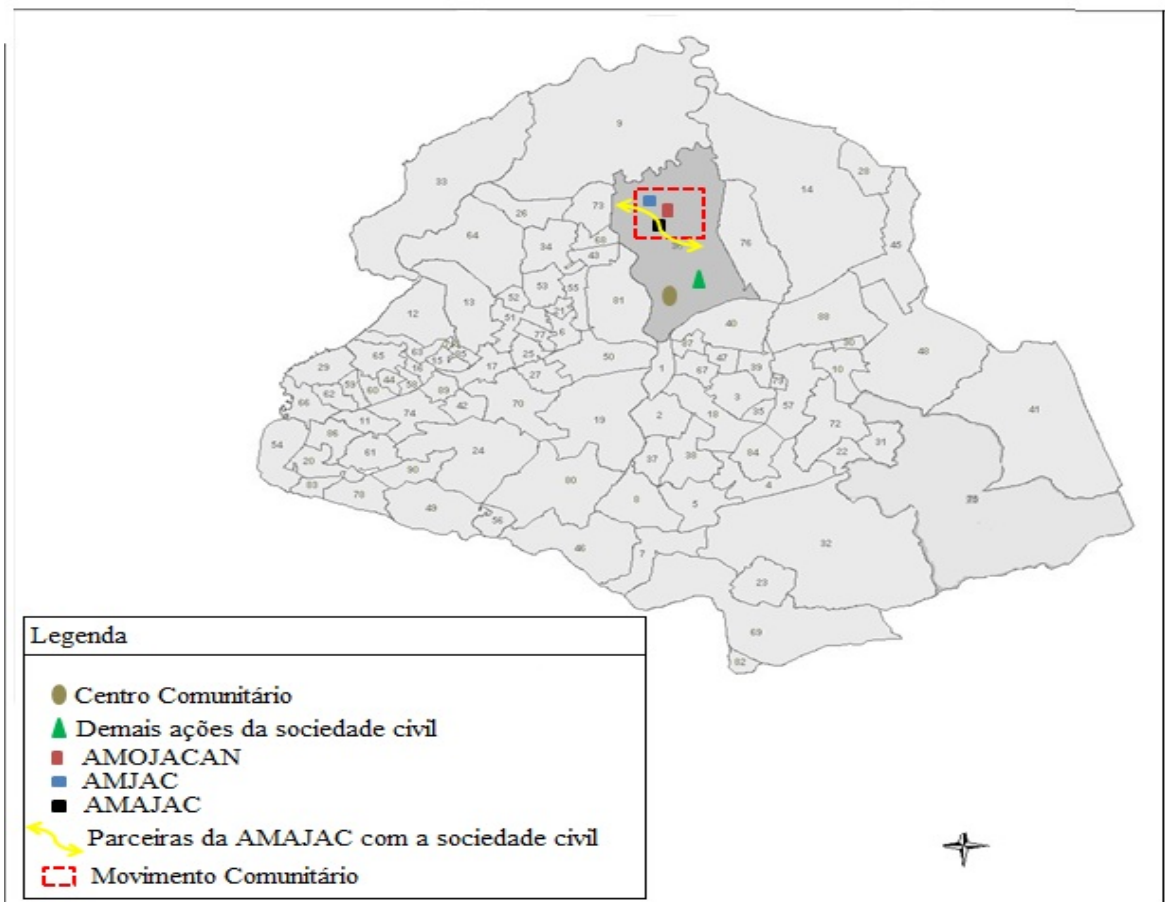
Essas questões a respeito da acessibilidade no Jardim Catarina afetam diretamente os moradores, ou, os segmentos populares que habitam aquele lugar. A AMAJAC se relaciona com uma miscelânea de parceiros, apresentados nas figuras acima, tomando-os como elementos fundamentais ao estabelecimento das atividades da associação. A diretoria da AMAJAC chega a afirmar que essas mesmas atividades só acontecem quando se buscam “parcerias com a iniciativa privada e pública; ou seja, somos uma instituição comunitária sem fins lucrativos”<sup>35</sup>.

<sup>35</sup> José Policarpo, entrevista concedida a AMAJAC, Jardim Catarina, 2016).

As alianças firmadas não possuem um compromisso direto com os interesses das classes populares, por se tratar de uma relação de dependência que combina necessidade do bairro e dos moradores do Catarina com o investimento: a necessidade de realização de um projeto advindo da associação e o investimento de setores privados para fins variados, comandados pelo interesse de angariar algum tipo de proveito (o eleitoral, sobretudo).

Tal conjuntura ajuda-nos a adensar a ideia que havíamos feito referência acerca da multiplicidade de sentidos do termo “popular”. Sendo a AMAJAC uma forma expressiva de movimento popular, são, ao mesmo tempo, realizados projetos com vista aos interesses das classes populares que dependem da iniciativa privada, esta buscando em diversas oportunidades divulgar a ideia de promulgação da cidadania, do acesso a bens materiais e imateriais. Na AMAJAC, em especial, as alianças firmadas prestam de alguma forma auxílio ou até mesmo assistência aos moradores e são bem recebidas pela associação.

Figura 16: Cartografia das ações da sociedade civil no Jardim Catarina



Fonte: A autora

No mapa acima podemos observar a representação de algumas ações da sociedade civil que se deflagram no bairro Jardim Catarina no período em que realizamos esta investigação. São elas: os movimentos populares urbanos como a AMJAC, a AMAJAC e a AMONJASA; o Centro Comunitário que desenvolve ações educativas e culturais; e outras ações sociais da sociedade civil que são desenvolvidas por diferentes sujeitos, tais como: ações sociais, ONG's, entidades partidárias etc.; ademais, o Movimento Comunitário que se constitui enquanto uma entidade representativa composta pelas três associações de moradores do bairro, ao se mobilizarem em prol de interesses em comum. Procuramos destacar, ainda, as parceiras que são estabelecidas pela AMAJAC com diferentes entidades da sociedade civil como já havíamos referido.

### 3.3. Avanços para o direito à cidade

Além das pautas de lutas atuais da associação, levantadas anteriormente, torna-se premente trazer ao texto algumas conquistas formais garantidas pela AMAJAC. Entende-se por conquistas formais aquelas que surgiram de parcerias inter-governamentais e que foram, na maioria dos casos, atravessadas pelo endereçamento de pautas feito por diferentes diretorias da associação. Segue abaixo um quadro-síntese formatado em tabela que ilustra as principais conquistas formais garantidas ao longo de trinta e cinco anos de existência da AMAJAC.

Tabela 4: Conquistas da AMAJAC

<b>Período</b>	<b>Áreas</b>	<b>Especificações</b>
<b>1980 a 1990</b>	Rede elétrica	(Em boa parte dos Loteamentos Novo e Velho)
<b>1980 a 1984</b>	Transportes urbanos	A Criação da Linha 572 - Jardim Catarina (Novo) Via Laranjal / Niterói e a Linha : 014 - Jardim Catarina Via Laranjal / Bairro Rosane - São Gonçalo) . (Comissão de Lideranças do Jardim Catarina).
<b>1984 a 1986</b>	Instalação da rede de água	Em boa Parte do Loteamento Novo e Velho - (Comissão de Lideranças do Jardim Catarina).
<b>1984 a 1989</b>	Escolas	CIEP - 051 - ANITA GARIBALD, CIEP-050 - PABLO NERUDA, EE PROF.

		ABIGAIL CARDOSO) - (Comissão de Lideranças do Jardim Catarina).
<b>1985 a 1992</b>	Escolas	CIEP- GP - 309 - D. DAVID QUINDERÊ; Escola Municipal Prefeito NICANOR FERREIRA NUNES e o Colégio Municipal IRENE BARBOSA ORNALLAS) - (Comissão de Lideranças do Jardim Catarina).
<b>1985 a 1995</b>	Postos de saúde	Pólo Sanitário João Goulart ; Posto de Saúde Jardim Catarina e Posto de Saúde Jorge Teixeira de Lima) - (MMC - Jardim Catarina).
<b>1988 a 1989</b>	Transportes urbanos	A Criação das Linhas: 17 - (Jardim Catarina – (Via Maria Paula) e a 17 (Jardim Catarina – (Santa – Luzia / Conjunto da CEHAB) - (Comissão de Lideranças do Jardim Catarina).
<b>1990 a 1995</b>	Rede elétrica	(Em parte das Localidades da Ipúca /pica-pau Jardim Catarina Velho) – (Comissão de Lideranças do Jardim Catarina).
<b>1991 a 1998</b>	Saneamento básico	SERLA / SEPLAN - (Obras de Canalização dos Valões: CEDAE e Jardim Catarina) - (MMC – Jardim Catarina / AMAJAC).
<b>1997 a 1998</b>	Transportes alternativos	A Criação da Cooperativa Uruguaiana - (Linhas: Castelo / Jardim Catarina e Santa Luzia). (Comissão de Lideranças do Jardim Catarina).
<b>1998 a 2000</b>	Transportes alternativos	A Criação da Cooperativa TRANSJAC (Linhas: Jardim Catarina / Alcântara e Santa Luzia Alcântara). (Comissão de Lideranças do Jardim Catarina).
<b>1998 a 2002</b>	Saneamento básico	DER/RJ / GOVERNO FEDERAL - (Obras de Urbanização do Programa Viva São Gonçalo em Jardim Catarina - Sistema de Macro e Micro Drenagem no Bairro ) - (MMC – Jardim Catarina / AMAJAC).
<b>2002 a 2010</b>	Escolas	(Escola Municipal Oscarina Spindola Teixeira (Antigo Paula Freitas); Escola Estadual Professora Suely Motta Seixas Motta (Antigo Colégio 100) e Escola Municipal Aida Vieira (Antigo Gonçalves Ledo). (MMC - Jardim Catarina / AMAJAC) .
<b>2002 a 2006</b>	PMSG/Governo Federal	(Obras de Saneamento Básico em parte da localidade da Ipúca / Programa Pró Sanear - Parceria com a Prefeitura e o Governo Federal). - (MMC – Jardim Catarina / AMAJAC)
<b>2002 a 2004</b>	PMSG/Governo	(Obras de Urbanização do Programa Viva São Gonçalo I - Sistema de Macro e Micro

	Federal	Drenagem) - ( MMC – Jardim Catarina).
<b>2002 a 2004</b>	DER/RJ Governo Federal	(Obras de Urbanização do Programa Viva São Gonçalo I - Sistema de Macro e Micro Drenagem) - ( MMC – Jardim Catarina).
<b>2002 a 2014</b>	Escolas e creches	Desapropriação de areais para construção de 02 Unidades de Educação – (JARDIM CATARINA / IPÚCA E JARDIM CATARINA NOVO). (MMC - Jardim Catarina / AMAJAC) .
<b>2005 a 2013</b>	Posto de Saúde UBS/EBS	Áreas para Construção de 02- Unidades de Saúde; Além das descentralizações das 21 unidades de saúde da família dos postos de saúde do bairro. (IPUCA / JARDIM CATARINA NOVO). - (MMC - Jardim Catarina / AMAJAC).
<b>2007 a 2012</b>	Centro de Assistência Social	(CRAS / CREAS / NAF / CEOM – JARDIM CATARINA) - (MMC – Jardim Catarina / AMAJAC).
<b>2007 a 2012</b>	Governo do estado/ PMSG/PAC	(Obras de Urbanização do Bairro de Jardim Catarina / DER-RJ – Programa PAC) - (MMC – Jardim Catarina / AMAJAC).
<b>2007 a 2016</b>	Limpeza de rios e canais	SERLA / INEA/ PMSG: Solicitação de Limpeza de Rios e Canais do Bairro de Jardim Catarina e seus afluentes (Canal da Isaura e Jardim Catarina / BR – 101) - (MMC - Jardim Catarina / AMAJAC) .
<b>2012 a 2014</b>	Governo do estado/ PMSG/PAC	(Obras de Urbanização do Bairro de Jardim Catarina / DER-RJ / PAC) - (MMC – Jardim Catarina / AMAJAC).
<b>2014 a 2017</b>	Governo do Estado e BID	Obras de Canalização da Bacia do Rio Alcântara / Mutondo – Programa PSAM/BID) - (MMC – Jardim Catarina / AMAJAC).

A luta pelo direito à cidade está intrinsecamente relacionada com as pautas reivindicatórias da AMAJAC que vem demonstrando, em suas conquistas recentes, vigor e estratégia política para enfrentar as contradições e as tensões políticas - distribuídas em diferentes escalas - no tempo presente. De acordo com a legislação brasileira, no que tange os aspectos de infraestrutura urbana, há regulamentações que comportam o direito à terra urbana; o direito à moradia; o direito aos serviços públicos; o direito à infraestrutura urbana; direito ao transporte público; direito ao saneamento básico; direito ao trabalho; direito ao lazer (BRASIL, 2001, art. 2º, inciso I). Esses direitos, diga-se de passagem, estão fixados no Estatuto das Cidades que tem como incumbência o compromisso público e social de gerir a propriedade urbana, em favor do bem viver coletivo e da garantia da cidadania.



Só que, para além desses direitos legalmente instruídos, acreditamos que o direito à cidade se estende ao direito à participação na construção de pautas reivindicatórias e projetos de cidade, como nos aponta Lefebvre (1990) a seguir: “direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos”, e integra os direitos “à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar”. Além disso, diz respeito, também, ao “direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade).

Entendemos que tais princípios englobam o direito à vida urbana, transformada e renovada, viabilizando o direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com as reais necessidades postas no bairro em que se habita. É um direito que necessita da coletividade, do agir em comunhão com o próximo sobre as implicações do processo de urbanização em um dado lugar. Esse agir coletivo é, também, pedagógico. Como nos ensina Freire (1993) nas práticas pedagógicas populares é elementar abranger dialeticamente a noção e o gosto da reunião, da coletividade e, também, da luta a partir do cotidiano das classes populares na busca por mudanças da realidade em que se vive.

A partir das conquistas elencadas na tabela 4 percebemos indicações de que a AMAJAC vem se mobilizando com vista à garantia desses direitos e, sobretudo, ao direito à educação. O tratamento que é dado às políticas públicas educacionais pelo município constitui-se enquanto *locus* privilegiado para compreendermos a maneira pela qual o direito à educação é por ele concebido, além de sinalizar os diferentes mecanismos adotados pelo poder local que possam assegurar ou não este direito em toda a sua plenitude.

Atualmente, o município de São Gonçalo conta com noventa e quatro unidades escolares distribuída de maneira desigual em seu território, muitos bairro nem sequer possui escola municipal. E quando falamos a respeito do direito à educação de jovens e adultos (EJA) a situação é ainda mais alarmante, tendo em vista a diminuição radical no quantitativo de unidades escolares ao longo dos últimos cinco anos. Se no ano de 2011 trinta e uma escolas municipais ofertavam a EJA em 2015 somente dezenove unidades escolares ofertam esta modalidade de ensino (MARQUES, 2016).

Vale dizer que as ações político-pedagógicas desenvolvidas e sistematizadas pela AMAJAC ao longo dos anos visam confluir para a garantia deste direito, principalmente, do ponto vista da universalização. As contradições produzidas pela negação do direito à cidade redesenham uma gama de relações conflitivas manifesta no bairro, no lugar onde se vive as

contradições que ao mesmo tempo é o lugar das possibilidades e das oportunidades disputadas pela associação de moradores. A sua importância para o bairro é elementar, pois possui seu caráter tem por base formas de coesão social que viabilizam sua expressão ‘para fora’, no sentido de reivindicarem, junto aos poderes públicos, a satisfação das demandas que decorrem das próprias exigências da vida urbana (SINGER, 1980).

Podemos inferir, ainda, que o repertório histórico da associação de moradores apresenta momentos cíclicos que são alimentados pelas condições materiais de existência do bairro atrelado às condições conjunturais dentro das quais se desenvolve.

Percebemos ainda que o direito somente se institui se disputado na esfera pública, pelas diferentes esferas do poder local, ou seja, por aqueles que buscam sua efetivação em um âmbito de interação entre a sociedade civil e o poder público municipal.

A educação por sua vez deve ser universal, acessível a todos os homens e mulheres é, sobretudo, um direito que deve ser exercido em sua totalidade a ser defendido tanto pela sociedade civil quanto pelo poder público.

### **3.3. Considerações finais**

Como havíamos exposto anteriormente, entendemos a educação popular enquanto um processo formativo constante, experienciado pelas classes populares, logo a classe trabalhadora e seus correligionários, sempre sustentado pela utopia em frequente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, dentro de um encadeamento circunscrito por práticas, ações, projetos e posturas equivalentes ao âmbito do seu pensamento.

Referimo-nos a educação popular enquanto um processo formativo constante considerando-se o caráter notoriamente inconcluso dos homens e mulheres (FREIRE, 1996). O processo de humanização desses sujeitos pode vir a realiza-se durante a sua vida, ininterruptamente. Porquanto, a sua existência é marcada por práticas formativas, nos mais diversos espaços de sociabilidade comunitária.

E por ser experienciada pela classe trabalhadora e seus parceiros, isso implica, doravante, em não conceber o termo classe trabalhadora apartado das mudanças conjunturais

ocorridas com o passar do tempo. A contemporaneidade é marcada por mudanças substanciais como as conquistas científico-tecnológicas, com a reestruturação produtiva, com a nova organização dos processos de trabalho, com o desemprego estrutural, dentre outros. Por isso, é mais do que necessário, atentar-se para o seu movimento de sentido levando em consideração todas essas mudanças.

As experiências vividas e adquiridas ao residir em um bairro onde habita a classe trabalhadora nos fazem perceber que todos aqueles e aquelas que, através do suor do seu trabalho, vão adquirindo, de certo modo, discernimento a respeito das condições concretas do processo produtivo, assim como, de sua exploração, da maneira pela qual a apropriação e o usufruto do capital por uma minoria, que é produzido por uma maioria, os trabalhadores e trabalhadoras.

Bem como, à medida que vão adquirindo consciência desse processo, passam a envolver-se nas lutas pelo direito à cidade, onde o que está em jogo é, principalmente, o direito de obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Atentando para o fato de que as desigualdades sociais são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais e, portanto, a defesa da cidadania se constrói a partir das condições materiais de existência expressas no lugar, pois, em primeiro lugar, o “cidadão é um indivíduo num lugar”.

Continuamente alimentamos a busca, direta ou indiretamente, pela construção de um projeto de sociedade que garanta, sobretudo, a cidadania e, na medida em que o homem-cidadão passa a questionar a sua própria condição de existência enquanto classe trabalhadora se constitui enquanto ser político. Essa emergência decorre pelo fato de que “o homem-cidadão, isto é, o indivíduo como titular de deveres e direitos, não tem o mesmo peso nem o mesmo usufruto em função do lugar em que se encontra no espaço total”.

O processo marcado por práticas, ações, projetos e posturas equivalentes ao âmbito do seu pensamento, como havíamos assinalado acima, não se refere apenas em acossar o caminho desejado, mas de escolher os caminhos que apontem na mesma direção. Há de recorreremos ao caráter das práticas cotidianas.

Percebemos a importância do espaço da associação de moradores no que tange, ainda, a construção coletiva do despertar da condição inconclusa dos homens e mulheres. As práticas cotidianas, por mais ínfimas que sejam o tempo de sua ocorrência, expõem esse caráter de

incompletude. Evidenciam que a cidadania mutilada do morador-cidadão implica na necessidade de estabelecerem relações que, de certo modo, os auxiliem no tomar conhecimento dos seus direitos e deveres. A associação norteia, direciona, orienta os homens e mulheres por meio de informes comunitários disponibilizado no mural localizado no seu interior, além de serem divulgados pelos diferentes meios de comunicação como rede social, site, blog, etc.

A dinâmica diária dessas ações propicia, de certo modo, ao morador-cidadão a ampliação de sua visão de mundo e de sua condição de ser no humano. Contribuindo para a compreensão de questões burocráticas sobre segunda via de documentação, recadastramento nos programas sociais, dentre outros. Além disso, há uma atenção especial para as dificuldades que são enfrentadas no bairro e, é através do saber olhar, ouvir, sentir, intuir junto aos moradores que essas percepções são construídas conjuntamente. E por meio desse movimento a cidadania, certamente, é aprendida, através do processo formativo que envolve toda dinâmica dessas práticas que recupera a memória histórica das experiências desses homens e mulheres, nos diferentes tempos e espaços vividos.

Percebemos ser fundamental para a associação que os desafios e dificuldades do dia-a-dia sejam trazidos para dentro do seu espaço pelo morador-cidadão e, que os mesmo estejam dispostos a compartilhar, a dividir suas experiências enquanto habitantes da cidade assegurando a sua participação construtiva durante o processo educativo.

Além do mais, o espaço em questão fortalece a descoberta e o exercício de suas potencialidades e habilidades artístico-culturais sem abster de auxiliá-los na superação de certas limitações. É um espaço que viabiliza a utilização de diversas linguagens, de modo a não priorizar determinadas manifestações culturais em detrimento de outras, mas, o utilizam-se do espaço democraticamente.

Percebemos, ainda, que se faz necessário fortalecer uma educação popular cujos sujeitos longe de se acomodarem e se renderam à tendência burocratizante e limitante característico de muitos espaços institucionais, se sintam à vontade para estarem coletivamente compartilhando suas experiências e construindo a cotidianidade da associação.

As atividades político-educativas que são realizadas através das ações sociais, dos projetos, das atividades culturais, das reuniões, do diálogo do cotidiano parecem caracterizar uma perspectiva da EP a partir das demandas das condições de vida no lugar.

Vale ressaltar que, a produção do direito à cidade é, hoje, a AMAJAC uma das principais questões políticas da EP em espaços onde a luta por este direito ressignifica ou produza outras ações político-pedagógicas no lugar vivido por homens e mulheres, crianças, jovens e adultos.

ALENCAR, FILHO. F. R. *As associações de moradores vinculadas a FAMERJ e a construção de uma educação para a cidadania através da politização de base: o movimento associativo de moradores do Rio : uma nova política esta na rua*. Dissertação (Mestrado em Educação), IESAE da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1990.

ALVARENGA, M. S. *A inter-relação entre educação popular e organização comunitária como um fator de contribuição da cidadania: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e Educação Popular: sentidos da cidadania na perspectiva de jovens e adultos da baixada fluminense. In: DAVID, F. D.; RUFINO, M. M.; ALVARENGA, M.S (Orgs.). *Professoras pensam a Cidade – A Educação Pública em Debate no Município de Duque de Caxias*, Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2011.

ARROYO, M. G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester et al. *Educação e cidadania. Quem educa o cidadão?* 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_; TAVARES. M. T. G. Educação Popular. In: CASTRO, C. L. F. de; GONTIJO, C. R. B; SARDINHA PINTO, L. M. R (Orgs.). *Dicionário de políticas públicas: Volume 2*. Barbacena: EdUFMG, 2015. p. 159-161.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*. Vol. 02-03, p. 21-41, 2012.

BARBOSA, J. L. . O retorno ao território como condição da democratização da gestão da metrópole. In: Catia Antonia da Silva; Ana Clara Torres Ribeiro; Andreino Campos. (Org.). *Cartografia da ação e movimentos da sociedade*. 1ed.Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, v. 1, p. 59-77.

BAKHTIN. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BEZERRA, A. As atividades em educação popular. In: *A questão política da educação popular*. 2a . ed. São Paulo: 1987.

BRANDÃO, C. R. “Educação Popular no Brasil”. In: Gadotti, M. (org.). *Alfabetizar e conscientizar: Paulo Freire, 50 anos de Angicos*. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2014.

BRANDÃO, C. R. *A questão política da educação popular*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOGO, Ademar. *Lições da Luta pela Terra*. Salvador, Memorial das letras, 1999.

CALADO, A. J. F. Educação Popular como processo humanizador: quais protagonistas? Disponível em: <http://consciencia.net/educacao-popular-como-processo-humanizador-quais-protagonistas>.

CALADO, A. J. *Educação popular nos movimentos sociais no campo: potencializando a relação macro-micro no cotidiano como espaço de exercício da cidadania*. João Pessoa, 1998.

CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTRO, C. A. *Movimento socioespacial de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito a cidade*. 303f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2011.

COUTINHO, N. F. *Processos comunicacionais contra-hegemônicos e direito à educação em São Gonçalo/RJ nas vozes de movimentos sociais populares*. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COUTINHO, C. N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F. (org.). *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

DANIEL, C. Poder local no Brasil urbano. *Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, ano VIII, n. 4, 1988.

FEITOZA, R. da S. Educação popular e emancipação humana: matrizes históricas e conceituais na conquista do reino da liberdade. In: MELO NETO, J. F. de et. al. *Educação popular: enunciados teóricos*. João Pessoa: UFPB, [2007 ou 2008]. Vol. 2.

FIGUEIREDO, M. do A. C. de. Dialogando com Freire e Boaventura sobre emancipação humana, multiculturalismo e educação popular. V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife, 19 a 22 set. 2005. Disponível em: [http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes\\_orais/DIALOGANDO%20COM%20FREI](http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/DIALOGANDO%20COM%20FREI)

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 146 p

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária*. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico, Brasília, v.18, n.1, dez, 2012, p. 10-32.

GOHN, M. G. Novas teorias dos movimentos sociais. São Paulo, Loyola, 2012. GONÇALVES, Fabio dos Santos. Fábrica da COMAJA. 12 nov. 2012. Entrevista concedida ao grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) da UNIFAP, Filocreão; Flexa; Modesto; e Pinto.

GOMES, P. T. *Movimentos sociais e educação comunitária: aproximações a partir de Alberto Melucci*, In.: Reunião Anual da ANPED, 33ª, 2010. Caxambú, Anais... Minas Gerais, 2010.

GROPPO, L. A. *A gênese do campo das práticas socioeducativas no Brasil: educação popular, educação não formal e pedagogia social*. In.: Reunião Anual da ANPED, 36ª, 2013. Campus Samambaia/UFG, Anais... Goiânia, 2013.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARVEY, D. *A condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2011.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*, São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*, São Paulo. Ática, 1990.

MANFREDI, S. M. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio Gramsci. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *A questão política da Educação Popular*, J.P. Brasiliense, 1987.

MARQUES, I. S. Notas sobre as conflituosidades entre as esferas do poder local e o direito à educação de jovens e adultos trabalhadores no município de São Gonçalo/RJ, *Revista Tamoios*, v. 12, n. 2, p. 32-46, 2016.

MELO NETO, O que é o popular? Disponível em: [http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao\\_academica/artigos/pa\\_a\\_2002\\_o\\_que\\_e\\_popular.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_2002_o_que_e_popular.pdf)

MENDONÇA, A. M. *As transformações sócio-econômicas no eixo Niterói-Manilha em São Gonçalo-RJ*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MOREIRA, R. A Geografia Serve Para Desvendar Mascaras Sociais. In *Geografia: Teoria e Crítica: O saber posto em questão*. Rio de Janeiro: Editora: Vozes, 1980.

MORI, G. Reflexões sobre os movimentos populares urbanos. Disponível em: [http://www.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=350:reflexoes-sobre-os-movimentos-populares-urbanos&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68](http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=350:reflexoes-sobre-os-movimentos-populares-urbanos&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68)

OLIVEIRA, J. F, LIBÂNEO, J.C. A Educação Escolar: sociedade contemporânea. In.: *Revista Fragmentos de Cultura*, v.8, n. 3, p. 597-612, Goiânia: IFITEG, 1998.

OLIVEIRA, F. Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI. Rio de Janeiro: FASE, 1994.

PALUDO, C. Educação Popular como resistência e emancipação humana. *Cadernos Cedes*. v.35, n.96, p. 219-238, 2015.

PALUDO, C. Educação Popular: dialogando com redes Latino-americanas (200- 2003). In: *Educação Popular na América Latina: diálogos e Perspectivas*. Brasília, UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

PERCASSI, J. Educação popular e movimentos populares: emancipação e mudança de cultura política através de participação e autogestão. Rizoma Freiriano, 2009. Disponível em: <http://www.rizoma-freireano.org/index.php/educacao-popular-e-movimentos-populares-emancipacao-e-mudanca-de-cultura-politica-atraves-de-participacao-e-autogestao--jade-percassi>.



RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. (Org.). *Otrodesarrollo urbano: ciudadincluyente, justicia social u gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

\_\_\_\_\_. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In. BRANDÃO, M. A. *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo. Ed. Perseu Abramo. 2004. Parte I, cap 1 p.39 a 49.

RIBEIRO, A. C. T. et al. (Org.). *Cartografia da Ação e Movimentos da Sociedade: desafios das experiências urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, CAPES, 2011.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7ª ed., 1ª reimpr. São Paulo: EdUSP, 2012.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. *A urbanização Brasileira*, São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, E. C. *Iniciativas populares: o movimento comunitário e a educação infantil na Baixada Fluminense*, .In.: Reunião Anual da ANPED, 37ª, 2015. Universidade Federal de Santa Catarina, Anais... Florianópolis, 2015.

SANTOS, L. M. *Considerações iniciais sobre o conceito de Educação Popular na era da indeterminação* In.: Reunião Anual da ANPED, 33ª, 2010. Caxambú, Anais... Minas Gerais, 2010.

SEMERARO, G. *Libertação e hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.

SILVA, A.C. da. *O espaço fora do lugar*. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SILVA, C. E. M. *A Educação Popular e construção de políticas públicas em educação: entre o personalismo político e a participação cidadã*. In.: Reunião Anual da ANPED, 36ª, 2013. Campús Samambaia/UFG, Anais... Goiânia, 2013.

STRECK, D. R. A educação popular e a (re)construção do público: há fogo sob as brasas? *Revista Brasileira de Educação*. v. 11, n. 32, p. 272-284, ago 2006.

SOUZA, J. F de. *A democracia dos movimentos sociais populares: uma comparação entre Brasil e México*. Recife: Bagaço, 1999.

SOUZA, M. L. O bairro contemporâneo: Ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*, nº 51 v. 2. Rio de Janeiro, pp. 139-172, 1989.

SPOSITO, M. Os movimentos populares e a luta pela expansão do ensino público. *Caderno de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, nº 45 p. 25-28, 1983.

TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES, M. T. G. . *Movimentos sociais e lutas por creches no Rio de Janeiro: a experiência das creches comunitárias em São Gonçalo*. In.: Reunião Anual da ANPED, 37ª, 2015. Universidade Federal de Santa Catarina, Anais... Florianópolis, 2015.

\_\_\_\_\_. Os pequenos e a cidade: o papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Março de 2003.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TONDIN, C. F. *A educação na pauta de lutas da FETRAF-SUL/CUT* In.: Reunião Anual da ANPED, 37ª, 2015. Universidade Federal de Santa Catarina, Anais... Florianópolis, 2015.

WANDERLEY, E. W. Educação Popular e processo de democratização. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *A questão política da Educação Popular*, J.P. Brasiliense, 1987.

WANDERLEY, L. E. W. Apontamentos sobre educação popular. In: Valle, João E. e Queiroz, José (Orgs). *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez, 1979.

\_\_\_\_\_. Educação popular e processo de democratização. In. *A questão política da educação popular*. (Org.) Carlos Rodrigues Brandão. 2a . ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WEFFORT, F. *Classes populares e desenvolvimento social (contribuições ao estudo de "populismo")*. Santiago do Chile: Ilpes, 1968

**ANEXO A:** Arquivo da AMAJAC, referente aos informes comunitários

 **Amajac - Jardim Catarina - SG** em  São Gonçalo.  
5 de dezembro às 01:04 · 🌐

Convidamos á todos os agentes e profissionais de saúde , para participarem do "Projeto São Gonçalo e o Morhan , juntos pela a eliminação da hanseníase nos Dias: 05,06, e 07 de Dezembro 2016 - das: 09hs ás 12hs

Local ; Sede da AMAJAC - Jardim catarina - Rua Fransilvânia ,(Rua: 39) , nº. 1118 - QD: 153 - Lote: 30 - Loteamento Velho - Rua do Posto de Gasolina - Informações: (021) 2614-7832 .



**Hanseníase: TEM CURA & Tratamento GRATUITO**

**MORHAN E SÃO GONÇALO JUNTOS PELA ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE.**

**Morhan**

**ATENÇÃO MORADORES E AMIGOS DO JARDIM CATARINA.**

**CONVIDAMOS Á TODOS AGENTES E PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA PARTICIPAREM DO "PROJETO MORHAN E SÃO GONÇALO JUNTOS PELA ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE".**

**Palestras Sobre Tratamento e Controle da Hanseníase :**

**Nós Dias: 05, 06 e 07 de Dezembro das 09:00hs ás 12:00hs**

**Inscrições Gratuitas , Participe.**

**Local: Sede da AMAJAC - Jardim Catarina - Rua Fransilvânia< 1118 - Quadra: 153 - Lote: 30 - (Loteamento Velho) - Rua do Posto de Gasolina. Inofmações : ( 021) 2614-7832**



**Se você tem manchas no corpo que são dormentes, não coçam e não doem, isso pode ser hanseníase. Procure o posto de saúde ou converse com seu agente comunitário de saúde**

TELEHANSEN: 0600-026-2001  
ZAP HANSEN: 21 97 912-0108  
www.morhan.org.br  
FACEBOOK: Teatro Bucurau Morhan



**Morhan**

**ANEXO B:** Arquivo da AMAJAC, referente aos informes comunitários



Amajac - Jardim Catarina - SG atualizou a foto da capa dele.

30 de novembro às 18:02 · 🌐

**Convite Especial:**

A Diretoria da AMAJAC - Jardim Catarina convidamos a todos os Moradores e Amigos, em comemoração do 35º Aniversário de sua fundação, no dia 11/12/2016, com um delicioso almoço a partir das 13:00hs, após das 16:00hs "FORRÓ AO VIVO COM FRANK SILVA", Ajude uma Família e Traga 01 (um) quilo de Alimento não perecível, doe para O Natal Sem Fome. "quem tem fome tem pressa".

À Diretoria da Amajac.



Sede: Rua Fransilvania, nº. 1118 - QD: 153 - Lt: 30 - Jardim Catarina Velho

ANEXO C: Arquivo da AMAJAC, referente aos informes comunitários



Atenção Moradores e Amigos do Jardim Catarina , está dependendo de consultas, não fique aguardando na fila do "SUS" , Pois a Dr. Já Faz isso por você , essa é uma parceria da Amajac - Jardim Catarina , mande um zapp para nós informando a especialidade pelo nosso Zapp: (021 9941-90957.

Parceria

**doutor Já** 

GANHE UMA CONSULTA DE GRAÇA!

Mande um zap com seu nome,  
telefone e especialidade que precisa  
de atendimento para o número da  
AMAJAC:  
 994709921

Visite:  
[facebook.com/doutorja](https://facebook.com/doutorja)

**ANEXO D:** Arquivo da AMAJAC, referente aos informes comunitários



**COMUNICADO AOS MORADORES E COMERCIANTES :**

Comunicamos á toda população gonçalense , devidos as dificuldades financeiras que encontra o nosso país , informamos que á Prefeitura de São Gonçalo, vêm atrasando os pagamentos dos servidores e contratados pela a limpeza urbana em nosso município, pois os mesmo estão sendo recolhido parcialmente em diversos bairros do 2º e 3º - Distritos , assim interditando diversas vias , além das ultimas chuvas , assim causando danos a saúde da população e a meio ambiente , pedimos providências Executivo e o Legislativo Municipal para que os pagamentos dos servidores e contratados pela a Empresa MARQUISE, sejam regularizados , Desde já agradecemos a compreensão de todos ,

José Carlos Policarpo  
Diretor - Presidente da AMAJAC

Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Catarina / SG.

**Sede da AMAJAC**  
**R. Fransilvânia, 1118, ant. rua 39, L. 30, Q. 153 -**

**ANEXO E:** Arquivo da AMAJAC, referente aos informes comunitários

 **Amajac - Jardim Catarina - SG**  
29 de outubro · 🌐

Orientação Jurídica Todas às Quartas - Feiras na AMAJAC á partira das 09:00hs - faça sua agenda , Maiores Informações (021) 2614-7832 .

Orientação Jurídica / Consulta com Advogado .

 **não perca esta oportunidade!!**

- Causas Cíveis, Defesa do Consumidor (Telefonia, Cartões de Crédito, Luz, Água, Revisão de Contratos Bancários, Compras pela Internet, etc.)
- Causas Trabalhistas (Horas Extra, Intervalo, Rescisão, FGTS, etc.)
- Causas contras o INSS (LOAS, Auxilio Doença, Restabelecimento de Benefícios, Aposentadoria, Revisões, Pensão por Morte, €

**Lute pelos seus direitos**

**Atendimeto**  
todas as quartas - feiras das 09:00 às 1 :00  
Sede da AMAJAC :  
R. Fransilvânia, 1118, ant. rua 39, L. 30, Q. 153 -  
de segunda a sexta, das 9:00 às 18:00 na  
Rua João Laborde  
(Antiga Rua 17), 579, Jardim Catarina,  
São Gonçalo - RJ.

**ANEXO F:** Arquivo da AMAJAC, referente aos informes comunitários

# ELEIÇÕES 2016



## MOMENTO DE MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA EM SÃO GONÇALO – RJ

O Movimento de Mobilização Comunitária, foi criada no Bairro de Jardim Catarina, através dos Segmentos da Sociedade, assim mobilizando a população para o direito de lutas comunitárias (SANEAMENTO BÁSICO, INFRA-ESTRUTURAR URBANA, SAÚDE, EDUCAÇÃO, ORDENAMENTO URBANO E SEGURANÇA PÚBLICA). Sendo criado o Fórum Comunitário de Jardim Catarina, com a representação dos segmentos comunitários e Sociais, (Associações de Moradores, Igrejas, Ongs e lideranças Comunitárias), no período de 1998 à 2010. O nosso objetivo seria, fiscalizar os recursos e programas de obras de urbanização do bairro, Tais: "Vva São Gonçalo", Pro Sanear, PAC e outros, direcionar os recursos e gastos perante o Governo, Estadual, Federal e Municipal na aquela época. Nesses últimos 20 anos o bairro tem sofrido diversas intervenções Urbanas, Projetos e Programas Apresentados pelas os Movimentos Sociais, desde que foi criado a Lei do Estatuto das Cidades um a reivindicação antiga, com o propósito de discutimos "POLÍTICAS PÚBLICAS", Na Habitação, Saneamento Básico, Mobilidade Urbana etc., Nas Conferências das Cidades, para apresentamos metas e propostas, sendo representada pela a sociedade civil, em fiscalizar as verbas públicas. Somente com a mobilização do povo que podemos mudar a nação, lutamos pelo o direito de Cidadania. Estamos em um período Eleitoral, na qual a única arma que possuímos é o "VOTO OBRIGATÓRIO", pois somos obrigados a votar, um país democrático e capitalista, ou seja, um voto de cabresto, por isso temos que ter a ciência e a consciência em votamos, acreditamos que um dia não seremos mais obrigados á votar e ser votado, por que se realmente um País Democrático o VOTO É FACULTATIVO, temos sim o Direito de Escolha em acreditamos em uma política, justa e humana perante a sociedade.

Jose Carlos Policarpo

Vice – Presidente da Federação das Associações de Moradores do Município de São Gonçalo-RJ.

São Gonçalo, 05 de Setembro de 2016